

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSO* MESTRADO EM
SOCIOLOGIA - PPGS

BRUNO ALMEIDA SANTOS

DIVISÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO: A OBRA *O CAPITAL* DE KARL
MARX

Dourados
2020

BRUNO ALMEIDA SANTOS

**DIVISÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO: A OBRA *O CAPITAL* DE KARL
MARX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como registro para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dra. Maria Gabriela Guillén Carias

**Dourados
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237d Santos, Bruno Almeida
DIVISÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO: A OBRA O CAPITAL DE KARL MARX
[recurso eletrônico] / Bruno Almeida Santos. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Maria Gabriela Guillén Carias .
Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados,
2020.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Trabalho. 2. Cooperação. 3. Manufatura. 4. Exploração. 5. Capital Industrial. I.
Carias, Maria Gabriela Guillén. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

BRUNO ALMEIDA SANTOS

DIVISÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO: A OBRA *O CAPITAL* DE KARL MARX

Dissertação apresentada para o programa de pós-graduação de sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Gabriela Guillén Carias
Orientadora/Presidente

Prof. Dr. Davide Giacobbo Scavo
Membro titular

Profa. Dra. Liana França Dourado Barradas
Membro titular

APROVADO EM: 17/12/2020

Resumo

O presente trabalho de nossa dissertação tem como objetivo rastrear o movimento da divisão do trabalho na entrada do capitalismo, procurando encontrar os principais causadores internos no trabalho que culminou na Revolução Industrial. Deste modo, utilizaremos a obra *O Capital* de Marx como bibliografia principal de nossa investigação, donde o próprio autor chega à categorias e consequências dessa divisão em sua época histórica. O que fica evidente a partir disso é que cooperação e a manufatura se colocam como momentos determinantes para o avanço do capital na produção, e conseqüentemente, transformando força de trabalho em mercadoria. O desenvolvimento das forças produtivas se deram nesse período pela organização coletiva dos artesãos e pelo desenvolvimento da técnica do trabalho. Desse longo processo de transição que vai do século XVI ao século XVIII, da instauração do capitalismo, é na máquina no interior do trabalho onde o salto é possível ser dado, o salto para a grande indústria. Esta é, segundo Marx, a grande força possível na qual o capitalismo se fez vitorioso na propriedade privada dos meios de produção, gerando uma alienação universal sob a sociedade.

Palavras-chave: trabalho; cooperação; manufatura; exploração; capital industrial.

Abstract

The present work of our dissertation aims to track the movement of the division of labor at the entrance of capitalism, seeking to find the main internal causes in the work that culminated in the Industrial Revolution. In this way, we will use the work *The Capital* of Marx as the main bibliography of our investigation, from where the author himself arrives at the categories and consequences of this division in his historical time. What is evident from this is that cooperation and manufacturing are seen as decisive moments for the advance of capital in production, and consequently, transforming the workforce into merchandise. The development of the productive forces took place during this period through the collective organization of artisans and the development of work techniques. This long transition process that goes from the 16th to the 18th century, from the establishment of capitalism, is in the machine inside the work where the leap is possible to be taken, the leap towards the big industry. This is, according to Marx, the great possible force in which capitalism became victorious in the private ownership of the means of production, generating a universal alienation under society.

Keywords: work; cooperation; manufacture; exploration; industrial capital.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 – O processo do trabalho e sua divisão	14
1.1 Trabalho e ser social.....	14
1.2 Divisão do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas	27
Capítulo 2 – A cooperação e o nascente capitalista	36
Capítulo 3 – Divisão do trabalho e manufatura	43
Capítulo 4 – Revolução industrial: maquinaria e grande indústria	58
4.1 Predominância do sistema fabril sobre a manufatura, o artesanato e o trabalho domiciliar.....	75
4.2 Legislação Fabril: a racionalização da produção capitalista.....	81
Conclusão	86
Apêndice – A “ciência da história” como razão e o complexo do estado	92
Bibliografia	113

Introdução

A obra de Karl Marx, *O Capital* livro 1, foi publicado por Marx em 1867, e de lá para cá já se passaram 153 anos do seu lançamento. Obra cuja importância é das maiores para a compreensão da sociedade capitalista e das contradições que esta forma de produção e reprodução social engendra. Tem sua importância não só pelos que a leem e a concebem como um conhecimento para o apontamento da crítica para a superação do capitalismo, da compreensão das suas contradições e dos seus problemas insurgentes a cada momento histórico; podemos dizer que esta obra também tem sua importância entre aqueles grupos que estão preocupados em entender as contradições do capitalismo para tentar, dentro deste, sanar ou amenizar tais problemas (esse grupo, é claro, comumente está ligado ao setor ideo-político liberal, neoliberal e socialdemocrata). A este último grupo, para os mesmos importância é apenas bibliográfica, de modo algum estudam ou interpretam a obra pela sua finalidade histórica que é, o da superação do capital como um todo. E nem estamos aqui questionando o modo como cada concepção teórica trará Marx ao debate, a importância do estudo e da discussão d'*O Capital* está a cima de tudo em torno daqueles que se colocam ao lado da classe explorada¹.

Portanto ao longo desses 153 anos de estudos, debates, críticas etc., da referida obra de Marx, muitos foram os focos de estudos dentro da obra: os de uma perspectiva econômica, filosófica, histórica, sociológica, jurídica, geográfica entre outras. Existe um sem número de obras, pesquisas e debates, que se debruçaram sobre várias categorias e partes constitutivas d'*O Capital*. O nosso projeto envolva a apreensão das modificações no interior do trabalho na entrada do capitalismo, isto é, a compreensão da divisão do trabalho na transição ao capitalismo sob a ótica de Marx, no livro 1 d'*O Capital*. Mais especificamente, sobre a formação das duas principais classes antagônicas no capitalismo: o proletariado e a burguesia.

Por mais que se possa, em modo geral, compreender que burguesia e proletariado são classes sociais que formam de modo maduro e universal no capitalismo, disso não há uma clareza imediata de: como surgem, por que surgem e

¹ E estar ao lado dos trabalhadores não pode ser entendido como uma representação burocrática ou figurativa. Estar ao lado significa estudar e compreender profundamente o nosso tempo histórico para que possamos assim descortinar as reais contradições que flagelam a classe trabalhadora (e com ela todos os oprimidos e oprimidas) em nossa época. Aqui, na concepção marxiana, teoria e prática são uma coisa só, daí o caráter prático do estudo.

qual a função social que estas duas classes cumprem na Era Moderna. Isso nos remete portanto na apreensão da obra de Marx, a observar como as categorias que o autor discute ao longo dos capítulos se relacionam a divisão social do trabalho e a essas classes, já que estamos partindo da perspectiva marxiana para a qual, a categorias são formas de ser, ou seja, formas de existência de um ser na realidade efetiva, e esse ser configura-se sob a forma alienada das classes sociais.

Tanto as contradições entre valor de uso² e valor; da produção social da riqueza e da sua apropriação individual; do acúmulo de capital de um lado e da troca pelo salário de outro; do capital constante e capital variável, em fim, essas e outras categorias que comparecem como formas contraditórias dentro da obra, devem ser entendidas como formas de ser que expressam uma relação de profundo antagonismo entre as duas classes sociais constitutivas do sistema sociometabólico do capital, e cujos interesses irreconciliáveis se baseiam na exploração econômica e na expropriação de um excedente produzido que fica oculto sob o véu do salário e da equiparação no plano formal e que Marx desvendou nas teorias da mais-valia..

Antes de adentrarmos efetivamente no exame das classes sociais, e a função que cada uma cumpre, trilharemos num percurso histórico, ou se se quiser na “ciência da história”, na qual a partir do entendimento de Marx e Engels, procuraremos compreender o ser social na sua dimensão mais geral de ser, ou seja, no seu entendimento ontológico. E para isso partiremos da obra *A Ideologia Alemã*. Tanto esta obra como com o auxílio de bibliografia complementar, no caso do marxismo de Gyorgy Lukács, buscaremos compreender o significado sobre o complexo do trabalho para, em seguida, adentrarmos efetivamente sobre a divisão do trabalho, o nosso objeto propriamente.

O caráter do estudo sobre a categoria do trabalho, dentro do marxismo, recuperado e desenvolvido por Lukács, é fruto de um contexto histórico, de uma carência do entendimento sobre o que é o ser social. Essa foi a busca de Lukács em toda a sua vida, trazer um estudo aprofundado e sistematizado das categorias e dos complexos mais específicos do ser social; como se deu o seu desenvolvimento em sua continuidade e descontinuidade frente a totalidade da relação social, que culminou na elaboração – ainda que não conclusa – da ontologia do ser social.

² “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. [...] O valor de uso realiza-se, somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. (MARX, 1983, p.46).

A grande sensibilidade de Lukács em seu tempo foi ter apreendido essa ontologia já presente em Marx e Engels. O contexto histórico em que Lukács viveu – as duas primeiras guerras mundiais, a revolução Russa e depois o problema do stalinismo – foi sem dúvida preponderante para uma busca de retorno a Marx, ou como ele mesmo dizia, a busca de um “renascimento do marxismo”, renascimento esse que só pôde efetivar-se resgatando fidedignamente o próprio Marx. Recuperar o caráter de análise ontológico sobre o ser social inaugurado por Marx. Em outras palavras, não é superando Marx³ que se compreenderá a sociedade contemporânea, mas resgatando nele suas análises mais profundas e ontológicas que entenderemos de fato o que é o ser social.

Assim sendo, a capacidade de compreensão que a categoria do trabalho terá sobre o todo da sociedade, é, segundo Lukács, pontapé inicial para entender os complexos dentro do ser social, ou seja, para além do próprio trabalho, por exemplo: a arte, a educação, o direito, o Estado, etc.

Nesse sentido, em nenhum momento será colocado que o trabalho é causa de todas as nossas atitudes individuais e ou coletivas, mas que sem ele nenhum indivíduo pode desenvolver sua personalidade e nenhuma sociabilidade pode ser estabelecida⁴.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...]. Ao atuar por meio

³ Entendemos aqui que, por estar Marx situado em um momento muito específico da história da humanidade – durante o movimentado e revolucionário século XIX, da revolução industrial à revolução francesa –, com teóricos que ficaram marcados na história da humanidade – que Marx pôde se apropriar, de Aristóteles, Kant, A. Smith, D. Ricardo, e fundamentalmente Hegel –, e que assim tiveram importância sob Marx. É impossível que outro sujeito objetivamente volte a ter as mesmas experiências e as mesmas e enriquecedoras concepções que teve Marx. Marx investigou o mais profundamente na sua época sobre a conformação da sociedade burguesa, ele incorporou tanto quanto possível o pensamento teórico social de sua época, e feito isso, colocou-os sob crítica, mas não da crítica que se pré-estabelece no roteiro epistemológico, ele os superou pela crítica da incorporação da realidade em forma de teoria, é no seu mundo externo que se concentra o momento predominante de tudo que ele escreveu, não há questão moral nenhuma durante a escrita d' *O Capital*. Ao agarrar o estudo sobre seus interlocutores, e ao se debruçar incansavelmente sobre as contradições sociais, resulta numa concepção que busca agarrar o tempo todo a totalidade do processo. Podemos dizer que isso se exprime na sua grande obra que aqui trataremos. Marx não dará conta de explicar cada aspecto particular da sociedade capitalista, mas sem ele não se compreende a totalidade desta. Em suma, querer superar Marx tem de ser o querer de superar o capitalismo; deve-se primeiro transformar o mundo material para poder ter um *Aufhebung* [superação] no mundo das ideias. A sua superação por completo apenas se efetivará na transição desta para outra ordem social, de outra produção e reprodução.

⁴ Trataremos isso no primeiro capítulo, mas o núcleo duro do nosso objeto será definitivamente o trabalho na entrada do capitalismo e deste próprio.

desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983, p. 149).

O trabalho é o momento predominante na história do ser social; ele é a causa do salto ontológico do ser orgânico para o ser social, é a proto-forma do ser social. A essência dos saltos qualitativos dentro do ser social – da sociedade sem classes para a escravista, da escravista para a feudal, e da feudal para a capitalista – está na categoria do trabalho. Em última instância é nele que se concentra o rompimento com o velho, e o novo é nele estabelecido.

Sobre como isso se torna de uma problemática profunda dentro do marxismo, ao transformar o complexo do trabalho como sinônimo de economia, temos como exemplo a leitura que

Compreendia a obra de Marx como uma *sociologia científica* que desvenda o mecanismo da *evolução social* a partir da análise da *situação econômica*. Expressa especialmente em material de divulgação política, mas arrancado de teses de fato desenvolvidas pelos melhores teóricos da social-democracia (com destaque para Kautsky e Plekhanov), essa concepção, no fundo marcadamente positivista, tendia, na prática política, a legitimar um evolucionismo sócio-político sustentado pela noção da inevitabilidade da transição socialista (já que a dinâmica econômica do capitalismo era *fatal*, conduzindo-o necessariamente à crise e ao colapso) e, no plano da teoria, à transformação do legado de Marx numa autêntica teoria *fatorialista* da história (com abstrata dominância do econômico). (NETTO, 2015, p.33)

O que se pode tirar disso é que os muitos problemas enfrentados durante o século XX – estudado e analisado por vários pensadores e de várias correntes teóricas⁵ –, só poderá ser plenamente entendido se partir da compreensão do caráter central que o trabalho tem dentro das nossas relações sociais. Mais uma vez: não estamos caracterizando que tudo é reduzido ao trabalho, estamos dizendo que ele é a raiz das nossas relações sociais, e que se não partirmos dele não se entenderá todo o resto da complexa e heterogênea totalidade do ser social.

Ainda que Marx tenha descoberto o modo como o ser social se desenvolve ao longo de sua história; ainda que tenha dito que sua essência não é estática – transformação esta feita pelo conjunto das relações sociais; e ainda que tenha

⁵ Fiquemos com o exemplo de alguns que, para o bem ou para o mal, marcaram história no marxismo, seja no campo da produção científica seja no plano político das revoluções: Bernstein, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky, Stalin, Lukács, Althusser, Che Guevara, Mao Tse Tung, Ho Chi Min, entre outros.

estabelecido a categoria do trabalho como a proto-forma das relações sociais, não houve um acolhimento geral e instantâneo entre os teóricos de sua época⁶ sobre essa concepção⁷. Nesse sentido, muitos daqueles que se diziam ao lado da classe proletária em busca da emancipação humana⁸, na verdade não conseguiram ou não puderam em seu tempo histórico⁹, chegar ao complexo do trabalho – a transformação da natureza pelo homem – que é onde reside o momento predominante da sociabilidade regida pelo capital, personificado na classe burguesa.

Se a perda da categoria trabalho dentro do marxismo é visível em muitos pensadores – principalmente quando estes se dirigem a buscar um estudo dentro de uma área específica: sociologia, ciência política, economia, filosofia etc. –, fora do campo da teoria marxista é mais preponderante ainda. Sendo essa perda da categoria do trabalho, causal ou não (propositadamente ou não), sem dúvida é benéfica à classe dominante; pois ao mesmo tempo em que se poderia explicar os fatos determinantes da sua dominação – e por outro lado o da exploração da classe trabalhadora –, ao mesmo tempo traria para o debate as possibilidades de superação dos problemas derivados da sociabilidade regida pelo capital, a partir disso, discutir quais outras mediações para além de aquelas que operam na sociedade de classes – como a polícia, o Estado, o dinheiro, o direito, entre outras.

Buscar *O Capital* de Marx como objeto de nosso estudo, possibilita chegar a análises, e se possível a conclusões, muito mais seguras do que se nos fizéssemos valer de fontes secundárias. Como sabemos essas fontes são inúmeras, e teríamos

⁶ Para destacar como exemplo, justamente aquela classe cuja qual Marx está atrelado, cabe aqui um texto do Engels de 1891, analisando o principal processo histórico que a classe trabalhadora e a sociedade experimentou no século XIX, a comuna de Paris: “Os membros da Comuna se dividiam em uma maioria, os blanquistas, que também haviam sido predominantes no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria: os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, consistindo principalmente de seguidores da escola socialista de Proudhon” (2011, p.194).

⁷ Pois como sabemos, a teoria marxiana busca a superação [*Aufhebung*] do modo de produção capitalista, nesse sentido não teria – e não tem – como ser uma ideologia dominante dentro da sociabilidade burguesa, pois como disse Marx: “as ideias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

⁸ E não há aqui nenhum demérito da nossa parte, muito pelo contrário, nos tornamos partícipes da luta pela emancipação muitas vezes pelo exemplo instigante destes e destas que lutaram ao longo do século XX.

⁹ Apesar de todo o seu esforço monumental, Che Guevara por exemplo teve sérias limitações no que diz respeito à crítica de Marx localizada n’*O Capital*. Tanto que sua vida de guerrilheiro literalmente se mesclava com seus momentos de estudo.

uma quantidade imensa de obras, de percepções e conclusões por vezes conflitantes uma das outras.

Começaremos por apresentar aquela fundamentação mais geral sobre as categorias de trabalho e ser social. Evidenciando como o trabalho foi e é fundamental para o ser social, não somente para sua origem mas como um momento predominante na sua reprodução histórica.

Dentro deste apresentaremos a discussão sobre divisão de trabalho mesmo antes do capitalismo, ou da transição deste. De modo a clarear e desmitificar qualquer equívoco que se possa ter pela divisão em si.

No núcleo da nossa discussão abordaremos o longo período de transição nas modificações da divisão do trabalho, até a chegada do capitalismo, isto é, da cooperação até Revolução Industrial. Essa transição passa pela modificação do trabalho artesanal e rural para a princípio ser organizado e concentrado numa cooperação, uma espécie de trabalho reunido em um local específico: um galpão ou uma grande oficina.

Há transformações dentro desse próprio período da transição, nesse sentido apresentaremos as modificações da divisão do trabalho, as mais fundamentais como método de entrada da grande indústria. Na esteira de Marx, discutiremos o essencial de tais modificações, e não tudo que aconteceu nesse período. Nesse sentido a concepção de Marx não pode ser compreendida como uma análise histórica¹⁰, pois não pretende analisar em exaustão os detalhes em particular de todo o processo. “Aqui só se trata de grandes traços característicos, genéricos, pois linhas fronteiriças abstratamente rigorosas separam tão pouco as épocas da sociedade quanto as da história da Terra”. (MARX, 1984, p.7). Totalidade não é sinônimo de tudo.

Esse longo processo de modificações e amadurecimento histórico para a chegada da máquina, e com ela da grande indústria, demonstrará o papel essencial que a força de trabalho exerce para a transição, e definitivamente, para a revolução industrial (entendemos aqui a longa transição que vai do século XVI ao XVIII). Ainda que a maquinaria vá desempenhar, como diz Marx, o momento decisivo da assim chamada Revolução Industrial, isso não significa que a força de trabalho tenha menos

¹⁰ Histórica no sentido moderno da palavra, como uma área específica do campo de saber, fundamentalmente da divisão burguesa de conhecimento.

importância ou relevância para o processo. O capital variável (força de trabalho) tem papel ativo nesse processo.

A grande indústria modificará toda a relação social. Não é apenas produzir uma gigantesca quantidade de mercadorias, ela revoluciona toda a interação entre os indivíduos: homens e mulheres, jovens e crianças. Isso significa todo um rearranjo no âmbito privado da vida pessoas, uma reorganização da própria família.

A perda do controle dos meios de produção; a impossibilidade direta do acesso aos produtos essenciais que os trabalhadores necessitam, sendo alcançado somente via o mercado, pela remuneração da força de trabalho através do salário; a perda do conhecimento da totalidade do processo de produção pelo trabalhador individual, já que com as devidas modificações na divisão do trabalho, passa cada vez mais a ser um especialista numa etapa apenas, em uma função particular do processo.

Toda essa contradição, da exploração de uma classe sobre a outra, que é na verdade o processo de alienação pelo capital (personificado na classe burguesa), estará presente o tempo todo na nossa pesquisa, fundamentalmente na entrada da maquinaria e grande indústria. O percurso que organizamos desde o primeiro capítulo discutindo sobre o que é o trabalho até por fim adentrarmos na maquinaria e grande indústria, nos permitirá compreender com mais consistência a insurgência do capital na produção, nos permitirá visualizar como os caminhos se abriram para que o capital pudesse em fim comandar todo o processo da produção e reprodução social.

Quando na culminação da revolução industrial, no alto de sua glória, vociferaria o jovem capitalista em reverência ao capital: “Tua é, Senhor, a magnificência, e o poder, e a honra, e a vitória, e a majestade, porque teu é tudo quanto *há* nos céus e na terra; teu é, Senhor, o reino, e tu te exaltaste sobre todos como chefe” (1 Crônicas 29:11)

Capítulo 1 – O processo do trabalho e sua divisão

1.1 Trabalho e ser social

Tão logo o processo histórico do ser social se coloca como um rastro da sociedade ao presente, tão logo o presente se mostre como um desenvolvimento daquilo que herdamos do passado do nosso ser e estabelecemos novas conexões, novas possibilidades e necessidades, logo observamos que o ser social é um ser que dá respostas objetivas e subjetivas ao seu meio, e é um ser que só pôde assim se estabelecer enquanto ser quando se relacionou como coletivo/social. Essa configuração nos posiciona nos fundamentos da teoria marxiana que aponta que

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Não há vida orgânica que possa conservar-se enquanto espécie sem que esta trave alguma relação com o seu mundo externo, seja este orgânico e/ou inorgânico. O ser humano trava uma relação com ambos os seres, sendo assim, ele não só coloca em movimento a sua própria espécie orgânica, como remete para além desta imediatez, dando luz a uma relação coletiva, social, donde o indivíduo aparece como portador de liberdade dentro dos limites postos pela comunidade. Liberdade no sentido do ser social remeter não só a transformação da natureza, mas também ao domínio e alteração do seu meio, via critério das finalidades de suas ações. Nesse sentido a liberdade é objetivada pelos indivíduos, mas estes estão de antemão circunscritos à uma comunidade com seus valores direcionados, podendo o indivíduo se desenvolver dentro desses valores sociais. Nesse sentido, opostamente a isso, não se encontra liberdade no reino animal, já que aqui ela surge justamente a partir das possibilidades que o complexo do trabalho dá ao gênero.

Este é o primeiro momento do processo de abstração para se compreender o ser social a partir da “ciência da história”. Sendo assim “a primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Há que se ver portanto, como os homens produzem suas necessidades básicas, de que forma se organizam, etc. Segue-se que,

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido

conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Ou seja, aqui o ato humano de produzir objetos de qualidades distintas em comunidade, em sociedade, não cessa, não tem fim, o novo sempre entra em cena, colocando novas necessidades e possibilidades para a produção social. Assim que satisfeitas as necessidades mais substanciais do gênero, surge a possibilidade – a partir das necessidades – do gênero se voltar a si mesmo, e esse voltar-se se reveste de um caráter histórico, constitui-se por tanto em um ato histórico.

Tão logo esse ser estabeleça uma cultura coletiva/social entre os seus – através da mitologia, da religiosidade, da constituição familiar, da ciência, da arte, etc. –, conseqüentemente a historicidade mostrará que seu primeiro ato foi satisfeito, e satisfeito de modo que tenha conseguido diminuir seu tempo de metabolismo com a natureza. A busca e a luta para diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do homem é uma característica histórica do ser, uma tendência geral até os dias atuais (LUKÁCS, 2009, p.238).

O que se constata disso é que a história humana é algo complexo, heterogêneo, que a busca do conhecimento sobre o próprio homem é infinito dentro dessa história. O real nunca estaciona na história, nunca fica estagnado, pelo contrário, sempre está em constante transformação (estando às vezes mais evidente – como num período revolucionário – às vezes mais obscuro – como no período atual, onde a contrarrevolução coloca dificuldades sobre a própria realidade).

Seguindo o processo de abstração que a teoria marxiana nos apresenta, sobre a historicidade do ser, têm-se que

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33)

Os autores seguem dizendo que essa *família* constitui a primeira forma de organização social, e mais tarde, “quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33), torna-se ela uma relação secundária, no sentido de que a comunidade deixa de se relacionar sob esse núcleo, e passa a se relacionar socialmente, ainda que o núcleo familiar persista, exercendo outras funções sociais ao longo da história.

Satisfeitas as duas primeiras necessidades fundamentais, o ser humano volta-se para si, e modifica, cria, altera, novos complexos que não se confundem com os processos de travamento – de transformação, domínio e controle – com a natureza. Esses novos complexos aqui seriam tudo aquilo que o ser humano estabelece com ele mesmo, que não é trabalho, tudo aquilo se deu nas diferentes etapas do desenvolvimento humano. Como dissemos a pouco: mitologia, da religiosidade, da constituição familiar, da ciência, da arte, etc. São todas partes das relações humanas ao longo da história, da relação entre indivíduo e comunidade. Tudo, é claro, articulado com o processo do trabalho.

Esses três aspectos, três momentos que Marx e Engels separam na explicação, na verdade coexistem como um todo, sendo separados aqui somente à nível de abstração, para poder compreender os aspectos particulares do ser social. A partir desses três momentos de atos históricos, separados aqui somente para o processo de conhecimento, como abstração, podemos então chegar à conclusão – junto à Marx e Engels – de que ao longo da história esses três momentos se darão intrincados sob formas específicas de organização social, sob formas particulares. Existe, portanto, a relação entre homem e natureza e dos homens entre si próprios:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34)

Aqui se apresenta a concepção marxiana do estudo da história humana, de como compreender o ser social. Sendo assim, o modo de produção escravista desenvolvido no mediterrâneo mais precisamente na Grécia Antiga, foi possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas de sua época que engendrou os escravos e senhores de escravos, assim como dos outros estamentos: do capital usurário, capital comercial, do domínio da navegação, do aperfeiçoamento das técnicas de guerra, entre outros. E tão logo essa relação de produção de riqueza social entrou em contradição com as forças produtivas, abriu no seio da comunidade uma crise dos

valores daquela época, dando então a possibilidade – ainda que lenta e heterogênea – do modo de produção feudal entrar em cena. Mas sempre, tendo como fundamento do ser social a sua obtenção de riqueza (da multiplicidade de valores de uso que este cria), o trabalho, e como essa forma de trabalho está organizada social e comunitariamente; para daí compreender suas expressões religiosas, místico-rituais, artísticas, científicas, etc.

Mas esse processo de abstração da história humana ainda nos apresenta mais um ponto, de que o homem também se relaciona, tanto na transformação da natureza quanto na relação com seu próprio ser, com consciência. Esta forma de consciência é mediada pela linguagem, que é

tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, das necessidades de intercâmbio com outros homens. (MARX; ENGELS, 2007, p.34-35)

Consciência e linguagem aparecem na história como um duplo movimento de necessidade para o ser humano, tanto para apreender o seu meio natural quanto como interação social: “minha relação com meu ambiente é minha consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35). É, portanto, uma questão materialista o ser da consciência humana, ela tem como momento predominante a interação social, e a interação social tem como momento predominante a forma de organização da produção em geral. Ela é materialista porque a nossa relação com o nosso meio (como viemos dizendo até aqui) se fundamenta naquilo que nós estabelecemos entre o gênero objetivamente em primeiro lugar. É claro que do ponto de vista da consciência humana, ao longo das sociedades, complexos como, por exemplo, filosofia e religião (ou religiosidade) não são por assim dizer imediatamente materiais, mas elas cumprem acima de tudo (em cada época e momento) uma determinação, uma finalidade, objetiva para aquele grupo de indivíduos. Deste modo tal complexo do mundo das ideias, da consciência, tem determinação objetiva para o ser social. Da que, procurar uma explicação de tal corrente filosófica em torno dela mesma, da sua própria concepção, não condiz com a questão materialista de Marx. Em Marx a resposta para tal consciência tem de ser investigada a partir da concretude das relações sociais, entre os indivíduos.

O que temos de fazer agora, é compreender melhor, mais apuradamente, o processo de trabalho, onde indivíduo e gênero se encontram e se transformam um ao

outro. O trabalho é totalidade social em processo de transformação produtiva e reprodutiva. É nele onde o processo individual de apreensão dos meios e transformação com finalidade ocorre. O trabalho é a categoria por excelência do ser social, ou seja, é o elo que supera a natureza, ao mesmo tempo que mantém sua ligação, com ela. E essa categoria específica, essa mediação social, se encontra no início da gênese do homem, até os nossos dias.

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É *ela*. O homem faz a sua própria atividade vital objeto da sua vontade e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele se confunda imediatamente. A atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem da atividade animal. Precisamente apenas por isto ele é um ser genérico. Ou ele só é um ser consciente, i. é, a sua própria vida é para ele objeto, precisamente porque ele é um ser genérico. Só por isso a sua atividade é atividade livre [...]. (MARX, 2015, p.312)

O homem é um ser genérico porque atua coletivamente com finalidades que ele tem em cada época, sem dúvidas, mas essas finalidades mesmas têm como característica histórica o fato de atender as necessidades mais basilares para a perpetuação da espécie humana. Portanto como essa atividade consciente será organizada socialmente, é uma particularidade histórica de cada época, porém não se pode perder de vista que as necessidades últimas de comer, beber, dormir, etc., são essenciais, dessas não se pode omitir.

Disso resulta que o gênero humano como tal só é compreensível tendo como fundamento seu mundo objetivo, é este que pode assim demonstrar como esse ser se diferenciou da natureza, e quais as formas particulares da sua diferenciação dentro de si mesmo, em outras palavras, os tipos diferentes de sua própria organização demonstram assim se esta ou aquela forma vai contra o seu próprio gênero (como por exemplo a escravidão antiga ou o capitalismo).

Precisamente por isso, só na elaboração do mundo objetivo o homem se prova realmente como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece como obra *sua* e sua realidade. O objeto do trabalho é, portanto, *a objetivação da vida genérica do homem*, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente (*werktätig*), realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele. (MARX, 2015, p.313)

É claro que essa objetivação se dá pelos indivíduos, já que o ser humano não é um ser abstrato que se move na história por uma objetivação social. E que, portanto,

essa duplicação objetiva do ser, como consciência e como operação, só podem assim existir e se desenvolver a partir e através do seu coletivo, do gênero enquanto tal.

Aquilo que o ser social criou coletivamente tem, portanto, seu momento predominante no mundo objetivo, da sua atuação objetiva. Que a subjetividade se encontra como um dos momentos fundamentais do ser social não significa que seja nela onde a fundamentação desse ser opera, ou seja, é olhando para a sua objetivação da vida que encontramos a sua forma de ser, de pensar, de sentir o mundo.

Gyorgy Lukács retoma essa compreensão do trabalho em Marx, a partir da leitura dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*¹¹ e de *A Ideologia Alemã* e o coloca como o momento predominante do ser social, ou seja, que sem o trabalho nem o Homem surgiria e nem se poderia manter enquanto espécie que supera o reino animal, pois

Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. Por isso Marx diz com razão: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. (LUKÁCS, 2018, p. 9-10)

Dentro da relação do trabalho, Lukács (na esteira de Marx), compreende que essa relação é travada pelo ser social frente à natureza, porém, que essa relação se faz, objetivamente, pelo indivíduo¹² singular. Nesse sentido, não há mediação do metabolismo entre homem e natureza que não seja, objetivamente, realizada pelos indivíduos. Que essa possibilidade do indivíduo, de aparecer como um ser novo frente à natureza, só é dada justamente pelo ser social (ou seja, pela coletividade, pela

¹¹Justamente porque quando em exílio na então União Soviética (1930), Lukács se aproximou desses manuscritos que eram ainda inéditos ao público, e foi publicado em meados de 1932.

¹² Como estamos tratando da gênese do ser social, com ele o trabalho, quando utilizarmos o conceito indivíduo não podemos dizer que seja um indivíduo que tem uma individualidade singular plena, como a encontrada mais à frente da história humana (poderíamos dizer que a individualidade mesma só vai aparecer como possibilidade na sociedade capitalista). Portanto indivíduo aqui é apenas para delimitar que tal ação e relação, se delimita ao singular, e não ao coletivo enquanto ser social, comunitário.

comunidade do ser), só coloca em evidência que dos atos singulares dos indivíduos na sua relação de transformação da natureza, remete à uma relação que vai de encontro ao gênero humano.

Dito isto, para Lukács, após Marx, o movimento do ato teleológico não se encontra nem na natureza (no sentido de que esta moveria tanto o seu campo quanto o campo do mundo dos homens); nem na reprodução do ser social pela história (como diria a teologia e a concepção stalinista/positivista do marxismo decadente); e nem mesmo podemos dizer que esse ato derive da essência do indivíduo que age¹³ (que em muito se aproxima da concepção filosófica liberal nos dias de hoje). O processo teleológico se faz a partir e pelo indivíduo, é ele que coloca em movimento a sua ação de transformar o mundo objetivo. Portanto Marx

nega a existência de toda teleologia fora do trabalho (de práxis humana). O conhecimento da teleologia do trabalho por Marx vai, portanto, por isso muito além das tentativas de solução de tão grandes predecessores, como Aristóteles e Hegel, porque para Marx o trabalho não é uma das muitas formas de manifestação da teleologia em geral, mas o único ponto em que uma posição teleológica, enquanto momento real da realidade material, é ontologicamente verificável. Este correto conhecimento da realidade ilumina ontologicamente toda uma série de questões. (LUKÁCS, 2018, p.16)

É por isso que o ato teleológico não se encontra no reino animal segundo Lukács. Esse ato compreende a capacidade de antecipar na subjetividade (ou seja, antever) a ação que se queira fazer, para em seguida chegar à objetivação do ato (transformar no mundo real a partir do que se tinha idealizado previamente), sendo assim, transformar/criar algo novo, que não existia antes. Esse seria o movimento teleológico, a prévia-ideação de uma objetivação no mundo real.

Que esse movimento, do ato teleológico, irá ter particularidades diferentes ao longo da história (dizemos com isso quando do início da exploração do homem pelo homem: da sociedade escravista antiga, da sociedade feudal, do modo de produção asiático, da sociedade colonial escravista, e do capitalismo), não pode é claro ser negligenciado; porém a forma universal do trabalho que remete diretamente à generalidade do homem, o que dizemos antes do intercâmbio metabólico entre homem e natureza, não cessa em nenhum momento da história humana, e como

¹³ Lukács não nega as categorias de essência e fenômeno no ser social, que é expressa (em momentos particulares na história) pelos indivíduos. Porém neste caso, essência não é algo a-histórico, pelo contrário, é modificada e transformada a partir das relações dos próprios indivíduos.

vimos não pode parar de operar, pois é a eterna relação da manutenção do ser social enquanto ser; enquanto gênero que sobressaiu da natureza.

Mas o por teleológico não se limita a estabelecer uma relação somente entre homem e natureza, ele também irá (já no início desta relação com a natureza) implicar numa relação dentro do ser social, entre os indivíduos, de modo que possibilite

levar outros seres humanos (ou outros grupos humanos) a executar, por sua parte, posições teleológicas concretas. Esse problema emerge imediatamente quando o trabalho se tornou social na medida em que se baseia na cooperação de vários humanos; desta vez independente de se o problema do valor de troca já emergiu ou se a cooperação apenas é dirigida aos valores de troca. É por isso que esta segunda forma da posição teleológica, no qual a finalidade posta é imediatamente uma posição de finalidade de outros seres humanos, pode já aparecer nos patamares mais primitivos. (LUKÁCS, 2018, p. 46)

Já aqui aparece o que Lukács considera de suma importância para a compreensão da produção e reprodução do ser social: o que ele chamará de teleologias primárias (o que dizemos até o momento, as que se voltam a transformar a natureza) e as teleologias secundárias (que se voltam à interação entre os próprios indivíduos ou entre grupos/coletivos dentro do ser social¹⁴). Isso fica claro quando Lukács aponta que mesmo na origem do trabalho é necessário que o homem adquira conhecimento para poder passar de geração à geração as descobertas e erros que o próprio homem obteve em sua comunidade; da forma mais correta de se adquirir, por exemplo: alimentos em dada estação do ano, da melhor pedra e da melhor madeira para se fazer machado, do melhor barro e da melhor argila para se construir um abrigo, etc. O conhecimento por tanto está em última instância atrelado ao trabalho, enquanto práxis do ser social. E a mediação pela qual o conhecimento é mantido e transmitido, será pela teleologia secundária, quando o homem volta as suas ações, os seus pores, asi mesmo. Porém mesmo aqui, esse pôr teleológico secundário deverá ter como mediação o pôr teleológico primário, pois

O conhecimento correto da causalidade, seu correto pôr, apenas pode ser determinadamente compreendido a partir da finalidade [de] uma observação apropriada e sua aplicação que, digamos, é muitíssimo adequada para afiar uma pedra, pode levar a perder todo o trabalho de raspá-la. O reflexo correto da realidade é, naturalmente, inexoravelmente o pressuposto de um dever que funciona corretamente; esse reflexo correto apenas pode ser efetivo se ele realmente promove a realização do devido. Aqui não se trata,

¹⁴Por exemplo: a linguagem, escrita, educação, política, religião, filosofia, ciência, etc.

simplesmente, de um reflexo correto da realidade em geral, de um adequado a ela reagir em geral, ao contrário, toda correção ou falsidade, portanto toda decisão de uma alternativa no processo de trabalho, pode ser avaliada exclusivamente a partir da finalidade, de sua realização. Portanto, também aqui é falada de uma inexorável inter-relação entre dever e reflexo da realidade (entre teleologia e causalidade posta), em que ao dever cabe a função de momento predominante. (LUKÁCS, 2018, p. 62)¹⁵

Esse conhecimento surge já no início não como religião, mas sim como uma aurora da ciência¹⁶ – ainda que permeado, turvado, por um pensamento místico mágico. É através dele que o conhecimento a princípio é transmitido pela comunidade, e ele assim se dá pois

o conhecimento objetivo adequado da matéria e dos procedimentos é, sozinho, relevante para o processo de realização bem-sucedido; os assim denominados motivos interiores do sujeito dificilmente entram em questão. É por isso que o conteúdo da liberdade se diferencia essencialmente do daquelas formas mais complicadas. Na melhor das hipóteses poder-se-ia circunscrevê-lo assim: quanto mais adequado é o conhecimento alcançado pelo sujeito das conexões naturais que a cada vez entram em questão, tanto maior é o seu livre movimento na matéria; expresso de outra forma: quanto maior o conhecimento adequado das cadeias causais operantes em cada caso, tanto mais adequadamente elas podem ser transformadas em postas, tanto mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, i.e., a sua liberdade aqui alcançável. (LUKÁCS, 2018, p. 100).

A forma como esse conhecimento é transmitido, o seu pôr teleológico secundário, muito provavelmente tenha se dado pelos mais velhos, pelos caçadores, pela sabedoria sobre ervas da natureza (coletoras), pelos agricultores, entre outros. Em suma essa mediação era travada pela linguagem, é por ela que inicialmente esse processo se dá (LUKÁCS, 2018, p. 182-3). Se essa mediação (do conhecimento) se dava pela magia ou pela filosofia, não é decisivo, o importante é que em última instância o pôr teleológico dos indivíduos seja correto. Seja correto aqui, no sentido de ter atingida as suas finalidades pré-estabelecidas, que o conhecimento do seu meio foi o necessário para atingir suas finalidades, por exemplo: o conhecimento sobre as pedras na origem da espécie humana, diferenciando qual pedra é melhor para criar

¹⁵O acréscimo entre colchetes é meu.

¹⁶ Não, é claro, no sentido que hoje entendemos por ciência, como uma área de conhecimento específico, das várias abordagens teóricas. Aqui estamos trazendo a ciência no seu sentido mais amplo, ontológico, que é a captação correta do conhecimento daquilo que está fora de nós – por exemplo: saber derrubar uma árvore, saber acender um fogo, saber fazer um machado, saber construir uma habitação resistente, etc.

faísca – pederneira –, qual pedra era melhor para cortar coisas – a pedra lascada. O conhecimento dos meios é o fundamento para um pôr teleológico correto dos fins.

A consequência disso é que, para Lukács, a gênese do conhecimento remete em direção ao próprio gênero humano, ou seja, ele não vai contra sua própria humanidade, pelo contrário, é através dele que a humanidade pôde se erguer frente à natureza.

Isso é importante para que se possa – não aqui nesse trabalho, mas em outro momento – compreender quando, como e por que o conhecimento passa a ser uma forma de alienação do próprio homem, quando essa mediação passa não mais a atender ao gênero humano, mas para dominar uma parte dele, a partir de uma sociedade dividida em classes, ou seja, com o advento da ciência burguesa o sujeito de conhecimento está localizado no próprio indivíduo, é nele onde reside o momento predominante do conhecer, e por isso as classes sociais (e com ela a exploração e todas as suas contradições) não podem e não conseguem entrar no exame científico¹⁷.

O que Lukács demonstra é sua radical historicidade em relação à compreensão do ser social. A sua preocupação é, acima de tudo, compreender as mediações que vão aparecendo ao longo da história humana e buscar assim agarrar sua “gênese, natureza e função social”. E isto se torna tão mais claro (no desdobramento da sua ontologia), que os momentos predominantes de certos complexos sociais, ao aparecerem (momentaneamente ou não) no ser social, tornam-se eles uma consequência sócio-histórica, do mundo real.

De modo muito sumariado, indicamos aqui a síntese da discussão que Lukács faz do complexo da economia ao longo da história humana:

Antiguidade e feudalismo têm, como mostrado em modos diferentes, a possibilidade de chegar a uma determinada altura do desdobramento de suas possibilidades econômicas imanentes. A partir deste patamar, o aumento da riqueza volta-se contra as bases da própria formação, desintegrando-a, o movimento ascendente converte-se em um beco-sem-saída econômico-social. Que, em ambas as formações os fundamentos concretamente se diferenciam, apenas deste ponto de vista parecem similares, se baseia em que

¹⁷ Em nosso texto em anexo essa questão do sentido negativo do conhecimento na era burguesa, será destacado. O importante aqui é demonstrar o caráter ontológico da ciência, que na sua origem está atrelada ao processo do trabalho, ou seja, tem, portanto, um sentido positivo ao gênero humano. Já a ciência burguesa aparece na história tendo sua função estabelecida a partir da acumulação do capital, adquirindo, portanto, uma face desumana, exploratória e opressiva. Há que se separar o sentido universal da ciência do seu movimento histórico particular.

ambas têm condições de reprodução que ainda podem ser descritas como “naturais” na medida em que, socialmente consideradas, têm seus pressupostos dados “de fora”, encontrados “prontos”, e seu processo de reprodução, por isso, não pode reproduzir seus próprios pressupostos, antes tem de destruí-los. O capitalismo é a primeira formação em que, de fato em medida crescente, tem lugar ininterruptamente uma tal reprodução dos próprios pressupostos. Marx diz sobre o sistema capitalista: “Ele produz em sua reprodução as suas próprias condições”. Naturalmente, em Marx esta constatação não permanece meramente declarativa; em “O Capital” ele dá uma descrição detalhada deste processo de reprodução dos pressupostos da produção capitalista através da reprodução no próprio processo de produção. Esta descrição, admissivelmente, se limita aos dois momentos decisivos da produção capitalista, ao capital e à força de trabalho assim denominada “livre”; com isto está, contudo, suficientemente caracterizado o economicamente essencial, o tipo desta formação que decisivamente o diferencia de todas as anteriores, sua socialidade específica. (LUKÁCS, 2018, p.288)

O que ele coloca em conclusão aqui nesse parágrafo, é a forma que tanto o escravismo antigo como o feudalismo, entram em crise e não conseguem mais (por si próprios) encontrar uma saída, entram por tanto num “beco-sem-saída” na história. E nesse sentido (abstraindo muito aqui os pormenores da crise das duas sociedades em particular), é por isso que a sociabilidade capitalista se diferencia das demais, pois o capital consegue atingir a sua reprodução na produção dos valores de uso, coisa que antes ele estava apenas se desenvolvendo pelo comércio, e isso implicará numa alteração da totalidade social, como veremos mais à frente da nossa exposição. Sendo assim a economia se torna um complexo predominante (em última instância) frente a totalidade das relações sociais, justamente porque

desde que o tornar-se-universal do intercâmbio de mercadorias fez possível a transformação dos mais diferentes ramos da produção, avança inexoravelmente esse processo de tornar-se-social do ser social. Apontaremos apenas dois momentos, entre si estreitamente conectados. Sem dúvida que já o simples intercâmbio de mercadorias é uma forma mais social do que a imediata satisfação de necessidade pelo valor de uso criado pelo trabalho. Na medida em que logra um determinado nível de generalidade, produz o seu próprio elo de mediação social, o dinheiro, cujo desenvolvimento do gado etc., através do ouro até o papel moeda em suas diferentes sempre novas formas de mediação é em geral conhecido. A crescente socialidade do ser social no capitalismo produz, todavia, ainda uma nova forma, socialmente ainda mais mediada, no intercâmbio de mercadorias: a taxa média de lucro. Naturalmente, todo ato de troca, por sua essência, é social, o é já a determinação última do valor, pelo qual o preço se move, o tempo de trabalho socialmente necessário. Na medida, contudo, em que com o desdobramento do capitalismo, o centro realmente em funcionamento do intercâmbio de mercadorias torna-se o preço de custo mais a taxa média de lucro, todo ato, mesmo o mais singular, é determinado pelo desenvolvimento como um todo,

pelo nível geral da economia como um todo, é inserido em sua conexão abrangente como ato conclusivo de um movimento puramente social. Esse quadro se concretiza ainda mais e mostra mais traços do crescente poder da socialidade, quanto se reflete acerca do pressuposto econômico deste domínio da taxa média de lucro: a possibilidade da livre migração do capital de um setor da economia a outro. Isto tem por consequência que as abrangentes e complicadas leis do movimento como um todo do capital, como princípio último, determinam o ser-precisamente-assim de todos aqueles atos isolados na vida econômica, a existência econômica de cada ser humano. (LUKÁCS, 2018, 278-9)

É justamente essa particularidade que diferencia o capitalismo de outros modos de produção. É importante diferenciarmos capital de capitalismo. Capital existiu antes do capitalismo, como por exemplo na Escravismo Antigo – Grécia e Roma –, e no Feudalismo. Era dessa forma o capital usurário e o capital comercial. O capital usurário poderia se acumular cobrando juros de empréstimos de dinheiro, assim como poderia o seu possuidor acumular riqueza hipotecando terras de seus devedores. E já no início do mercantilismo – período de transição – se encontra o movimento globalizante do capital, mais precisamente capital mercantil – capital usurário e capital comercial – em que já se apresenta uma divisão internacional do trabalho¹⁸, ou seja, o potencial expansionista do capital de romper fronteiras.

O capital é uma relação social que expressa uma forma de divisão da riqueza social apropriada desigualmente, uma consequência a partir da propriedade privada dos meios de produção. Mas a forma particular da era capitalista impõe uma exploração na fonte da produção de riqueza que se caracteriza por transformar também esses que produzem, a força de trabalho, em mercadoria, despojar todos os que não se situam na classe proprietária dos meios de produção, os despossuídos de ferramentas, objetos de trabalho; o capital industrial personificado na burguesia, impôs aos indivíduos uma dominação sobre o próprio conhecimento de seu mundo, uma dominação baseada na violência e na alteração da vida cotidiana de homens e mulheres. O capital pôde assim se colocar como um sistema sociometabólico de controle para extração de trabalho excedente, controle esse do trabalho em geral.

Com a Revolução Industrial, o capital consegue, como já dissemos, romper com os limites do seu desenvolvimento parcial no comércio, e adentrar na produção

¹⁸Processo que alguns teóricos caracterizam como a globalização apenas no final do século XX (por mais que essa particularidade exista em tal período histórico), porém, a expansão (segundo a perspectiva de Marx e Lukács) no sentido abrangente da sua palavra, de fato já ocorrera com o período da colonização das Américas.

mesma da sociedade, se transformando, portanto, em capital industrial. A partir daí toda produção da riqueza social se torna mercadoria, e todo trabalhador tem sua força de trabalho convertida em mercadoria, estabelecida assim pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Por conseguinte, tanto o pôr teleológico primário quanto o pôr teleológico secundário, são atingidos pela mercantilização (pelo trabalho alienado).

Nesse sentido, compreende-se

que o desenvolvimento como um todo do capital em sentido econômico é um produto legal espontâneo de consequências causais que brotam das posições teleológicas singulares dos capitalistas singulares e, do ponto de vista destes, na maior parte tornadas independentes, condensam-se em determinadas tendências objetivas. [...] Nessa universalidade do capitalismo, o interesse do capital total se expressa mais direto que antes, por isso — justamente na sua oposição aos interesses dos capitalistas singulares ou grupos capitalistas — pode ser mais facilmente compreendido e convertido em práxis. O fato de que hoje se é capaz de observar no exame da conjuntura determinados sintomas iniciais de crise e se tomar contramedidas econômicas indica nitidamente esta nova situação. (LUKÁCS, 2018, p.282-3).

Sem dúvida que essas contramedidas serão tomadas pelos capitalistas, pelo conhecimento da teoria liberal na sociedade contemporânea, desenvolvida pela concepção neoliberal. Se apresenta nessa citação de Lukács o porquê do âmbito econômico se tornar preponderante, a ponto de Marx e dos marxistas, darem a esse complexo uma atenção especial, para não dizer, predominante frente aos outros complexos sociais. É porque no complexo da economia se pode hoje visualizar tendências, movimentos, que indicam situações concretas de desumanização socialmente criadas, através da lógica de produção/reprodução do capital.

Por isso

Deve apenas ser visto que no ser social, precisamente o complexo do qual sublinhamos seguidamente a prioridade ontológica, o mundo da economia, é, ao mesmo tempo, a esfera em que a legalidade dos eventos é o mais pronunciadamente visível. É justamente o ponto em que a autorreprodução da vida humana e a natureza (orgânica bem como inorgânica) entram em uma indissolúvel interação uma com a outra, em que ao ser humano é dada a possibilidade, através dessa mediação, de experimentar as legalidades da natureza não apenas como seu objeto, mas também de conhecê-las e, através de um tal conhecimento, torná-las elemento, veículo de sua própria vida. Nenhuma surpresa, portanto, que este elemento tão fatal para a vida da humanidade, quanto mais amplie suas próprias formas de movimento, tanto mais se demonstre como um sistema de legalidades (LUKÁCS, 2018, p.223-4).

O que se segue é que, é possível de se apreender através do complexo da economia legalidades de eventos predominantes na totalidade social. É precisamente pelo fato da economia estar atrelada ao processo do trabalho, da economia política ser o sinônimo da busca de produção de excedente – da luta pela diminuição do tempo de trabalho social necessário – que faz dela jorrar soluções, e ao mesmo tempo problemas, frente à socialidade histórica.

A economia como um complexo do trabalho social, só se efetiva continuamente pela incessante objetivação do pôr teleológico pelos indivíduos particulares. A captação dos meios pelo conhecimento, via ciência, é necessária para o desenvolvimento histórico da complexificação social do ser, e na entrada do capitalismo, da divisão social/sexual do trabalho, a classe dominante não só buscará desenvolver esses meios como dominará e aniquilará ao máximo todo e qualquer outra forma de trabalho que fuja da mercantilização da totalidade social. Consequência disso é que só é possível de se alterar a forma como os pores – primários e secundários – são realizados – no nosso caso, permeado pela mercantilização –, quando se alterar o todo desta relação, ou seja, a forma como a sociedade se relaciona, produz e se reproduz sócio-metabolicamente. Esse relacionar sócio-metabolicamente implica numa forma de transformação da natureza, da forma de produzir e transmitir conhecimentos, da forma da divisão social do trabalho, da forma de produção e distribuição da riqueza social, e da relação de reprodução entre os próprios indivíduos.

Dito isso, vamos nesse próximo item nos ater a forma particular de relação social que o capitalismo engendra, suas modificações ao longo do período de superação do regime feudal, e da transformação do próprio indivíduo.

1.2 Divisão do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas

A divisão social do trabalho, é a forma mais longínqua e atual que possibilitou o aumento das forças produtivas. Se num primeiro momento ela aparece como divisão sexual necessária para a produção da riqueza na comunidade, ou seja, sem a exploração e opressão; num outro momento essa divisão pode tomar um caráter negativo, fazendo travar uma relação desigual do poder social. Podemos ter como um exemplo significativo a sociedade da Grécia Antiga, significativo porque trará várias inovações de dominação social na qual a sociedade moderna terá forte inspiração. A Grécia Escravista desenvolveu uma forma de divisão social do trabalho que alavancou

as forças produtivas, a entrada da sociedade de exploração em classes. Isso possibilitou, para a Grécia Antiga por exemplo, o desenvolvimento maior de excedente econômico. O que inspira a burguesia frente a histórica Grécia Antiga, é o desenvolvimento de um Estado, com uma política restringida aos que não necessariamente trabalhavam, à uma institucionalização da violência via uma polícia, à criação de um exército, ao surgimento do Direito, enfim, sobre uma maior complexificação social perpetrada pela classe dominante, subjugando e explorando uma imensa maioria.

Mas essa divisão, essa separação de funções sociais específicas, desiguais, de cotidianos absolutamente diferentes, possibilitou uma dominação também subjetiva, espiritual sobre os indivíduos. O trabalho se configura do ponto de vista social, não só materialmente, já que o processo teleológico também se faz necessário intra-indivíduos. É preciso uma explicação de mundo que também dê conta de manter coeso a relação social diante dos mais desfavorecidos, para além dos próprios explorados e oprimidos. Não à toa que o complexo do trabalho arregimenta vários outros complexos em torno de si, mas esses outros tomam proporções que fogem da sua imediatividade, estes se alçam entre os indivíduos, de modo algum podendo ser confundido com o trabalho. A partir disso compreendemos na história que

a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. (MARX; ENGELS, 2007, p.35-36)

A divisão social do trabalho cria novas possibilidades e necessidades que nenhuma comunidade antes disso pôde viver ou experimentar¹⁹. Nenhuma outra pôde experimentar, não no sentido da incapacidade das comunidades sem exploração de produzir e reproduzir socialmente, mas porque a potencialidade que surge a partir da exploração de classes – potencialidade essa carregada vigorosamente de violência – dá a possibilidade da dominação das outras comunidades, fato que infelizmente nos mostrou, por exemplo, o império e a colonização.

¹⁹ Como disse Engels em a Origem da família, da propriedade privada e do Estado: “Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria” (2012, p.222).

É preciso atentar para o fato de que divisão social do trabalho não é sinônimo de exploração de classes. Tivemos na história comunidades produzindo sob uma divisão social de trabalho sem se apresentar nela uma exploração de classes. O que Marx diz é que por uma alteração na divisão social do trabalho, se altera o modo de produzir a riqueza, se altera a produção social.

Como dissemos, a família se constitui enquanto primeira divisão, e mesmo na divisão do trabalho, que no início

Se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. (Ibidem)

A divisão sexual do trabalho, com funções específicas para homens e mulheres em organizações anteriores a sociedade de classes, anterior à propriedade privada, não constitui uma opressão, uma violência, como dissemos. Somente quando essa divisão se torna a constituição de uma família, do surgimento da propriedade privada, é que podemos falar em violência e opressão.

Daí que se compreende um dos aspectos mais desumanos, alienantes, da divisão social: a cisão entre o âmbito público e o âmbito privado. Essa cisão direciona vários aspectos que delimitarão a função da mulher e a função do homem na sociedade; a função do trabalhador e a função dos donos dos meios de produção²⁰.

A partir da perspectiva da “ciência da história” marxiana, da materialidade das relações sociais entre as classes, que podemos investigar o fenômeno. Isso, desde já, nos direciona ao modo pelo qual a nossa pesquisa caminhará, se “autodirecionará”²¹. Isso não implica dizer que irá se negar a força espiritual dos indivíduos, da subjetividade voltada para as relações entre os próprios indivíduos. Porém, há que se entender essa relação como uma unidade, e que dessa unidade o momento predominante da relação está voltada para o complexo *material* deste:

²⁰ Estamos a nos referir da cisão na sociedade de classes, pela propriedade privada de produção.

²¹ Auto no sentido de que é o objeto que direcionará o sujeito que pesquisa. “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica”. (MARX; ENGELS. 2007. p.86-7)

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal [ideológica] das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Idem. p.47) ²²

Portanto as ideias da classe (ou das classes) que domina, jogam um peso enorme sobre a consciência dos que não detém seus meios de subsistência. Joga um peso pois a explicação de mundo sobre o por que fazemos o que fazemos, e qual a finalidade disso tudo, tem que ser respondida, tem que ser apresentada. Nisso reside, por exemplo, a função que a economia política cumpre para a sociedade regida pelo capital, a sua explicação de mundo tem função específica, cumpre assim o seu papel significativo para a classe dominante.

Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso. Essa concepção da história, comum a todos os historiadores principalmente desde o século XVIII, deparar-se-á necessariamente com o fenômeno de que as ideias que dominam são cada vez mais abstratas, isto é, ideias que assumem cada vez mais a formas da universalidade. Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (Idem. p. 48)

É por isso que a burguesia é uma classe que ascende a sua particularidade sobre a universalidade na história. Disso ocorre uma contradição de uma classe com um programa particular, com uma finalidade particular que se choca com o universal, pois sua particularidade não contém possibilidade de se universalizar socialmente. A única classe que pode assim alçar sua particularidade e se universalizar socialmente, é a classe trabalhadora, por via de alcançar a emancipação humana.

O meio pelo qual essa, ou aquela classe dominante, irá perpetrar impositivamente a sua concepção como sendo “universalmente válida”, será pelo complexo da política (aqui no sentido da organização social por um poder violento).

²² O acréscimo se encontra como uma Variante no manuscrito.

Ainda que outros complexos sociais sejam meio de expressão ideológica da classe dominante (a religião, arte, literatura, filosofia etc.), sem se colocar na política para se administrar via Estado, a classe dominante não alcançaria sua dominação, já que é o âmbito da vida social onde publicamente os indivíduos das classes dominantes se relacionam para administrar, gerir sob todas as maneiras sua dominação.

É importante essa constatação, ainda que não adentremos no campo da política em Marx, porque esclarece *a priori* que no campo político – seja qual classe dominante for dentro da sociedade capitalista – a sua razão de ser estará fundamentada pela economia política, ou seja, pela relação social de produção regida pelo capital²³. Por isso a política é necessariamente a economia política, e a economia política é o campo de atuação da alienação do capital.

Se partirmos, portanto, do entendimento de que as ideias – ou a ideologia – de uma época são as ideias da classe que domina, e essas ideias da classe dominante derivam da expressão de uma relação material da vida dos homens, então, o direcionamento da nossa pesquisa será sobre essa organização da vida material historicamente determinada, ou seja, socialmente determinada. Ao se debruçar sobre essa organização é que Marx chegará à gênese das classes sociais no capitalismo. E apresentaremos pois, o próprio foco de Marx em direcionar as transformações decisivas da sociedade feudal à capitalista; o surgimento do desenvolvimento global do comércio; aparecimento do trabalho assalariado como força de trabalho; a alteração da produção via capital industrial; e também a alteração da reprodução da vida social por uma nova e mais degradante divisão sexual de trabalho, ainda que este último não tenha sido objeto propriamente de pesquisa de Marx.

O primeiro solavanco do avanço das forças produtivas de forma significativa – já indicando o caminho que se abrirá à classe burguesa como revolucionária na

²³ Mézáros irá dizer (a partir de Marx) que a preponderância do complexo econômico sobre o complexo político se dará na passagem do Feudalismo ao Capitalismo, e isso é um desdobramento da Alienação, o que significa um não-economicismo de explicação, mas fundado sob a complexidade do trabalho. Enquanto a política desempenhava um papel parcial de alienação da vida social, a economia (via o capital da grande indústria) desempenhará uma alienação universal: “Nesse desenvolvimento da parcialidade à universalidade, da personificação à despersonalização, das limitações e mediações políticas à liberdade e imediaticidade econômicas, a economia política gradualmente suplanta o velho fetichismo e formula com clareza as condições da alienação desenfreada. Assim, o desenvolvimento da parcialidade política à universalidade econômica significa que a alienação particular ou ‘específica’ é convertida em alienação universal” (MÉSZÁROS, 2016, p.126).

entrada da Era Moderna – foi, segundo Marx, a separação entre Campo e Cidade. Separação no sentido de que o campo deixa de ser predominante na produção da riqueza já que o comércio começa pouca a pouco, a direcionar, a delimitar a própria produção do campo, e assim empurrar um desenvolvimento das forças produtivas que ele mesmo impunha, ou seja, o comércio passa a ser predominante sobre o campo. E o maior exemplo disso na história, segundo Marx, é quando constatamos o surgimento do Estado moderno e seu aparato institucional/burocrático, justamente para conciliar as nascentes contradições da sociedade civil:

A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais. [...] Com a cidade surge, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. (Idem, p.52)

Essa oposição, a princípio, se dá pela diferenciação da acumulação do capital, donde, no campo essa riqueza era absolutamente atrofiada, não podendo se desdobrar para o resto da sociedade, pois o campo não conseguia desenvolver as forças produtivas tão instigadas pelo capital, nesse sentido chega um momento do desenvolvimento histórico que o campo já não atende as necessidades da produção administrada pelas classes dominantes e estamentos – senhores vassalos, nobreza, clero, burguesia, pequena burguesia; a isso Marx chama de “capital *estamental*” ou capital “natural-estamental”, forma consequente da organização da propriedade privada na Idade Média (Idem, p.54). Ainda que o clero, alguns guerreiros, vassalos e os nascentes comerciantes detinham certa quantidade de capital em mãos, não tinham onde empregar esse capital – ainda que quisessem – já que o desenvolvimento das forças produtivas não possibilitavam tal ação, era por isso um capital inativo, estático, imóvel, improdutivo (HUBERMAN, 1977, p.25).

Importante notar como entre as duas classes principais que estão para surgir ainda, burguesia e proletariado, aqui já entram em cena frações de classes que serão fundamentais para a organização civil, do Estado mesmo, entre as quais: o funcionário público, o policial, e o banqueiro.

Portanto a oposição entre cidade e campo haveria de dar um passo a mais na história, de modo que outra classe surja dando luz a uma embrionária concorrência. Concorrência esta que impulse não somente o desenvolvimento social local, mas

rompe barreiras para um mercado mundial, logo, propelindo para o surgimento da Nação, do Estado:

O processo seguinte na expansão da divisão do trabalho foi a separação entre a produção e o comércio, a formação de uma classe particular de comerciantes, uma separação que nas cidades históricas tradicionais (com os judeus, entre outras coisas) foi herdada do passado e que não tardou a aparecer nas cidades de formação recente. Com isso, estava dada a possibilidade de uma ligação comercial para além dos círculos mais próximos [...]. Com o comércio constituído numa classe especial, com a expansão do comércio por meio dos comerciantes para além dos arredores mais próximos da cidade, surgiu prontamente uma ação recíproca entre a produção e o comércio (MARX; ENGELS, 2010, p.54).

Como estamos, a partir de Marx, colocando em evidência o essencial da explicação desse processo histórico de transição social, há a necessidade de utilizarmos a força da abstração, sem perder de vista seu plano histórico-social. Este foi um processo longo, que durou séculos, mas que no seu bojo tem a divisão social do trabalho como um dos seus momentos predominantes, fulcrais para que o capital deixe de ser particular e se torne capital universal, móvel, um capital sem fronteiras.

É exatamente desse capital, desta forma de divisão social do trabalho, que surge no mesmo instante uma classe comercial, classe essa preocupada com a produção, que personifica os desejos e anseios do embrionário capital industrial. Dessa transição o

comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, enquanto nas corporações concentrava-se a pequena burguesia, que então já não dominava mais nas cidades como antes, mas tinha de se curvar ao domínio dos grandes comerciantes e manufatureiros. Daí a decadência das corporações, tão logo entraram em contato com a manufatura (MARX; ENGELS, 2010, p.57)

O desenvolvimento do comércio fez com que se estabelecesse, para melhor eficiência, uma associação entre os mercadores, possibilitando uma melhor organização e fruição do dinheiro, não mais imóvel e às margens, mas tomando forma a tal ponto de predominar as relações como compra e venda das coisas. Assim fez surgir uma classe média, organizada e moderna (HUBERMAN, 1977).

Mas ainda que essa nova divisão social do trabalho fosse muito mais complexificada que a da Idade Média propriamente, não tinha em si as possibilidades de uma concorrência mundial plenamente desenvolvidas, já que várias nações eram colônias – limitando muito o desenvolvimento das forças produtivas nesses locais – e também porque a Inglaterra concentrava uma quantidade enorme de capital, além de ser a maior potência marítima na época das colônias. A Revolução Gloriosa antecipa

aqui, um processo de dominação da burguesia, que tem seu momento mais marcante politicamente pela Revolução Francesa (uma via clássica de dominação política da burguesia), mas que encontrará apenas na Revolução Industrial a sua real dominação, a via clássica da dominação universal da economia política (capital). A burguesia na Inglaterra do século XVII direciona sua força para um poder político junto à monarquia, mas conseguindo ditar esse poder via desenvolvimento econômico, com cercamentos de terras e expulsão dos camponeses, desenvolvendo o comércio interno e limitando as importações, isto é, a assim chamada acumulação primitiva. Assim a Inglaterra se alça já na segunda metade do século XVII como uma potência mundial, dominando algumas colônias e fundamentalmente dominando o deslocamento marítimo, seja pelos saques seja pelas taxações e restrições à outras embarcações. Mas isso, ao mesmo tempo criou em si a possibilidade do passo à frente na história – por mais contraditório que se mostre –, pois, com

a concentração do comércio e da manufatura num só país, a Inglaterra, concentração que se desenvolveu incessantemente no século XVII, criou gradualmente para esse país um relativo mercado mundial e, com isso, uma demanda por seus produtos manufaturados, demanda esta que não podia mais ser satisfeita pelas forças produtivas industriais anteriores. Essa demanda, que crescera para além dos limites das forças de produção, foi a força motriz que deu origem ao terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média, criando a grande indústria – a utilização de forças elementares para fins industriais, a maquinaria e a mais desenvolvida divisão do trabalho (MARX; ENGELS, 2010, p.59-60)

Aqui o capital se encontra em plena possibilidade de se universalizar, de universalizar a alienação via a economia (ver Mészáros, onde citamos na nota 4). Daí a ascensão da nova classe dominante, que se apresentava com um projeto político revolucionário via a Revolução Francesa, mas que via economia se apresentava pela Revolução Industrial. A partir de então se manifestava uma configuração de classe dominante nunca antes atingida na história:

enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais à parte, a grande indústria criou uma classe que tem em todas as nações o mesmo interesse e na qual toda nacionalidade já está destruída; uma classe que, de fato, está livre de todo o mundo antigo e, ao mesmo tempo, com ele se defronta. A grande indústria torna insuportável para o trabalhador não apenas a relação com o capitalista, mas sim o próprio trabalho (Idem, p.61).

Esse é sem dúvida um período histórico altamente dinâmico e contraditório, já que de toda uma dominação e subjugação colonial, do reaparecimento da escravidão, da exploração, da opressão, da concentração de riqueza, se produziu uma revolução

social sem precedentes que deu origem a Era Moderna. Como disse Engels: “Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria” (ENGELS, 2012, p.222).

Portanto o desenvolvimento da divisão social do trabalho, só é possível de se expandir exponencialmente, quando o próprio capital se torna uma forma de acumulação da propriedade privada, e quanto mais essa propriedade se torna possível pela Revolução Industrial, maior é a possibilidade do desenvolvimento exponencial das forças produtivas. No seu período concorrencial, o capital se espalhou – acima de tudo como exemplo a Inglaterra – por onde a classe dominante podia-o representar, o capital se personificava tanto quanto pudera, seja em ramos de produção já estabelecidos seja em novas áreas de exploração – como as colônias por exemplo.

Capítulo 2 – A cooperação: força de trabalho e o nascente capitalista

O trabalhador que antes se encontrava em maior parte trabalhando nos campos (vassalos, arrendatário livre, trabalhadores assalariados da agricultura e o camponês, que trocava o trabalho na terra por uma parte dela que podia plantar e produzir seu alimento próprio – assim como roupas, móveis, ferramentas, etc.)²⁴, e na cidade, como artesão e os mestres, era a forma de trabalho na qual o dinheiro não predominava, não era este um meio de troca pelo trabalho prestado (ainda, é claro, que este se encontrasse nas mãos dos trabalhadores aqui e ali). Acontece que já em meados do século XVI, uma nova forma de organização do trabalho irá se desenvolver, trazendo consigo o impulso necessário de produção capitalista, servindo assim como uma preparação para a sociedade capitalista: a cooperação.

A divisão do trabalho que entra em cena nos primórdios do capitalismo, ou se quiser, no período de transição deste, que vai do “início do século XVI até o último terço do século XVIII” (Marx, 1983, p.267), é onde encontramos a moderna força de trabalho, é nesse período que abrange nosso interesse nesse capítulo.

Podemos dizer que se trata de um longo período de séculos onde a divisão social do trabalho desempenha um papel importante, neste caso na cooperação como veremos aqui, e que será fundamental para a sociedade capitalista propriamente dita. Com ela se dá a produção de mercadorias em coletivo, assim como a transformação da força de trabalho em mercadoria.

A produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadorias, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. Com respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada (MARX, 1983, p.257)

Essa forma de concentrar vários trabalhadores, ou se quiser, vários artesãos, num mesmo local, fornecerá um aumento do capital para o dono do estabelecimento

²⁴ Se antes os que viviam no campo podiam se alimentar gerindo 4 acres de terra, posteriormente atingidos pela expropriação violenta, se satisfaziam quando detinham um jardim ou uma pequena horta. (MARX, 1984, 2013).

em questão, assim como aumentará a exploração sob estes artesãos. Portanto, “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, 1983, p.259). Aqui, nessa fase histórica, os meios de produção continuam basicamente os mesmos que um artesão utilizava, não há alteração desses meios, das ferramentas ou da matéria-prima. Porém concentrar esses artesãos em um local, traz consigo pequenas vantagens para quem explora, e do ponto de vista do produtor individual, por exemplo o mestre artesão, traz uma concorrência da qual pouco a pouco este não poderá conter individualmente.

Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria ou a força de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo. (MARX, 1983, p.259)

Há, portanto, uma dupla compensação para quem explora. Primeiro que, segundo Marx, os meios de produção utilizados pelos artesãos num mesmo local (por exemplo, 20 teares para 20 artesãos) traz consigo mais espaço para o trabalho, e leva a um processo de produção mais eficaz, possibilitando controlar o tempo de produção, temporalizar o quanto de mercadorias se consegue fazer em um dia por exemplo. “Com isso diminui um componente do valor do capital constante, diminuindo também, portanto, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria” (MARX, 1983, p.259). Isso faz com que menos valor²⁵ seja transferido à mercadoria individual, gerando, portanto, uma massa maior de mais-valia²⁶ ao capitalista individual. Mais-valia é a parte do excedente de produção que é apropriada pelo capitalista individual,

²⁵ “[...] um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da ‘substância constituidora do valor’, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é mediada pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.” (MARX, 1983, p.47)

²⁶ Não podemos aqui adentrar nas várias categorias que Marx trata ao longo da sua obra, *O Capital*, é preciso que o (a) leitor (a) tenha um conhecimento mínimo e prévio sobre estas, dentre as quais: valor, valor de uso, valor de troca, salário, força de trabalho, mais-valia, tempo de trabalho, etc. etc.

e que também faz parte da concentração do capital global. Mais-valia está ligada diretamente com a relação da exploração da força de trabalho (nesse caso de várias forças concentradas) pela criação de mercadorias.

Isso afeta também para o salário do artesão (agora artesão de trabalho coletivo), pois faz com que o capitalista possa baixar o valor da sua força de trabalho. Baixa-se justamente pela queda do valor unitário da mercadoria, refletindo assim numa queda nos preços das mercadorias que cobrem as necessidades básicas dos trabalhadores. Portanto o capitalista pode também reduzir o valor do salário.

Percebe-se que as duas coisas acabam se complementando, pois tanto a mercadoria do ponto de vista da concorrência acaba sendo mais barata, já que têm-se menos valor cristalizado nela, e tanto o salário pode ser rebaixado, pois as condições de sobrevivência do trabalhador tornam-se mais baratas, pelo preço final da mercadoria.

Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais a jornada de trabalho combinadas produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil. [...] Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie. (MARX, 1983, p.261-262)

Deve-se entender também como cooperação quando um capitalista individual concentra meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável) sob um mesmo lugar, sob o controle de um indivíduo, um proprietário. Tão logo esse capitalista coloque em prática sua exploração ele encontrará a força da concorrência entre os demais, justamente porque pela cooperação a força do trabalho se torna processo de trabalho social combinado. Ele terá, portanto, de mediar esse processo, fiscalizar, dirigir, supervisionar como um maestro que dirige a orquestra (MARX, 1983). Essas são forças do capital lhe dizendo o que fazer, e ao mesmo tempo é ele enquanto capitalista individual, a personificação desta força social do capital.

Surge, portanto, a partir da cooperação, uma nova organização do trabalho, uma nova divisão do trabalho que não se encontrava na produção feudal. Concentrar trabalhadores, ainda que com as mesmas funções, num mesmo local, é algo absolutamente distinto do que ocorreu ao todo das sociedades anteriores. O trabalho realizado sob a égide desse capitalista individual, produz uma primeira concentração de capital na produção, uma produção de mais-valor via exploração de vários trabalhadores sob um mesmo teto.

Quando vários artesãos trabalham dispersamente em seus estabelecimentos, em suas oficinas, estes conformam uma divisão do trabalho espalhada pela sociedade, configuram na verdade uma divisão global, na qual a coesão entre ela se estabelecia pelo comércio.

Quando a cooperação entra em cena essa divisão do trabalho se modifica, ela se concentra em um local e sob um comando, um chefe, o patrão. Se potencializa o processo porque esse não se encontra mais disperso, mas unido, coordenado e dirigido pelo tempo e local.

Esse capitalista é a primeira manifestação do capital na produção. Por tanto ele tanto pode estar atuando junto aos trabalhadores (fiscalizando, repondo materiais de matéria-prima), como pode estar apenas administrando seu investimento. Ainda que a divisão entre os indivíduos que pensam e os indivíduos que executam o trabalho esteja fortemente presente nessa relação, aqui (na cooperação), esse indivíduo capitalista tem uma função nova, que é fiscalizar e supervisionar os trabalhadores. No início ele compra a força de trabalho conjunta e participa do processo, depois ele coloca outros trabalhadores para fazer essa função, e fica somente com a preocupação de onde investir seu capital e como se enriquecer mais.

Através da cooperação o capitalista individual consegue atingir uma média social de produção, já que ele reúne sob o mesmo teto uma força produtiva de trabalho social. Há também o tempo de duração diária dessa força de trabalho servindo ao capitalista, o que possibilita atingir tal média. Uma quantidade variada de forças de trabalho individuais se mescla sob diferentes qualidades: uns produzem de maneira mais rápida, outros menos experientes são mais lentos e imaturos, e a maioria possivelmente atinge uma média de destreza nesse local.

Disso se extrai uma média social de produção, dando, portanto, um caráter social a essa cooperação. O capitalista começa a visualizar objetivamente o quanto produz socialmente a partir das ferramentas e matéria-prima que se tem em disposição em sua época. O quanto produz a partir de uma força social para produzir determinada mercadoria. Ele consegue organizar e explorar a partir de uma força de trabalho social média, e se produz uma soma de trabalho social médio. Isso diz respeito diretamente aos limites das forças produtivas da sua época, e sua posição na concorrência do mercado.

As ferramentas passam a ser modificadas constantemente, pois quanto melhor desempenho a força de trabalho individual servir para uma dada função, melhor será

a produção no final do processo, mais preciso e rápido se dará. Quanto mais fácil essa ferramenta servir a uma destreza média dos trabalhadores, melhor para o capitalista, já que mesmo um trabalhador que tenha uma capacidade limitada, e que fique a baixo da maioria, pode assim compensar com uma ferramenta melhor, mais adequada. Enquanto um trabalhador que detém uma capacidade de manuseio acima da média, com uma ferramenta melhorada, acaba por suprir a capacidade de uma força de trabalho mais reduzida durante esse processo conjunto.

Com a cooperação começasse a produzir de uma maneira organizada e linear, controlando os ritmos da produção dentro da oficina e o material utilizado, e podendo por isso estabelecer metas diárias, semanais, específicas, que do ponto de vista da produção global do capital, surge como aumento.

Cria-se uma força de trabalho potenciada, que aumenta a capacidade de produção frente ao artesão isolado. I

Essa introdução da cooperação simples, é a base para a divisão do trabalho que aparece na manufatura. Pode por isso acontecer uma cooperação em uma construção, uma obra, donde "uma fila de mãos" atuam em várias frentes dessa empreitada, formando assim a mesma lógica da cooperação de artesões. (MARX, 1983, p.260)

Se o processo de trabalho é complicado, a simples massa dos que trabalham juntos permite distribuir as diferentes operações entre diferentes braços e, portanto, executá-las simultaneamente, e em virtude disso encurtar o tempo de trabalho necessário para fabricar o produto global (Idem. p.261)

Cria-se, portanto, novos ramos de exploração sob a cooperação. Os limites naturais começam a desmoronar, e a combinação de vários trabalhadores cria uma força de trabalho social que quebra os limites de se produzir individualmente. Alcança-se um controle maior da produção e aumento do ritmo do trabalho, se comparado com a produção artesanal de um indivíduo. O mercado começa a se expandir, novas frentes começam a se abrir na divisão internacional do trabalho. Possibilidades de aumentar construções civis e acelerá-las, deve-se também à essa introdução da técnica da cooperação.

O capital consegue pela primeira vez adentrar na produção, ele se personifica no nascente capitalista, sob a forma de chefe, patrão, supervisor. E transforma a força de trabalho na sua forma antagonista, como uma classe social. Têm-se, portanto, o surgimento de duas classes que ao passar do tempo tornar-se-ão antagônicas, mas

que aqui, estão apenas dando seus primeiros passos. Eles estão na verdade em gestação, as contradições vivas e objetivas das lutas de classes não são visíveis, e nem mesmo o artesão que trabalha em conjunto com outros pode se ver enquanto classe.

Vê-se que com uma modificação na divisão do trabalho e na concentração dos meios de produção, se modificam conseqüentemente a organização social e surgem com isso novas classes, ainda que não maduras historicamente. O trabalho não é tudo para o ser social nem para a compreensão deste, mas por ele e a partir dele, torna-se a compressão da sociedade de maneira muito mais perceptível.

Surge a figura do supervisor, do fiscal de trabalho, porque aqui ele é desmembrado da produção, da criação, e se torna a cabeça pensante que se separa do ato de trabalhar. Claro que essa divisão já existia anteriormente, mas não com essa função, não com o intuito de produzir mais em menos tempo e acumular com isso uma riqueza maior. De modo oposto, do outro lado, surge a figura do trabalhador assalariado, (muito diferente da figura do jornaleiro), tendo que vender sua força de trabalho para sobreviver e continuar assim pelo resto de sua vida. Sendo controlado sob todo o tempo no processo produtivo, do início ao fim.

Há portanto um pressuposto dessa nova organização que é crucial, a de que os trabalhadores não tenham acesso ao controle dos meios de produção; não tenham acesso ao produto final que se é produzido, a não ser que seja através do mercado. Também pressupõe que essa força de trabalho seja explorada em conjunto, junto as ferramentas e matéria prima, isso é fundamental. Pois força de trabalho dispersa trabalhando autonomamente não possibilita o surgimento da figura do capitalista, e com ele, todo o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho²⁷.

Marx não caracteriza esta forma de organização do trabalho, a cooperação, como tendo surgido apenas no capitalismo. Segundo o autor já a “encontramos nas origens culturais da humanidade, predominantemente nos povos caçadores ou eventualmente na agricultura da comunidade indiana”, que “fundamenta-se, por um lado, na propriedade comum das condições de produção” (MARX, 1983, p.265). A cooperação da qual tratamos aqui e na qual nos baseamos através de Marx, é a

²⁷ Os artesãos e trabalhadores fora da fábrica que veremos mais a frente, de modo algum tem caráter autônomo. Ainda que essa figura persista muito depois do capitalismo entrar em cena, ele está produzindo mercadorias, que isoladamente não determina e não influencia em nada para o capital, para seu acúmulo. A lógica global da produção é a partir de então a lógica do capital, quer produza autonomamente em sua residência/oficina, quer não.

cooperação simples do modo de produção capitalista, que tem como característica o trabalhador livre juridicamente, pois tem na sua liberdade a escolha entre vender sua força de trabalho por um salário, ou se recusar e passar fome; por outro lado o seu comprador, o capitalista, tem a liberdade de poder concentrar e controlar o processo do trabalho pela nova divisão desta estabelecida

Portanto a cooperação aparece como uma forma peculiar de caracterização básica do modo de produção capitalista, ela não foi a primeira e nem será a única forma, pois ela aparece “como forma particular ao lado de suas formas mais desenvolvidas” (MARX, 1983, p.266).

Essa cooperação foi o método de entrada do capital na produção e criação de mercadorias. Método esse que o capitalismo se fez valer para direcionar todas as suas energias. Trabalhadores desprovidos de meios de produzir, concentrados para produzir num determinado tempo de trabalho, sob a supervisão de um capitalista individual num local específico, e que recebem em troca um salário, não tendo retorno imediato do que eles produzem, já que produzem mercadorias para outrem. Eis o método inicial encontrado para o capital adentrar na produção: a cooperação.

A cooperação é apenas um método de entrada do capital, e da subsequente sociedade capitalista. Ele não se fixa na história como uma forma derradeira de transição, mas contém como método uma modificação substancial para a divisão do trabalho, já que para o capitalismo é fundamental ter força de trabalho sendo explorada num local específico, donde a figura do capitalista torna-se a persona principal da classe que explora.

Temos, portanto, os primeiros passos do capital na produção de mercadorias. A cooperação dá essa possibilidade primeira do capital adentrar em um terreno até então desfavorável para sua investidura, pois como dissemos, o capital mercantil não tinha nenhum atrativo para ser deslocado para dentro da produção, já que esta praticamente não se desenvolvera no seu longo período feudal (não no sentido do desenvolvimento das forças produtivas capaz de aumentar o volume dos valores de uso para que pudessem ser transformados em mercadorias). Em outros termos esse é um momento da modificação da divisão do trabalho, ainda que muito limitada para o desenvolvimento das forças produtivas. O capitalismo há de encontrar várias outras formas para acelerar esse desenvolvimento, dentre os quais passaremos ao próximo capítulo em discussão, a transformação dessa modificação pelo capital variável, a força de trabalho.

Capítulo 3 – Divisão do trabalho e manufatura

A cooperação modificou toda a relação social inclusive e indiretamente todos os ofícios e nos artesãos, alterando assim a forma como estes produzem e se relacionam com o mercado. Estes, artesão dos mais variados ofícios, vão sendo subsumidos (entre os séculos XVI ao XVIII) pela nova divisão do trabalho, e o próprio capital vai ganhando terreno, no controle do mercado e dos processos produtivos.

Essa nova divisão do trabalho irá concentrar a força dos trabalhadores em um local, geralmente em um grande barracão, onde o proprietário poderá assim ter o controle maior da força de trabalho, controle justamente personificado pelo incremento do capital, que entra em cena como impulsão na indústria. Aqui a forma de mediação não será mais aquela troca direta, aqui o dinheiro toma parte importante no processo aparecendo como salário²⁸.

O salário que o proprietário irá dar para o trabalhador, em troca da sua força de trabalho é claro, dá a possibilidade deter o controle de todo o instrumental do trabalho: ferramentas, maquinas, matéria prima entre outros. E é claro, por meio dessa nova divisão do trabalho, o tempo de trabalho passa a ser o tempo cronometrado que o trabalhador terá que se submeter para ter o salário em troca. O resultado disso é a venda da força de trabalho por um período diário, para ter a possibilidade de se manter vivo através do salário. Sem este não há outro meio desse novo trabalhador adquirir comida, roupa, móveis, moradia etc.

Esses são os aspectos e consequências naturais da propriedade privada, quando ela se coloca como ser universal nas nossas relações. Mas ainda precisamos adentrar nas especificidades desse novo trabalho, dessa nova divisão dentro dele.

A cooperação atinge uma nova forma, se modifica internamente. A manufatura que se verifica é “uma espécie particular de cooperação” (MARX, 1983, p.269). Esse novo trabalhador (que iniciou seus passos deixando seu ofício particular para adentrar – forçadamente – na cooperação capitalista) exercerá a atividade da manufatura. E

²⁸ De modo geral, a venda de mercadoria que se desdobra pela Idade Média, se dava pelo comércio (feiras e mercados), de modo que era uma relação secundária frente ao trabalho do artesão, ou do trabalhador no campo (com suas várias estratificações). Essas mercadorias entravam em geral no comércio advindas como um excedente do trabalho do campo por exemplo (ainda que esse excedente seja pequeno), depois que o fruto do seu trabalho tenha dado o suficiente para sua família; também por vezes o trabalho no campo possibilitava receber um salário em troca dos serviços, o que também facilitava e fomentava o comércio local.

esse é um processo que levará décadas, para que se torne algo comum para essas pessoas. Isso porque concentrar trabalhadores num local específico, trabalhando lado a lado, é algo totalmente novo para quem trabalhava diretamente com a terra ou com a produção do artesanato na cidade, a pouco tempo atrás (dentro uma, duas gerações).

Esse processo da manufatura vai surgir sob uma dupla origem, dirá Marx. “Em um modo, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, por cujas mãos tem de passar um produto até o acabamento final, são reunidos em uma oficina sob o comando de um mesmo capitalista” (MARX, 1983, p.267). Marx dá o exemplo da produção de carruagens, onde diferentes artífices são então reunidos sob o mesmo lugar vendendo sua força de trabalho para o mesmo capitalista. Ou seja, se antes esse mesmo poderia construir uma carruagem conhecendo todo o seu processo, aqui nessa grande oficina ela irá perder essa capacidade, justamente porque o interesse do capital é ter uma força de trabalho que exerça da melhor maneira possível e no menor tempo possível a sua função específica na produção. Se entendermos a produção da carruagem como uma totalidade, ao trabalhador assalariado cabe exclusivamente o momento particular desse processo, é um trabalho “parcial e unilateral”.

A outra origem dessa manufatura será reunir também “muitos artífices que fazem o mesmo ou algo da mesma espécie, por exemplo, papel ou tipos de imprensa ou agulhas, são ocupados pelo mesmo capital simultaneamente na mesma oficina” (MARX, 1983, p.268). A manufatura também consiste na cooperação de artesãos da mesma espécie, o que se altera é que a manufatura irá desmembrar processo produtivo que antes era executado inteiramente por uma só mão do início ao fim. Ainda que o artesão faça parte dessa divisão, cria-se ao lado dele funções de outros artesãos (advinda das técnicas de produção e da nova divisão do trabalho), especializa sua tarefa dentro do processo produtivo, mesmo que este ainda não seja um operário. A manufatura desenvolve assim a divisão do trabalho, cria novas divisões e funções, e assim aperfeiçoa todo o processo, desenvolvendo as forças produtivas sociais.

Se na cooperação simples o capitalista controlava o processo da feitura da mercadoria reunindo vários trabalhadores sob uma mesma função (por exemplo, tecer linho), assim como, poderia procurar frentes fora da sua instalação, mas sob a égide do capital desde já; na manufatura as diferentes atividades para se produzir uma mercadoria se concentram num mesmo local, dando um novo caráter para essa

cooperação, onde o trabalhador começa a perder sua autonomia e a suas capacidades físicas e intelectuais começam a deixar de interferir no processo de produção de mercadoria com a intensificação da divisão do trabalho e a especialização.

A divisão do trabalho irá fragmentar e particularizar as operações, desmembrando assim o processo de uma mercadoria, do início ao fim, num mesmo local. O trabalhador perde, portanto, a capacidade de compreensão da totalidade do processo, ele torna-se coisa dentro da divisão do trabalho, um mero instrumento que está ali para cumprir uma função particular.

Mas não é só isso, o capitalismo irá levar o processo da divisão do trabalho até as últimas consequências, irá dividir e acelerar essa produção ao máximo possível. Se ao entrar nesse processo um só trabalhador ao lado de vários fabricar uma agulha do início ao fim, o capital irá forçar, criar uma divisão onde antes não existia, e irá, portanto, fracionar esse processo tanto quanto possível, tanto quanto se produza mais em menos tempo.

Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência temporal, elas são desprendidas uma das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. (MARX, 1983, p.268)

Essa é uma tendência que se mostrará universal na produção capitalista, o fracionamento das funções de trabalho, da divisão do trabalho, em função do aumento da acumulação do capital, e como veremos isso independe destes trabalhadores estarem juntos num mesmo local, ou se estão em locais separados geograficamente. Pense por exemplo quando uma empresa de capital estrangeiro da China investe na extração de minérios na região centro-oeste do Brasil. É um capital que não encontra fronteiras, e que da extração desse minério em país estrangeiro, tem como destino a fabricação de objetos no seu país de origem, para daí colocar em comercialização em todo o mundo: isto é, uma divisão social do trabalho, internacional do trabalho²⁹.

Uma vez que esse trabalhador se coloque numa função específica, ele irá se aperfeiçoar ao máximo possível com a sua ferramenta. Isso conseqüentemente irá desenvolver as forças produtivas em geral, na concorrência entre os produtores capitalistas. Na cooperação simples o artesão podia adentrar no todo do processo, na

²⁹ Isto ficará em mais evidência no próximo capítulo sobre a maquinaria e grande indústria.

manufatura a autonomia do trabalhador é suprimida, fixa-se cada qual em sua função específica.

Um artesão que executa, um após outro, os diversos processos parciais da produção de uma obra, é obrigado a mudar ora de lugar, ora de instrumentos, A passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho e forma em certa medida poros em sua jornada de trabalho. Esses poros vedam-se, tão logo ele execute o dia inteiro continuamente uma única e mesma operação. O aumento da produtividade se deve aqui ao dispêndio crescente de força de trabalho em dado espaço de tempo, portanto crescente intensidade de trabalho ou decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho (MARX, 1983, p.270).

Ainda que o artesão perdure na passagem da cooperação simples para a manufatura, sua função torna-se mais particularizada, desmembrada no processo, o capital ganha em função da eliminação dos pontos mortos de tempo, pois ao sair de um ponto da produção da mercadoria para ir a outro, toma-se tempo, e com a manufatura esse problema é superado. O artesão ainda perdura nessa fase porque “depende da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento” (MARX, 1983, p.269)

O trabalhador e sua ferramenta se tornam parte particular e unilateral de um processo extenso. O trabalhador toma a sua função e sua ferramenta como uma finalidade de vida, já que é uma força externa a qual ele não controla e também ele sabe que quanto melhor desempenhar essa sua função, menor será a chance de perder seu emprego para outra força de trabalho disponível no mercado³⁰. Essa é uma relação que passará de pai para filho, se tornará hereditário, formando castas, pois quanto mais aperfeiçoada esta for, mais chances de se manter empregado ele terá. O conhecimento particular torna-se conhecimento humano, transbordando para todo o canto da sociedade e sendo aperfeiçoado por cada geração.

³⁰ O processo de desenvolvimento da personalidade dos indivíduos é realmente obstaculizado pela sociedade de classes, mais ainda a do capitalismo. Aquilo que poderíamos desenvolver enormemente da nossa personalidade, se embebedando das várias culturas e das várias criações da humanidade, nos é impossibilitada historicamente. No geral, os indivíduos desta sociedade desdobram a sua personalidade de uma maneira muito limitada, e essa limitação se dá diretamente pela desumanização do capital (a partir deste, se desdobrando em opressões). É claro que há um certo limite para os indivíduos se desenvolverem nos campos do conhecimento humano, mas esse limite passa muito pela desigualdade social. E isso independe se esse indivíduo tenha todo o dinheiro do mundo ou se o mundo resolva distribuir toda a riqueza do capital em várias mãos, a questão da alienação não passa pelos indivíduos isolados, mas sim pela organização social destes.

O período manufatureiro torna essa cooperação como uma relação orgânica social, traz consigo uma divisão social do trabalho também. Se por exemplo no início da produção de vidro tem-se a necessidade de extrair areia numa região sul do país, para transportá-la à região norte para sua transformação, há a necessidade de uma organização que tenha uma ligação entre esse espaço, que funcione como órgãos um com o outro³¹. É claro que em períodos e sociedades anteriores ao capitalismo haviam transportes de matéria prima para a elaboração do vidro. Mas o que nos interessa aqui é o surgimento da manufatura como uma forma *sui generis* na história humana, como uma nova divisão do trabalho que altera toda a constituição, cultura e sabedoria do artesão, camponês, mestre, etc.

É possível dizer que a manufatura é sinônimo da redução do tempo de trabalho, e redução do trabalho é aumento do mais-trabalho, aumento do valor para o capital, portanto maior o volume da riqueza global. Mas veja, redução do tempo de trabalho necessário, aquele que paga a força de trabalho. O salário é esse tempo que é reduzido, e ao reduzir este, aumenta conseqüentemente o mais-trabalho, a mais-valia é aumentada e o capital acumulado se avoluma. Sem dúvidas que proporcionalmente a diminuição do tempo de trabalho necessário para o aumento do mais-trabalho, ainda é pouco se comparado ao que virá na revolução industrial.

Os postos de trabalho dentro dessa divisão geraram também os “chamados trabalhadores não qualificados” (MARX, 1983, p.276), que segundo Marx eram aqueles que por algum motivo não conseguiam alcançar o nível de qualificação necessária para o tempo de trabalho da sua função. O que ocorre é que esses trabalhadores não qualificados ainda assim faziam parte do processo de produção, já que ao desempenhar funções menos complexas (dentro da sua formação não qualificada) eles detinham uma força de trabalho mais barata, conseqüentemente maior o volume da mais-valia para os capitalistas, pois se reduz o trabalho necessário para aumentar o mais-trabalho. Isso não significa que o trabalhador qualificado, exercendo uma atividade que requer um conteúdo maior da subjetividade, detinha um salário maior (estamos falando aqui do trabalhador e do salário, desse longo período de transição e consolidação do capitalismo, do séc. XVI ao XIX). Acontece que “em ambos os casos cai o valor da força de trabalho” (MARX, 1983, p.276), pois a

³¹ Como veremos no próximo capítulo, somente com a entrada da maquinaria e grande indústria que a relação de distância na produção pôde ser superada, até aqui ela ocorre muito esparramada e relativamente distante, do ponto de vista da divisão social do trabalho.

diminuição do tempo de trabalho necessário ocorre em paralelo a ambos os trabalhadores³². Como vimos já na cooperação simples essa diferença qualitativa da força de trabalho se mantém sob uma base social média de trabalho, possibilitando, portanto, capacidades diferentes.

E não há outro modo que não seja pelo meio de diferentes capacidades de destreza produzindo em conjunto mercadorias. Aqui o ponto nevrálgico do desenvolvimento das forças produtivas está concentrada justamente na força de trabalho, não nenhum tipo de máquina que possa suplantar tais limitações. Por isso a cooperação simples e a manufatura têm a capacidade de melhorar e superar essas limitações. Há progressos técnicos da produção porque há força de trabalho concentrada e organizada por um mesmo capital. Depois disso, é claro, as duas forças produtivas acabam se mesclando, mas a força de trabalho continua aqui a exercer papel fundamental.

Essa nova estrutura do trabalho modifica toda a relação do indivíduo com o seu meio, com sua família, seu lazer, seus valores. O tempo joga todo um peso sobre seu cotidiano sobre sua vida. Os trabalhadores no capitalismo são jogados ao nível de sobrevivência. Esse corolário do capital resulta numa modificação sociocultural, onde o conhecimento sempre estará orientado pelo acúmulo da riqueza. O capital irá separar, unilateralizar, isolar os trabalhadores em seus postos para poder acelerar a produção; para diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário, tempo médio de produzir uma dada mercadoria; para aperfeiçoar o trabalhador na sua função específica³³.

Isso é o que Marx chama de alienação humana. Aqui o indivíduo não só perde o controle dos seus meios de produção, mas também perde o controle daquilo que ele produz.

³² É perceptível como o capital incorpora a todos na sociedade desde que este se universalizou. Não há, portanto, razão de se dizer que existem os “excluídos” na sociedade, pois mesmo os que não detêm salário; das pessoas especiais por alguma limitação; os que são oprimidos etc., todos estão absolutamente incluídos na miséria do capital. O desemprego é uma característica do capitalismo, é necessário a ele que existam pessoas sem emprego, não é uma má formação temporária deste, de modo algum. Assim como os outros tipos de desumanidades que o próprio capitalismo gera, dentro das suas particularidades geográficas e históricas, é uma expressão que em última instância está ligada a própria essência do capital de se acumular e aflorar contradições.

³³ Traremos mais essa discussão no capítulo seguinte.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barato quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 2015, p.304).

É uma alienação que ele mesmo engendra e que ele mesmo mantém, mas a mantém sem saber, sem deter qualquer direção deste crescimento da riqueza³⁴. É verdade que dissemos logo atrás que o sujeito dessa nova sociedade é o capital, e assim diz Marx. Mas também é verdade que o capital somente é o sujeito enquanto este tiver autonomia sob o processo de autovalorização do capital, pois se a partir de um momento da nossa história a classe trabalhadora tomar consciência do seu potencial emancipador, podemos então nos tomar sujeitos e superar o capital como relação social. Por tanto a classe trabalhadora é o sujeito em potência na sociedade, a partir do momento que essa classe busque romper o controle e subordinação do capital, este último deixa de ser o sujeito da história.

Portanto, ainda que a divisão do trabalho se situe nas mais remotas comunidades humanas (ela não surge na Era Moderna), no período manufatureiro de trabalho alienado, ela toma uma modificação, uma alteração como dissemos dentro

³⁴ A tese marxiana da alienação é fundamental para a compreensão, dos dias atuais em que vemos constantes manifestações das contradições do capital. E tão válida que, na sua análise ao dizer que os homens não detêm controle do que produzem, é também o mesmo que dizer que os homens (mais precisamente a classe dominante) não conseguem explicar essas contradições. Não consegue, pois, o aprofundamento da alienação faz definhar o conhecimento científico, aquele que se volta a razão humana, e nesse movimento fica cada vez mais distante da verdade das coisas. Por outro lado, ele também não pode chegar às raízes dos problemas sociais, pois ao chegar a tal explicação, chega ele mesmo ao resultado de que são problemas derivados da exploração de uma classe sobre a outra, da propriedade privada. Por exemplo, o surgimento da pandemia do Covid-19, corona vírus, propiciou uma série de explicações mirabolantes, conspiracionistas e políticas da causa da sua existência. Em momento algum passa pelo conhecimento geral (na academia, na medicina, na economia, nas ciências sociais como um todo) a necessidade de compreender: por que os vírus existem; quando estes surgiram; qual a forma deles se manterem ao longo da história (tanto a da natureza quanto a humana); se é possível deter o controle para que não venha mais a surgir, e quais seriam os meios possíveis. Nenhuma destas questões entram na pauta dos especialistas, dos jornalistas, da academia em geral. O que se constata a partir dessa crise é a imediaticidade da coisa, resolver o problema o mais rápido possível para que o capital não seja tão prejudicado, ou seja, produzir uma vacina o mais rápido possível (não que a vacina seja algo irrelevante, longe disso). Nesse sentido a concepção de Marx sempre busca ir na raiz dos problemas, podemos dizer que busca uma explicação de caráter ontológico do ser social.

do complexo do trabalho, pois este passa a ser acelerado, aumentando sua produção. Essa divisão do trabalho tem de ser classificada, a partir da sua própria realidade de divisão, para poder compreender melhor o seu funcionamento.

“Se se considera apenas o próprio trabalho, podemos designar a separação da produção social em seus grandes gêneros, como agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho em geral, a diferenciação desses gêneros de produção em espécies e subespécies, de divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho dentro duma oficina de divisão do trabalho em detalhe”. (MARX, 1983, p.277)³⁵.

Aqui Marx categoriza as divisões que já eram visíveis em sua época, precisamente na Inglaterra. Mas essa divisão do trabalho não surge na aurora do capitalismo, nem mesmo no período áureo da Grécia Antiga, a divisão do trabalho tem sua origem dentro mesmo do núcleo familiar, antes, nas tribos, comunidades³⁶. Os indivíduos convivendo em comunidades, produzindo coisas a partir das suas necessidades, para o seu dia a dia, não necessitaram de um mercado para tal produção. A criação humana de valores de uso não está ligada ao pressuposto da necessidade de um mercado, a criação de coisas úteis está ligada as necessidades cotidianas que os indivíduos detêm historicamente e culturalmente. Essas necessidades podem corresponder à comida, roupa, moradia, faca, ferramentas, livro, totem, entre outras coisas. As trocas que essas tribos e comunidades detinham entre si, é a troca direta de produtos com qualidades diferentes, de utilidades diferentes que correspondiam o fim da troca entre todos os que se defrontavam. Nem dinheiro, capital ou propriedade privada mediavam coisa alguma. Divisão do trabalho não é sinônimo de exploração, somente quando propriedade privada e sua forma hierárquica de divisão do trabalho entra em cena é que podemos traçar uma contradição do ponto de vista da produção de riqueza social.

Como já dissemos, nesse período que a divisão do trabalho passa, da cooperação e manufatura, a sociedade vai se tornando aos poucos cada vez mais global, cada vez mais interligada, vide por exemplo o caso das colônias espalhadas pelo mundo nessa época. Com a complexificação do ser social, o mercado acaba alavancando esse processo, tendo, portanto, um papel importante sobre a divisão do

³⁵ Os grifos são meus.

³⁶ Pelo parco material e limitado historicamente que Marx tinha, ele foi levado a crer (no período de escrita d' *O Capital*) que a família era antecessora à tribo (1983, p.277), mas Engels corrige nas notas da terceira edição (1883), esclarecendo que estudos posteriores com uma profundidade maior, identificam que a família é uma evolução da tribo historicamente.

trabalho, tanto dentro da manufatura quanto dentro da sociedade. A manufatura acaba detendo um caráter fundamental do período da transição, até a chegada da grande maquinaria. Ela (a manufatura) é não somente a expressão de uma nova divisão do trabalho, que é controlado, mas é também o impulso da divisão social do trabalho, do aumento da complexificação da produção capitalista. Como já dissemos antes, na manufatura se fracionam as funções dentro da produção tanto quanto possível for, dependendo da diversidade das matérias-primas utilizadas.

Para realizar mais perfeitamente a divisão do trabalho dentro de uma manufatura, o mesmo ramo de produção é, conforme a diversidade de suas matérias-primas ou das formas diferentes que a mesma matéria-prima pode assumir, dividido em manufaturas diferentes, em parte inteiramente novas. Assim, já na primeira metade do século XVIII, eram tecidas somente na França mais de 100 variedades de seda [...]”. (MARX, 1983, p.278).

Fazendo, portanto, uma análise atual dessa divisão do trabalho já no período manufatureiro, é possível constatar a sua continuidade, respeitando é claro, os períodos históricos da acumulação da capital. Como consequência desses eventos, do melhoramento das ferramentas via manufatura, se tornará como os condicionantes para o surgimento da maquinaria, como será discutido mais à frente.

Marx apresenta que a manufatura, se divide em duas formas fundamentais

Que apesar de eventual entrelaçamento constituem duas espécies essencialmente diferentes e também desempenham papéis inteiramente diferentes, nomeadamente na transformação posterior da manufatura na grande indústria, movida por maquinaria. Esse caráter duplo origina-se da natureza do próprio produto. Este ou se constitui por composição meramente mecânica de produtos parciais autônomos ou deve sua figura acabada a uma sequência de processos e manipulação conexas. (1983, p.271)

O autor dá o exemplo do relógio como a primeira espécie de manufatura, onde todas as suas partes internas, que compreendem dezenas de pequenas peças formando um verdadeiro quebra-cabeças de engrenagens, foram na verdade produzidos autonomamente, ou melhor, foram feitos em locais distintos um do outro. Suas partes constituem o resultado do trabalho social de inúmeros trabalhadores parciais, que somente depois de reunidas todas essas partes, são enfim encaixadas e terminadas por um trabalhador parcial que reuni a totalidade da produção desse relógio (MARX, 1983, p.271.).

Um artesão ou manufatureiro pode desenvolver sobre o material de latão uma engrenagem específica do relógio numa oficina ou galpão; outro pode fabricar a mola

feita de aço em outro local, sem que ambos tenham qualquer ligação um com o outro. Eles de fato compõem uma divisão social do trabalho com particularidades da divisão do trabalho, desenvolvendo assim mercadorias diferentes para o mercado, para o comércio. Quem de fato faz essa ligação como uma totalidade, quem dá coesão a essas mercadorias particulares, que constituem uma “composição meramente mecânica de produtos parciais autônomos”, é aquele trabalhador (também parcial, mas) que reúne a totalidade das partes, das peças, e, portanto, traz a ligação necessária para a mercadoria relógio.

A segunda espécie de manufatura compreende um método diferente da primeira, já que

sua forma completa, produz artigos que percorrem fases interligadas de desenvolvimento, uma sequência de processos gradativos, como, por exemplo, o arame, na manufatura de agulhas para costura, que passa pelas mãos de 72 e até 92 trabalhadores parciais específicos. (MARX, 1983, p.272).

Essa segunda forma de manufatura, compreende por ser a manufatura orgânica, interligada com o todo, ainda que de processos particulares durante a sua produção. O que sai disso é o ganho de tempo para a produção da mercadoria. Nessa forma de manufatura o que se busca é reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, com isso conseqüentemente, desenvolver as forças produtivas presentes na cooperação de manufatura. Como diz Marx, do ponto de vista da futura grande indústria, isso comparece como uma limitação, “custosa e imanente ao princípio da manufatura” (MARX, 1983, p.272.).

A própria união de trabalhadores iniciada na cooperação simples, ao mesmo tempo que traz os ingredientes necessários para a grande indústria posterior, traz também um caráter incontornável para a história social, se se quiser, para a produção da riqueza social. Porque quanto mais se concentra trabalhos parciais num local em comum e leva um caráter coletivo para tal, força necessariamente que outros ramos se incluam nesse processo. Por exemplo, ao tecer lã e linho pela cooperação simples, força-se uma demanda maior de algodão e de pelo de carneiro como fontes de matéria prima, conseqüentemente tem todo um movimento de expulsão dos trabalhadores de áreas rurais para a introdução do carneiro nas terras. Um desenvolvimento das forças produtivas de um dado ramo, força necessariamente o desenvolvimento em outras áreas, de maneira mais lenta, mas em toda a divisão social do trabalho.

Cria-se uma relação de dependência entre os vários ramos dos vários trabalhadores particulares, gerando uma maior coesão da produção global.

Somente sob esse pressuposto os diferentes processos de trabalho, que se complementam mutuamente, podem prosseguir espacialmente lado a lado, simultaneamente e sem interrupção. É claro que essa dependência direta dos trabalhos e portanto dos trabalhadores entre si obriga cada indivíduo a empregar só o tempo necessário à sua função, produzindo-se assim uma continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e nomeadamente também intensidade de trabalho totalmente diferentes das vigentes no ofício independente ou mesmo na cooperação simples. (MARX, 1983, p.273)

Da duplicidade da forma de manufatura (a do primeiro exemplo, dispersa em suas particularidades, e a do segundo, a manufatura orgânica), é pela manufatura orgânica que se potencializa a própria cooperação simples, tornando-se ela mesma numa espécie de cooperação mais complexa. Daí a determinação irrefreável do controle, “uniformidade, regularidade, ordenamento” e também da “intensidade” (MARX, 1983, p.273) que o processo de aprofundamento da cooperação, junto com a manufatura, de gerarem os condicionantes para a revolução industrial, para o surgimento da máquina.

Como vimos até aqui, apesar de comparecem formas distintas entre si, de técnicas distintas (de se produzir a mercadoria), de modo algum a menos desenvolvida desaparece em meio a produção. Ela só poderá de fato ser superada, quando da entrada da maquinaria e grande indústria, e mesmo assim (como veremos), a superação dessas formas atrasadas acabam por ser incorporadas e somente muito depois serão num todo suprimidas³⁷.

A manufatura acelera o aparecimento das características que constituem o capitalismo, e a divisão do trabalho é o germe para a divisão social do trabalho.

A divisão do trabalho no interior da sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, a conexão dos trabalhadores parciais na manufatura pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si. [...] A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em

³⁷ De modo algum elas somem, apenas deixam de exercer uma função importante e ou determinante no capitalismo. Elas (o artesão, a manufatura) se mantém no máximo em comércios locais, mais restritos, longe de qualquer possibilidade de inserção no mercado concorrencial.

simples membros de um mecanismo global que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade se não a da concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos, do mesmo modo que no reino animal o *bellum omnium contra omnes* preserva mais ou menos as condições de existência de todas as espécies. (MARX, 1983, p.279-80).

E Marx continua sua exposição, desvelando o antagonismo dos interesses de classes, e dos anseios da classe dominante, é possível afirmar que

A mesma consciência burguesa, que festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação parcial e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva, denuncia com igual alarido qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como uma infração dos invioláveis direitos de propriedade, da liberdade e da “genialidade” autodeterminante do capitalista individual. É muito característico que os mais entusiásticos apologistas do sistema fabril não saibam dizer nada pior contra toda organização geral do trabalho social além de que ela transformaria toda a sociedade numa fábrica. (MARX, 1983, p.280).

Podemos constatar algumas questões disso. Primeiro, que o sistema do capital se desenvolveu e se desenvolve com essa contradição aparente (do ponto de vista da classe dominante), de que dentro da fábrica (divisão do trabalho), para com os trabalhadores, deve haver o máximo de controle e direção, e do contrário na sociedade (divisão social do trabalho), no âmbito da concorrência em geral, deve haver o mínimo possível de interferência. Essa posição é nítida no pensamento liberal desde o seu período clássico, expressando os anseios da classe dominante. Segundo a economia política, em seu período histórico do capitalismo de concorrência

A economia funcionaria por si, segundo as suas próprias leis, à margem da política. A economia é a esfera de acção dos particulares, uma esfera da vida inteiramente separada da política, do estado. Cada indivíduo actua com vista à realização do seu próprio interesse; mas, se assim fizer, “cada indivíduo é guiado por uma *mão invisível*, a atingir um objetivo que ele não tinha de modo algum visado. Prosseguindo o seu interesse particular, cada indivíduo serve o interesse social mais eficazmente do que se tivesse realmente o objetivo de o servir” (Adam Smith). As ‘leis naturais’ da economia, o livre jogo das forças do mercado encarregar-se-iam de fazer convergir espontaneamente e automaticamente a actuação de todos na realização da racionalidade económica, da eficiência e do equilíbrio económico. Qualquer intervenção estranha só poderia ser fonte de perturbação e de desperdício. Assim se justificaria a concepção liberal de rigorosa *separação entre o estado e a economia*, entre a economia e a esfera política. Só esta última diria respeito ao estado, cabendo aos *cidadãos*, em último termo, o poder político. A esfera económica diria respeito apenas à esfera privada dos indivíduos, enquanto

produtores/vendedores e consumidores/compradores. Assim se justificaria a ideia de que o estado não deveria intervir na economia, a ideia de que o direito (o estado) parava à porta das fábricas. (NUNES, 2007, p.179-180)³⁸.

Como constata Marx, tanto a divisão do trabalho quanto a divisão social do trabalho no capitalismo, são impulsionadas pelo capital, não podendo por tanto haver uma limitação de um lado e um livre desenvolvimento de outro. Portanto podemos dizer que se o Estado intervém na economia (na divisão do trabalho) é para “ajudar” a manter (e impulsionar) a acumulação de capital, seja por razões de crise seja por possibilidades de bem-estar social.

Se é verdade que no período da manufatura o desenvolvimento das forças produtivas se deu primeiramente dentro da corporação, para depois se desenvolver na divisão social do trabalho, também poderíamos analisar o processo de privatização como esse critério, não somente este é claro, mas como um momento particular da nossa discussão. Se pegarmos nos dias atuais, o capitalismo vem desenvolvendo cada vez mais as suas forças produtivas de produção: de conhecimento nas universidades, dos meios de produção nas indústrias, de tecnologias, entre outras. Mas se olharmos pelo lado do capital há uma contradição entre desenvolver a produção e não deter o controle sobre todos os setores da sociedade, ou seja, desenvolver a divisão do trabalho e não desenvolver a divisão social do trabalho. Constata-se por tanto que um dos aspectos que levam a privatização de setores que o Estado comanda é uma consequência da crise do capital, lutando assim para desenvolver as forças produtivas na divisão do trabalho social. Se, do ponto de vista da classe dominante é uma contradição, por exemplo, a jurisdição controlar a economia³⁹ (da divisão social do trabalho), é por outro lado, uma contradição para o capital não deter o controle da divisão do trabalho em geral. Essa questão do Estado e da sociedade civil ficará mais evidente no próximo capítulo, onde o Parlamento mostrará toda a sua significância para a burguesia.

É claro que para os dias atuais esse não é e não pode ser o fator decisivo para um estudo da teoria social, da crise atual do sistema, mas é um fator que se deve

³⁸ A citação é do luso português.

³⁹ Pense-se por exemplo nos planos entre os países para reduzir as emissões de gases poluentes; dos institutos e ministérios dentro do Estado buscando controlar áreas que podem ou não serem desmatadas; da justiça mediando e tentando atenuar o massacre que os povos originários no Brasil vem sofrendo; do ministério do trabalho buscando fiscalizar locais de trabalho onde as condições são análogas à escravidão, insalubres e perigosos, etc. etc.

colocar em consideração. Assim como a efetivação dessas privatizações não se dão de maneira necessária, como se fosse uma lógica, pois existe luta de classes e nesse sentido pode ou não haver resistência e impedimento dessas ações que o capital tenta impor.

Podemos então perceber que o caráter do surgimento do capitalismo pela manufatura, se deu num primeiro momento não pela concorrência entre os nascentes capitalistas, mas pelo “caráter técnico da manufatura” (MARX, 1983, p.282), tanto das técnicas desenvolvidas (ferramentas e matéria prima) quanto da organização da divisão do trabalho (força de trabalho). A transformação de bens comuns em propriedade privada, a transformação de tudo em mercadorias; o surgimento do trabalho individual, parcial e forçado (ou seja, surgimento do trabalho abstrato), dando a origem do trabalho assalariado como forma universal, conseqüentemente necessita de mais ferramentas, mais construções e mais matéria-prima. Isso deriva num aumento das forças produtivas em geral, dando um caráter capitalista à manufatura. Logo toda essa transformação se deve (entre os outros fatores que tratamos aqui) a um duplo momento: de seu caráter técnico, e o da divisão do trabalho dentro das corporações. Colocando isso numa escala em sociedade, o que se tem é uma revolução da divisão do trabalho e da divisão do trabalho social.

A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social – e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser na capitalista – é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital [...]. (MARX, 1983, p.286).

A manufatura é um período específico da sociedade capitalista, ela é um momento que antecede à Revolução Industrial (isso não significa que ela deixe de existir, apenas que ela deixa de ser determinante no período da grande indústria). Enquanto na cooperação simples o capital não podia adentrar-se na produção do trabalho, se restringindo ao comércio e à distribuição do que se produzia (por isso capital mercantil), no período manufatureiro ele começa a vislumbrar esse campo de possibilidades de investimento, e consegue ainda que timidamente adentrar na produção, transformando ferramentas e meios de trabalhos em capital constante e

força de trabalho em capital variável. É verdade que as corporações não detinham a liberdade de contratação de força de trabalho tal qual a encontramos no período capitalista, ou mesmo no período manufatureiro. Como se sabe o capital que preponderava era o mercantil e o capital a juros. Ambos seus possuidores não puderam adentrar repentinamente em um setor como a produção sem ter totalmente ganhos definidos e seguros, esses ganhos somente aparecerão de maneira derradeira com o advento da Revolução Industrial.

Mas como analisa Marx, esse é um passo necessário e incontornável para o florescimento do capitalismo, a manufatura desenvolve as forças produtivas positivamente, mas também se coloca como um limite para esse próprio desenvolvimento. É na Revolução Industrial, no incremento da maquinaria, que o capital consegue de fato acelerar enormemente sua produção, alavancando o mais-trabalho (tornando sua parte cada vez maior frente ao tempo de trabalho necessário) como um sonho se realizando ao capitalista, ainda que para a maioria da população esse sonho seja uma tormenta.

Capítulo 4 – Revolução industrial: maquinaria e grande indústria

Damos agora um passo à frente ao período da manufatura. Onde antes, o desenvolvimento das forças produtivas via nova divisão do trabalho modificou a forma de produção da riqueza social a partir de uma organização específica dos trabalhadores, agora, na maquinaria e grande indústria, o meio pelo qual se desenvolvem as forças produtivas se concentra no meio de trabalho. Segundo Marx é preciso investigar e descobrir onde nesse meio de trabalho a ferramenta é superada pela máquina (1984, p.7), já que a força de trabalho não mais atua como força motriz do processo, ou melhor, vai deixando cada vez mais de atuar como força motriz. Força motriz essa alcançada como a força animal, hidráulica, eólica etc.

Toda maquinaria desenvolvida constitui-se de três partes essencialmente distintas: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão, finalmente a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. A máquina-motriz atua como força motora de todo o mecanismo. Ela produz a sua própria força motriz, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética etc., ou recebe o impulso de uma força natural já pronta fora dela, como a roda-d'água, o da queda-d'água, as pás do moinho, o do vento etc. O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, rodas-piões, barras, cabos, correias, dispositivos intermediários e caixas de mudanças das mais variadas espécies, regula o movimento, modifica, onde necessário, sua forma, por exemplo, de perpendicular em circular, o distribui e transmite para a máquina-ferramenta. Essas duas partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela se apodera do objeto do trabalho e modifica-o de acordo com a finalidade. É dessa parte da maquinaria, máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial no século XVIII. Ela constitui ainda todo dia o ponto de partida, sempre que artesanato ou manufatura passam à produção mecanizada. (MARX, 1984, p.8)⁴⁰

É, portanto, pela máquina-ferramenta que se corporifica, se materializa essa revolução. É aí que se encontra o ponto de Arquimedes da maquinaria e grande indústria⁴¹. O trabalhador nesse processo deixa de ser o fator primordial para a organização da divisão do trabalho, logo deixa de ser também seu limite, já que a maquinaria é justamente a resposta histórica para esse limite. O trabalhador atuando pela cooperação simples, atingiu no passado seu progresso, sua capacidade de desenvolver as forças produtivas, atingiu seu limite histórico.

⁴⁰ Os destaques são meus.

⁴¹ “Dei-me um ponto de apoio que levantarei o mundo” (Arquimedes).

A máquina-ferramenta, portanto, vai executar as mesmas funções que o trabalhador executava antes com sua ferramenta, ela é a emancipação da velha ferramenta braçal. Esse tem de ser o ponto nodal da questão.

Que portanto a força motriz provenha do homem ou novamente de uma máquina em nada modifica a essência da coisa. Quando a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta. A diferença salta logo à vista, mesmo que o ser humano continue sendo o primeiro motor. (MARX, 1984, p.9)

É claro que via máquina-ferramenta todo o resto do processo pode subsumir o trabalhador, mas segundo Marx, a força motriz não é a característica principal da revolução industrial. Até porque se buscarmos na história, veremos que os moinhos de água e moinhos de ventos foram inventados muitos séculos antes do surgimento da maquinaria, e que portanto eles por si só não puderam alavancar o desenvolvimento das forças produtivas de modo a superar seu período (escravista e feudal)⁴².

Com o advento da máquina-ferramenta, se modifica também a divisão social do trabalho, já que com ela se instiga e fomenta o desenvolvimento da máquina-motriz.

Só com a segunda máquina a vapor de Watt, a assim chamada máquina de ação dupla, foi encontrado o primeiro motor que produz sua própria força motriz, consumindo para isso carvão e água, cuja potência energética está totalmente sob controle humano, que é deslocável e um meio de locomoção urbano e não, como a roda-d'água rural, permitindo a concentração da produção em cidades ao invés de, como a roda-d'água, dispersá-la pelo interior, universal em sua aplicação tecnológica, dependendo sua localização relativamente pouco de condições locais. (MARX, 1984, p.11)

⁴² “De fato, os insuportáveis obstáculos sociais aos progressos técnicos ulteriores – e os limites fundamentais do modo de produção escravista – foram claramente ilustrados pelo destino das duas maiores invenções registradas do Principado: o moinho de água (na Palestina da virada do século I) e a colheitadeira (na Gália do primeiro século da era cristã). O imenso potencial do moinho de água – basilar para a futura economia feudal – é bem evidente: ele representou o primeiro uso de força inorgânica na produção econômica. [...] O Império [romano], no entanto, não chegou a fazer uso generalizado da invenção. Na prática, ela foi ignorada pelo Principado. No fim do período imperial, sua incidência era um pouco mais frequente, mas não parece ter sido um artefato comum na agricultura antiga. De forma semelhante, a colhedeira de roda, introduzida para acelerar a colheita no clima chuvoso do norte, nunca foi adotada em qualquer escala fora da Gália. [...] a técnica não é, em si, o impulso primordial para a mudança econômica: invenções de indivíduos podem permanecer isoladas por séculos, até que emergem as relações sociais que poderão fazê-las funcionar como uma tecnologia coletiva”. (ANDERSON, 2016, p.90-91) O acréscimo é meu.

Isso que se apresenta é o controle do capital frente a natureza, pois a partir de então pode-se deslocar máquina-motriz e máquina-ferramenta para todo canto, transformando as cidades de comércio em grandes cidades industriais, e o melhor, para várias mãos que passam adentrar nessa competição. Não somente se avoluma a quantidade de mercadorias produzidas por um dado período de tempo, mas também supera o limite de tempo dado pelas distâncias geográficas em áreas rurais adentro.

Sem a máquina-ferramenta não seria possível, assim como seria inviável, chegar ao desenvolvimento de uma máquina-motriz (máquina vapor). Não teria, essa descoberta, um capital para se investir, pois todo o meio da produção estaria limitado à manufatura, à ferramenta nas mãos do trabalhador. Estamos a nos referir às descobertas e criações tecnológicas na entrada na maquinaria, de modo podemos atrelar invenções tecnológicas ao capital, até porque como já argumentamos a máquina-motriz foi inventada e utilizada pela humanidade muitos séculos antes do capitalismo. Estamos aqui identificando as possibilidades de tais descobertas para o advento do próprio capital, já este passa a deter o controle da produção.

Com o advento da máquina-ferramenta e sua modificação da divisão do trabalho (e na divisão social do trabalho, como acabamos de indicar), Marx identifica duas distinções: “cooperação de muitas máquinas da mesma espécie e sistemas de máquinas” (1984, p.12).

Num caso o produto inteiro é feito pela mesma máquina de trabalho. Ela executa todas as diversas operações que um artesão executava com sua ferramenta, por exemplo o tecelão com seu tear, ou que artesãos executavam com ferramentas diferentes em série, autonomamente ou como membros de uma manufatura (MARX, 1984, p.12)

A cooperação de muitas máquinas é o desenvolvimento posterior da cooperação simples de manufatura. Se antes na cooperação simples há uma grande quantidade de força de trabalho sob a manufatura desprendendo força sob a ferramenta, aqui, porém, encontramos várias máquinas juntas no processo de uma mercadoria, com os trabalhadores, apenas operacionalizando-as, apenas direcionando-as, e já não tendo mais a sua força sob a ferramenta como força motriz, agora a figura da manufatura deixa de existir e passa a operar a máquina-ferramenta. Têm, portanto, seu papel de transição para a revolução: a cooperação.

Já o sistema de máquinas se constitui por atuar com várias ferramentas, de diferentes pontos na feitura da mercadoria, operando por um mesmo sistema,

ininterrupto. Equivale a um “sistema do mecanismo combinado de ferramentas” (MARX, 1984, p.13). Aqui, quanto menos “buraco” de tempo estiver presente entre uma máquina e outra; quanto mais rápido for essa passagem, acelerando assim seu percurso final, tanto mais eficiente o processo será, tanto melhor será para o capitalista. A produção se transforma num grande autômato.

O sistema de máquinas pode constituir uma gigantesca máquina que opera sob vários pontos do processo da mercadoria, sob cada face desta, assim como ela pode se constituir sob várias máquinas que se juntam mas que trabalham sob o mesmo ritmo, uma sendo o órgão da outra, como um ser orgânico.

Enquanto antes, no processo de divisão do trabalho da manufatura, tanto o meio de trabalho (ferramentas e máquinas) se adaptava ao trabalhador, e o trabalhador também tinha de se adaptar ao seu meio, agora na Revolução Industrial essa divisão do trabalho não tem mais de se adaptar reciprocamente ao trabalhador, pois todo o seu meio, todo o processo do início ao fim, está mecanizado, e passa, portanto, a ser organizado pela máquina apenas pela técnica de conhecimentos empregados. Daí que matemática, química, biologia, física etc., ganham com toda força a sua eficácia dentro da indústria e como conhecimento humano⁴³.

Produzir mais e melhor significa conhecer mais e melhor o minério, a natureza, a força gravitacional, o corpo humano que trabalha, etc. A aplicação técnica é considerada sob todos os poros da maquinaria, já que não há mais limites da natureza que possam preocupar a produção.

Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força

⁴³ Essa diferenciação do que produzimos também está presente no que conhecemos, no sentido de que o conhecimento também tomou parte nesse processo da mercantilização. Veja-se por exemplo o sem número de médicos especialistas que temos hoje na sociedade. É claro que as especializações na área da saúde trouxeram enormes ganhos e progresso à humanidade, pois conhece-se melhor hoje sobre o câncer do que se poderia entender dele no século XIX. Mas esse fracionamento faz transformar nesse caso o conhecimento das ciências da saúde em uma área de trabalho, resulta que os que se formam adentram numa posição específica da linha de atuação da Medicina, como classe trabalhadora. Nesse sentido os cursos de medicina não formam cientistas, formam-se médicos, em suma os médicos não são cientistas e nem tiveram tal formação para serem (pegue-se essa afirmação como gancho à discussão que fazemos na nota 33). Do ponto de vista de um país, isso resulta numa divisão de atendimento dentro de uma unidade de saúde, com especialistas específicos para cada área do corpo humano (do pé, da mão, do pulmão, do rim, da garganta, dos olhos, etc.), e que se dividem entre regiões, sendo direcionados onde há maiores populações.

demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantescos, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos. (MARX, 1984, p.14)

A maquinaria por assim dizer é um desdobramento de vários fatores como já demonstramos ao longo da nossa discussão até aqui. Ela só pode entrar em cena quando a divisão do trabalho tem seu amadurecimento de caráter social, ou seja, quando a divisão social do trabalho também se revoluciona. Daí que, por exemplo, o trem er sido desenvolvido posteriormente à manufatura e sua cooperação. A malha ferroviária se alastrará pela Inglaterra fomentando e escoando não só matéria-prima (como carvão e outros minérios) mas também outras mercadorias processadas⁴⁴.

Se, portanto, a introdução da maquinaria modifica os meios de produção, acelerando seu processo e em muitos casos melhorando a mercadoria final, por conseguinte, modifica-se o valor cristalizado na mercadoria, exorbitantemente se comparado ao período da manufatura. Assim, a máquina-ferramenta impõe ritmos acelerados de produção onde necessariamente são fabricadas mais mercadorias em menos tempo em uma determinada jornada de trabalho, onde pelo aumento da composição orgânica do capital há menor incorporação de valor por cada mercadoria unitária⁴⁵.

Mas esse valor varia sob formas de produzir diferentes, já que as máquinas se diferem entre si sob qualidades diferentes. Esse valor pode ser maior se a vida útil dessa máquina for curta, pois isso significa que ela poderá produzir menos se comparado a outra máquina que detém uma vida útil maior, e nesse sentido produzirá mais. Quanto maior o tempo para o término da feitura da mercadoria individual, maior será seu valor, pois maior será a quantidade de trabalho cristalizado nela, sendo este medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

O valor transferido à mercadoria individual pela máquina nunca é o valor integral da máquina, mas apenas uma parte dela. “[...] a maquinaria entra sempre por inteiro no processo de trabalho e sempre apenas em parte no processo de valorização” (MARX, 1984, p.18). Isso também varia de quanto ela produz em dado

⁴⁴ “A linha entre o campo de carvão de Durham e o litoral (Stockton-Darlington, 1825) foi a primeira das modernas ferrovias. Tecnicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra”. (HOBBSAWM, 2013, p.83)

⁴⁵ É importante a leitura do capítulo de abertura do livro *O Capital* de Marx, “A mercadoria”, sua leitura é fundamental para todo o resto, assim como a lei geral de acumulação capitalista

tempo; o quanto há de desgaste nesse processo; quantas mercadorias auxiliares são necessárias nesse processo, como por exemplo, óleo, manutenção constante, água etc. Tudo isso entra como parte no valor dela.

Se, portanto, o tempo de trabalho para a produção da máquina for rápido, ou cada vez mais rápido, ela no final agregará menos valor ao produto que ela mesma irá mediar a fabricação. Se, no entanto, os meios de produção em questão, que fabricam máquinas, forem ainda limitados, e esse processo demore, isso conseqüentemente encarecerá a própria máquina, e agregará mais valor ao produto final. Agregará apenas parcialmente, ainda que ela entre inteiramente no processo.

Como, já dissemos, a divisão do trabalho na maquinaria e grande indústria se modifica, é preciso também analisar as mudanças do ponto de vista dessa relação entre empregador (capitalista) e empregado trabalhador

A família entrará por inteiro nesse processo, das crianças até os adultos mais velhos. E isso se dá justamente pela capacidade da maquinaria, da máquina-ferramenta, de suplantar a força muscular tornando todo trabalhador sempre e cada vez mais, indiferente, como todos iguais.

O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família. Ela desvaloriza, portanto, sua força de trabalho. A compra de uma família parcelada, por exemplo, em 4 forças de trabalho, custa, talvez, mais do que anteriormente a compra de força de trabalho do cabeça da família, mas, em compensação surgem 4 jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai proporcionalmente ao excedente de mais-trabalho dos quatro em relação ao mais-trabalho de um. Agora, quatro precisam fornecer não só trabalho, mas mais-trabalho para o capital, para que uma família possa viver. Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração". (MARX, 1984, p.23)

Eis o poder universalizador e indiscriminado do capital industrial, ele transforma de fato tudo e a todos em mercadoria, e a mercadoria força de trabalho se torna para ele uma coisa, que tem a capacidade de produzir novas mercadorias, independente do sexo e da idade do trabalhador. O capital nivela os trabalhadores, tornando todos e todas capazes e produtivos. Isso não quer dizer que todos e todas receberão o

mesmo salário⁴⁶, quer dizer que todos e todas terão a oportunidade de serem explorados pelo capital.

Se antes, um trabalhador recebia uma média salarial que correspondia (ainda que limitado) para atender as necessidades da sua família, da sua casa⁴⁷, agora com a incorporação de mulheres e crianças na indústria, esse salário é por assim dizer diluído entre os membros. Como disse Marx, significa mais força de trabalho disponível na indústria, e redução do preço da força de trabalho. O capital soube incorporar força de trabalho sem restrição, diferentemente da manufatura e cooperação. É claro que o fato de mulheres e crianças adentrarem as fábricas se deve ao processo de expropriação das terras também, mas, o ponto de ignição para esse movimento, só pôde ser dado pela máquina-ferramenta.

Em muitos acasos, como citará Marx, os fabricantes preferiam mulheres e crianças. Mulheres mesmo casadas, pois, essas eram dóceis tendo em vista a finalidade do seu trabalho, as vezes deixando filhos em casa (1984, p.28). O capitalista era (no período concorrencial, grosso modo, século XIX) muito antenado com o seu redor, e por isso sempre soube extrair ao máximo das contradições que o capitalismo gera, da miséria social é que ele extrai sua riqueza individual.

O capitalista encontrará outros meios para alavancar sua produção e o aumento do seu capital. O limite da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) foram ao longo do tempo sendo conquistadas através de muitas greves, manifestações e luta dos trabalhadores. Do século XVIII até início do século XIX a jornada de trabalho era ilimitada; em 1833 ela passa a ter o limite de 12 horas; em 1848 a jornada de trabalho é limitada para 10 horas. Até posteriormente a esse período (na época em que Marx escrevia, 1867) se luta e debate para a limitação diária de 8 horas.

⁴⁶ O fato da não igualização salarial entre homens e mulheres ter sido histórico no capitalismo, até os dias atuais, não pode ser compreendido como uma impossibilidade dentro desse sistema, como algo inevitável. Se, por outro lado, há tempo o suficiente de se lutar por essa igualdade salarial, é algo a se ver, já que o poder destrutivo do capital na sociedade contemporânea coloca limites nunca antes enfrentados pela história da classe trabalhadora. Nos parece que do ponto de vista da luta política que se trava, duas alternativas estariam na pauta: a luta pela igualdade salarial por meio de uma reforma, uma mudança na legislação trabalhista ou constitucional; ou a luta pela superação da própria forma salário, e com isso a superação da exploração e opressão. Não necessariamente as duas se anulam, a questão é quais as consequências reais da articulação dessas duas pautas para a classe trabalhadora atual, já que o sentido de tempo e urgência histórica se colocam como um fator decisivo para nós.

⁴⁷ Para uma apresentação teoricamente desenvolvida em Marx sobre o salário, Seção VI (1984, p.125-138). Em Engels no capítulo da "A concorrência" (2010, p.117-130).

Mas o capital toma isso como um desafio para diminuir o tempo de trabalho necessário, abrindo novas possibilidades para sua acumulação. É possível numa jornada de trabalho dada, sem altera-la, duplicar o número de trabalhadores, assim como aumentar o capital constante, matéria prima e materiais auxiliares. Esse é um modo do capitalista aumentar seu patrimônio, e ao mesmo tempo atender aos limites impostos pelo Estado. Por outro lado, é possível aumentar a produção prolongando a jornada de trabalho, com capital constante permanecendo o mesmo, nesse caso, aumentando o capital variável. Logo aumenta-se o número de força de trabalho e duplica-se a jornada de trabalho, colocando em dois turnos.

Como o enriquecimento dos fabricantes aumentou com a exploração mais intensiva da força de trabalho já é demonstrado pela circunstância de que o crescimento médio das fábricas inglesas de algodão etc. foi entre 1838 e 1850 de 32% e entre 1850 e 1856, em confronto, foi de 86% por ano (MARX, 1984, p.38)

O capitalista logo aprenderá com essa prática que prolongando a jornada ele poderá mesmo economizar no seu capital constante. Já que ao parar uma máquina por um tempo, deixa-la em desuso, diminuirá seu tempo útil de vida, ou melhor, ele está deixando de produzir enquanto ela se desgasta. No mesmo tempo em que aumenta a mais-valia absoluta sob técnicas legais de exploração, ele também aumenta a mais-valia relativa intensificando-a, procurando tornar mais efetivo sua produção.

Há nisso uma contradição, como argumenta Marx, pois, o capitalista sempre estará disposto a empregar capital constante no lugar de capital variável, ou seja, sempre mais em maquinaria e meio de produção e menos em força de trabalho. Já que fazendo isso ele conseguirá produzir mais em menos tempo. O problema é que o capital não se reproduz somente produzindo mercadorias, essas mercadorias precisam completar o seu ciclo na esfera do comércio, com a sua compra. Logo se a força de trabalho é constantemente jogada para fora da produção o que se terá é menos possibilidade dessa mercadoria ser comprada, já que se terá menos indivíduos com a mediação chamada dinheiro para a compra dessas mercadorias. Não por acaso que já no século XIX encontra-se os auxílios destinados aos desempregados, nesse caso era a Igreja quem fornecia essa ajuda.

Mas a própria mais-valia absoluta, o aumento da jornada de trabalho, encontra seu limite. É quando a jornada de trabalho é legalmente limitada a 8 horas, que surge

de maneira decisiva a intensificação do trabalho. Quando o incremento de mais-valia absoluta deixa de ser possível, é pela mais-valia relativa que o capital se lança

por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. Ao mesmo tempo, ocorreu uma modificação no caráter da mais-valia relativa. Em geral, o método de produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho continua a adicionar o mesmo valor ao produto global, embora esse valor de troca inalterado se apresente agora em mais valores de uso e, por isso, caia o valor da mercadoria individual. Outra coisa, porém, ocorre assim que a redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta. Essa compressão de maior massa de trabalho em dado período de tempo conta, agora, pelo que ela é: como maior quantum de trabalho. Ao lado da medida do tempo de trabalho como 'grandeza extensiva', surge agora a medida de seu grau de condensação". p.33

Podemos dizer que com os limites absolutos dados pela mais-valia absoluta, é para a intensificação do trabalho que o capital se voltará. Produzir mais em menos tempo, essa é uma das características do capital industrial (e uma tendência do capitalismo). Intensificar esse processo significa aumentar a eficiência dos trabalhadores, seja capacitando-os por meio de treinamento e técnicas melhoradas, seja pela supervisão, dando a um trabalhador a função de gerenciar e impedir percas de tempo por parte da força de trabalho.

Se por exemplo pela determinação da lei tivesse que se alterar a jornada de trabalho reduzindo de 12 para 11 horas diárias, o capitalista podia nesse caso, mantendo as mesmas quantidades de capital constante e variável, produzir mais nas 11 horas de jornada do que produzia antes nas 12. Isso porque aumentava a fiscalização e a supervisão dos trabalhadores, e não somente para força-los a acelerar e não deixar perder-se tempo no processo, mas também para evitar o desperdício de todo o material que é utilizado, como matéria-prima e outros materiais auxiliares. Isso faz com que no final o capitalista tenha um ganho maior com menos tempo de serviço. Não por acaso que crianças eram utilizadas para trabalhar nas limpezas das máquinas, muitas vezes essas estando em movimento. Uma máquina limpa e cuidada significa mais tempo útil de vida, significa também mais eficiência para os operários e

operárias no próprio manuseio desta. É claro que os acidentes de trabalhos, com percas de membros e até mortes, eram constantes nesse processo.

De outro modo o capitalista também extrairá mais do trabalhador pagando-lhe por peça o seu salário⁴⁸. Por esse método o capitalista, consegue sem uma pressão direta, impor ao trabalhador uma intensificação para produzir os itens necessários, já que fica a cargo do trabalhador atingir uma quantidade mínima de mercadorias para poder chegar então ao nível salarial condizente com sua reprodução. Torna, portanto, artífice trabalhador de sua própria exploração. O trabalhador sabe mais ou menos qual o número mínimo de mercadorias que ele tem de atingir para poder chegar ao seu salário, e esse mínimo que ele tinha de alcançar por vezes se tornava superior ao que o próprio capitalista tinha como meta. Daí o salário por peça ser um método interessante ao capital⁴⁹.

Mas esses métodos de extrair mais trabalho, pela intensificação da mais-valia relativa, é apenas o primeiro momento frente as legislações vindas do parlamento.

A redução da jornada de trabalho que cria de início a condição subjetiva para a condensação do trabalho, ou seja, a capacidade do trabalhador em liberar mais força num tempo dado, se torna obrigatória por lei, a máquina, na mão do capitalista, transforma-se no meio objetivo e sistematicamente aplicado de espremer mais trabalho no mesmo espaço de tempo. Isso ocorre de duas maneiras: mediante aceleração das máquinas e ampliação da maquinaria a ser

⁴⁸ O salário por peça será tratado por Marx no volume I seção VI d' *O Capital*. Marx não a desenvolve no capítulo da maquinaria, por conseguinte também não poderemos tratar a esta altura na nossa pesquisa.

⁴⁹ Essa lógica de exploração, pelo salário por peça, continua em alta nos dias atuais. Se pegarmos como exemplo os trabalhadores de Uber, e os entregadores de aplicativos (como Ifood), eles atuam justamente sob esse método de exploração. A falsa aparência que o salário por peça dá ao trabalhador é notório, pois têm-se a impressão de ter uma maior liberdade nesse ramo, uma possibilidade maior de aumentar a renda do trabalhador e da família. É claro que de modo geral os trabalhadores de Uber e aplicativos podem aumentar sua renda mensal utilizando desses meios. Mas antes de mais nada, eles (homens e mulheres) só adentram nesse ramo pelo já reduzido valor do salário, já que este não acompanha o encarecimento da vida social (água, luz, IPVA, IPTU, combustível, transportes, escola, alimentação, internet, enfim, tudo aquilo considerado como itens básicos da cultura social contemporânea e da sobrevivência). Por outro lado, também ocorre que adentram nessa área os trabalhadores que perderam seus empregos, os que constituem o exército industrial de reserva. Por tanto esse velho método (é claro que com características diferentes, de um capital que não é mais aquele industrial) persiste com novos ares, e mantém por um tempo a margem de lucro dos capitalistas. Por esse meio, aumenta a mais-valia absoluta (aumentando a jornada de trabalho de modo geral) e a mais-valia relativa (colocando maior intensidade sob as costas dos trabalhadores, já que este tem de manter uma média diária/semanal para poder atingir um salário pago. A instabilidade do salário é constante (podendo estar a cima ou a baixo do seu preço), assim como a instabilidade do emprego em si também, já que não há nada que garante a sua permanência fixa nessa área.

supervisionada pelo mesmo operário ou de seu campo de trabalho. A construção mais aperfeiçoada da maquinaria é, em parte, necessária para exercer maior pressão sobre o trabalhador, em parte ela acompanha por si mesma a intensificação do trabalho, porque a limitação da jornada de trabalho obriga o capitalista a controlar mais rigorosamente os custos de produção. (MARX, 1984, p.35).

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo é incessante. Mais uma vez o meio de produção é modificado para a melhorar sua capacidade de produção, fazendo com que as máquinas facilitem a sua própria manutenção e supervisão, com que também desperdicem menos matéria-prima no seu processo. É preciso arrancar mais velocidade da máquina do que esta pode fazer em dado momento particular; é preciso também reduzir os custos para a sua própria fabricação, pois em todo caso não será de interesse do capitalista investir em outra máquina que tenha um preço absurdo.

Como dissemos antes, o tempo de duração dessa máquina (se mais tempo ou menos tempo) fará com que se cristalice mais ou menos valor na mercadoria. Se a máquina conseguir então produzir mais em menos tempo, ainda que sua vida útil seja mais curta que sua antecessora, poderá valer a compra para o capitalista.

O mecanismo de transmissão também se inclui nesse aperfeiçoamento, pois melhorá-lo incidirá numa melhora direta para a máquina como um todo.

O aperfeiçoamento do mecanismo de transmissão diminui a fricção e – o que distingue de modo tão evidente a maquinaria moderna da antiga – reduz o diâmetro e o peso das árvores de transmissão grandes e pequenas a um mínimo cada vez menor. Os aperfeiçoamentos da maquinaria de trabalho finalmente, ao lhe aumentar a velocidade e a eficácia, diminuem seu tamanho, como no caso do moderno tear a vapor, ou aumentam-lhe o corpo e ao mesmo tempo tamanho e número de ferramentas que opera, como na máquina de fiar, ou ampliam a mobilidade dessas ferramentas por meio de imperceptíveis alterações pormenores [...] (MARX, 1984, p.35)

Não há dúvidas que o capital busca o seu autobenefício, no sentido de melhorar cada vez mais o meio de produção (capital constante): máquina-motriz, mecanismo de transmissão e máquina-ferramenta. Os obstáculos que ele encontra no caminho, nesse caso a legislação e fiscalização do trabalho, são para ele uma energia para seu melhoramento, que por certo exigirá uma produção maior e melhor que a anterior, levando ao maior enriquecimento do capitalista individual e do aumento do capital global. Por outro lado, aumenta o poder da exploração sob os trabalhadores, famílias

inteiras são jogadas tanto para dentro da linha de produção, como também são postas para fora, para o exército industrial (desempregados).

Os trabalhadores agora na fábrica, na grande indústria, não necessitam ter um aprendizado de experiência por anos para poder ter a capacidade de operar uma máquina, típico do período manufatureiro. Agora um jovem trabalhador sem uma qualificação, é o suficiente para se tornar operário e operária, pois todo o maquinário foi introduzido para tornar a força de trabalho mais prática, de melhor manuseio.

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. (MARX, 1984, p.43)

Percebemos que todo o processo que se inicia na cooperação, passa pela manufatura, chega na maquinaria e se completa na grande indústria, na fábrica. O trabalhador tendo seu trabalho alienado já comparecia na manufatura, de maneira ainda jovem na cooperação. A própria supervisão que ainda engatinhava na cooperação sobre a força de trabalho, toma um amadurecimento na fábrica, como função específica de intensificação da produção.

Esse decaimento de vida dos trabalhadores levará à diversas lutas, manifestações espontâneas contra a exploração. Essa luta já se inicia no período manufatureiro, onde as primeiras manifestações do surgimento da máquina vêm acompanhada de uma negação por parte dos trabalhadores.

O Tear de fitas foi inventado na Alemanha. O abade italiano Lancellotti conta, num texto publicado em Veneza no ano de 1636: “Anton Müller de Dantzig viu, há cerca de 50 anos” (L. escrevia em 1629), “uma máquina muito engenhosa, que fabricava 4 a 6 tecidos ao mesmo tempo; mas como o Conselho Municipal receava que essa invenção transformasse uma porção de trabalhadores em mendigos, suprimiu o emprego da invenção e mandou secretamente estrangular ou afogar o inventor”. Em Leyden, a mesma máquina foi empregada pela primeira vez em 1629. As revoltas dos tecelões de galões obrigaram inicialmente os magistrados a proibi-la; mediante diversas ordenações, de 1623, 1639 etc. por parte dos Estados Gerais, seu uso devia ser limitado; finalmente, ela foi permitida, sob certas condições, mediante uma ordenação de 15 de dezembro de 1661. “Nessa cidade”, diz Boxhorn (*Inst. Pol.* 1663) sobre a introdução do tear de fitas em Leyden, “certas pessoas inventaram há cerca de 20 anos um instrumento para tecer, com o qual um indivíduo podia produzir mais

tecido e com maior facilidade do que, de outro modo, várias pessoas em tempo igual. Isso levou a distúrbios e a queixas dos tecelões, até que o uso desse instrumento foi proibido pelo magistrado etc.”. Essa mesma máquina foi proibida em Colônia em 1676, enquanto sua introdução na Inglaterra provocou na mesma época agitações de trabalhadores. Por meio de um édito imperial de 19 de fevereiro de 1685, seu uso foi proibido em toda a Alemanha. Em Hamburgo, ela foi queimada publicamente por ordem do magistrado. Carlos VI renovou a 9 de fevereiro de 1719 o édito de 1685 e o eleitorado da Saxônia só permitiu seu uso em 1765. Essa máquina, que causou tanta barulheira no mundo, era efetivamente precursora das máquinas de fiar e tecer, portanto da Revolução Industrial do século XVIII. Ela capacitava um jovem sem nenhuma experiência em tecelagem a pôr em movimento, empurrando e puxando uma barra acionadora, o tear inteiro, com todas suas lançadeiras, e produzia, em sua forma aperfeiçoada, 40 a 50 peças de uma só vez. (MARX, 1984, p.46-47)

Essa revolta espontânea dos trabalhadores que estavam perdendo seus empregos para uma máquina, percorreu quase toda a Europa. Não somente pelos trabalhadores, mas a própria nobreza como se vê, impedia seu uso ainda que apoiada pela forte rejeição popular a essas máquinas. Não por acaso que a monarquia passava pelo seu momento de crise, que se culmina historicamente no ano de 1789. Essa nobreza tanto não podia como não tinha seus interesses voltados à inserção do capital na produção, ela na verdade representava o travamento desse movimento, seu antagonismo. O movimento de destruição das máquinas foi tão forte que o Parlamento mesmo decretou pena de morte ante as destruições das máquinas, em 1769. Esse movimento veio a repetir-se mais intensamente no início do século XIX, e novamente o Governo lança mão para a lei punitiva, em 1811. (ABENDROTH, 1977).

O Terror assim imposto afinal logrou quebrantar a resistência, objetivamente ilusória, embora compreensível, dos operários; só uma vez mais essa resistência chegou a se manifestar, embora curta em duração e sem maiores consequências, depois da execução de dezoito líderes trabalhistas em York, em janeiro de 1813. (Idem., p.15)

Tão forte foram essas manifestações, que em determinado momento ganhou o nome de movimento luddista⁵⁰. Mas a classe trabalhadora vai compreendendo o

⁵⁰ “O seu nome derivava de Ned Ludd, um dos líderes do movimento. Ned Ludd, em Nottingham, desesperado, destruiu uma oficina têxtil. Os luditas invadiam fábricas e destruíam máquinas que, por incrementarem a produtividade dos trabalhadores, tiravam também seus empregos, requerendo, contudo, duras horas de jornada de trabalho. As fábricas eram também ambientes com péssima iluminação, abafados e sujos. Em uma carta ameaçadora que Ludd endereçou a um certo empresário de Huddersfield, em 1812, lia-se: ‘Recebemos a informação de que é dono dessas detestáveis tosquiadoras mecânicas. Fica avisado de que se elas não forem retiradas até o fim da próxima semana eu mandarei imediatamente um de meus representantes destruí-las... E se o Senhor tiver a imprudência de disparar contra qualquer dos meus homens, eles têm ordem de matá-lo e queimar sua casa’. (COGGIOLA, 2010, p.16)

significado da maquinaria, seja pela violência imposta pelo Estado, seja pela experiência própria de vida, frente a divisão do trabalho. “É preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinga a maquinaria de sua aplicação capitalista e, daí, aprenda a transferir seus ataques do próprio meio de produção para sua forma social de exploração (MARX, 1984, p.47).

O que se vê é que num primeiro momento, quando a exploração dos capitalistas tem início, os que se confrontam na verdade são os grandes e pequenos proprietários fundiários. A manifestação contrária desse último frente aos grandes, se dá muito mais por uma lógica concorrencial (que até então se localizava regra geral no comércio) do que propriamente contra o moderno capital. Em seguida, quando surge a força de trabalho assalariada, que é obrigada a vendê-la para um capitalista por questão de sobrevivência; que foi expulso dos campos de trabalho e substituídos pelas ovelhas; que foi engolido pelos nascentes grandes capitalistas e forçado a deixar seu artesanato para adentrar nas cooperações e manufatura, a partir daí sim têm-se a luta entre capital e trabalho assalariado de maneira objetiva (MARX, 1984).

Em ritmo galopante, pela autovalorização do capital, o impulso da maquinaria transforma a força de trabalho em braços comuns, de indiferentes qualidades e individualidades. A nova divisão do trabalho da maquinaria e grande indústria, têm a capacidade de transformar a força de trabalho em força média de trabalho social, buscando assim uma capacidade média de destreza do trabalhador em cada período do desenvolvimento das forças produtivas. Os trabalhadores sucumbem e seu valor de uso deixa de ser preponderante na divisão do trabalho assim como seu valor de troca. Com o impulso da maquinaria ele é jogado para o exército industrial e, hora está dentro de um ramo hora está em outro, já não há estabilidade na sua vida. A tragédia torna-se seu cotidiano, pois “onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos”. (MARX, 1984, p.49).

Daí a razão da repulsa tão grande e imediata do trabalhador com a máquina, pois é nela que num primeiro momento a classe explorada vê a inimiga principal. E faz sentido, já que essa é uma classe nova surgindo na escuridão, que é forçada a mudar sua vida cotidiana, seus costumes mais tradicionais em prol do progresso da riqueza social via capital.

É certo que o capitalista ao investir seu capital sempre tem como finalidade obter mais capital do que havia posto no início do processo. E como dissemos ele tem como racionalidade de resposta à luta de classes (vide o caso das greves dos trabalhadores e de suas conquistas e pressões) e a concorrência entre os próprios capitalistas, sempre investir mais em capital constante do que em capital variável. Quando, portanto, ao final desse processo ele se apropria da mais-valia produzida por outros capitalistas, ele pode reinvestir esse valor de volta em seus meios de produção para obter mais mais-valia possível frente a concorrência. Porém, antes mesmo que esse bom capitalista torne a reinvestir esse capital, ele já colocou na rua uma parcela de trabalhadores que perderam seu lugar na linha de produção pela maquinaria.

A questão não é que tal capitalista unilateralmente desloque força de trabalho para fora, mas que a maquinaria se mostra muito mais interessante para esse capitalista individual, pois ela vai acelerar sua produção, com isso aumentar a produção de mercadorias e diminuir seu valor individual, tendo uma mercadoria com preço final reduzido e sendo mais atrativa no mercado. Portanto força de trabalho sendo deslocada para fora da fábrica (isto é, o desempregado) é uma tendência da acumulação do capital que o capitalista apenas personifica.

Se agora, portanto no final do processo esse capitalista reinveste seu capital adicional (que ele conseguiu depois da exploração) de volta no processo produtivo, de modo algum ele estaria atenuando o índice de desemprego social. Até ele chegar a esse ponto teve de jogar trabalhadores para a rua, para a indigência. Esse trabalhador terá que mendigar e ir em direção onde quer que sua força de trabalho, possa ser comprada, onde nesse caso outro capital possa estar sendo investido num ramo novo, altamente produtivo por exemplo. A reinserção de trabalhadores, seja ela nova ou não, sempre se dará numa proporção menor do que a quantidade global de trabalhadores disponíveis no mercado. O que se vê é uma porção gigantesca de massa de trabalhadores sendo jogados para um lado e para outro, gravitando como força de trabalho empregado e força de trabalho desempregada; hora numa função específica dentro da divisão, hora em outro ramo totalmente distinto (MARX, 1984).

Dito isso não há possibilidade de, quanto maior a produção de mercadorias e criação de capital novo, maior seria a capacidade de emprego do capitalismo. Essa é uma tese da qual Marx combate, sob a chamada “teoria da compensação”, onde em tese esse novo capital refluiria para a produção, gerando assim nova chance para o trabalhador que perdeu seu posto pela máquina. Essa compensação na verdade não

existe, pois sempre há mais e mais máquina adentrando na divisão e mais força de trabalho sendo expulsa, se comparado com a totalidade de indivíduos aptos para vender sua força de trabalho.

É claro que com isto não se pode entender de que o capitalista consiga produzir mercadorias sem o trabalhador. Pois como percebemos até aqui, a indústria capitalista produz uma enormidade de capital novo através da relação entre capital constante e capital variável, para daí poder (a partir da força de trabalho) extrair mais-valia (exploração está umbilicalmente ligada à força de trabalho). Com relação aos outros meios, ao seu redor, o que se apresenta é a destruição da natureza, dos meios de produção, cria-se (e se mantém) com isso a opressão (das mais variadas). Mas da relação entre força de trabalho e meios de produção, o momento predominante se encontra na força de trabalho.

O resultado disso é que se cria uma contradição do próprio sistema na qual o capitalista que o personifica não pode superar, apenas (quando muito) atenuar. Ter cada vez menos trabalhadores empregados significa que se tem cada vez menos pessoas com dinheiro realizando a compra das mercadorias no setor de comércio. Pode-se atenuar, quando, de um processo de inovação tecnológica surge um novo ramo para o capital explorar, daí um deslocamento tanto de força de trabalho empregada quanto dos desempregados para esse setor em questão⁵¹. De modo algum o capitalista voltará suas atenções para a relação de exploração que ele mesmo engendra, tentando assim identificar a raiz do problema das crises, por exemplo, de superprodução. Se assim o fizer chegará a conclusões assustadoramente revolucionárias⁵².

Apenas para evidenciar esse problema estrutural. Do censo computado na Inglaterra e País de Gales em 1861 (ao qual Marx tem acesso), havia 20.066.224 de

⁵¹ Por exemplo, quando das descobertas e inovações para a extração de etanol da cana de açúcar, levou todo o setor agroindustrial, o latifundiário, a ter uma área nova para exploração, podendo assim aumentar seu lucro e ou diversificar seu capital. Com isso leva-se todo o setor automotivo a desenvolver novas tecnologias para os veículos; surge a necessidade de desenvolver nova máquina-ferramenta, desloca, portanto, novos trabalhadores para produzir essas máquinas. O fato de ter carros movidos a etanol anteriormente à essas descobertas, torna apenas a possibilidade de tal inovação. O fator principal está no desenvolvimento do meio da produção, em tornar possível um novo ramo para a exploração e acumulação do capital.

⁵² Incrivelmente F. Engels pôde chegar a essa conclusão, mesmo sendo um representante, do ponto de vista objetivo, da classe burguesa. Mas enquanto classe para si, ele rompe com sua própria classe, tomando assim o lado da classe trabalhadora.

habitantes, dos quais aproximadamente 8 milhões de pessoas eram aptas para trabalhos e atividades, mas somente 3.912.349 estavam de algum modo exercendo funções remuneradas, ou seja, trabalhando. Isso significa que aproximadamente 4 milhões e 87 mil pessoas ativas estavam sem emprego, situadas, portanto no exército industrial de reserva. “Que edificante resultado da maquinaria explorada como capital!”. (1984, p.60)

Dessa produção abundante que a Inglaterra cria via Revolução industrial, com todas as suas contradições, emerge dela uma necessidade de expansão, arrastando tudo ao seu redor nesse redemoinho de exploração.

A constante ‘transformação em excedentes’ dos trabalhadores dos países da grande indústria promove de maneira artificialmente rápida a emigração e a colonização de países estrangeiros, que se transformam em áreas de plantações das matérias-primas do país de origem, como, por exemplo, a Austrália tornou-se um local de produção de lã. Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial”. (MARX, 1984, p.63-64)

Com isso se revoluciona também a divisão internacional do trabalho, modificando a própria relação entre os países, assim como criando dependências e miséria na maioria ao seu entorno. Não que essa divisão não existisse antes da grande indústria, pelo contrário, podemos dizer que a própria colonização deu foi funcional ao surgimento da maquinaria. A partir da grande indústria, essa divisão internacional se acelera, se aprofunda a dominação de um país fortemente industrializado em países ainda fortemente arraigados na colônia e no sistema feudal. Não vamos e não podemos adentrar nessa temática, isso demandaria outra pesquisa em outro momento, apenas pontuamos como Marx desde já (no livro 1) faz essa ligação das ramificações que o capital industrial atinge ao redor do globo.

Essa internacionalização do capital está ligada justamente a sua necessidade de abocanhar sempre mais mercado, de sempre transformar tudo em mercadoria. É uma necessidade para que ele consiga efetivar como venda toda a sua abundância de produção. Nota-se com isso que o capital cada vez mais se espraia pelo globo arrastando a tudo e a todos para essa lógica, ainda que em muitos lugares teve e tem resistência. Mas a sua globalização força que todos entrem nessa relação e que todos acabam sendo atingidos quando em algum momento uma crise é desencadeada. A sua dimensão de crise torna-se cada vez mais universal, global, e cada vez menos

controlável (podemos assim dizer), tendo em vista que já não é mais uma crise de um ramo específico, de um país ou de um problema singular de um capital.

A enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção febril e conseqüente saturação de mercados, cuja contração provoca a estagnação. A vida da indústria se transforma numa seqüência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A insegurança e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e, com isso, a situação de vida dos trabalhadores tornam-se normais com essas oscilações periódicas do ciclo industrial. (MARX, 1984, p.64)

As crises assim desencadeadas não podem ser previstas e antecipadas, e nem os capitalistas podem tentar direcionar seu capital em algum ramo mais seguro, ainda que aqui estejamos situados no seu período germinal, no capitalismo industrial (concorrencial).

4.1 Predominância do sistema fabril sobre a manufatura, o artesanato e o trabalho domiciliar

Se tratando de um período em transição, é normal termos funções que se mesclam entre o passado e o presente. Com a manufatura isso aconteceu durante essa fase de início da grande indústria (na segunda metade do século XVIII) que se adentra o século XIX.

Tanto manufatura quanto o assim chamado trabalho domiciliar⁵³, continuam a exercer uma função na produção mesmo com a chegada da maquinaria. Na verdade, os que fazem parte dessa função, foram, outrora, jogados para fora da fábrica, perderam seus empregos na concorrência. Por um lado, eles mantiveram essa função por uma questão de sobrevivência, por outro, os capitalistas souberam aproveitar essa simbiose como fonte de lucro.

Em antítese ao período da manufatura, o plano da divisão do trabalho funda-se agora, sempre que possível, na utilização da mão-de-obra feminina, do trabalho de crianças de todas as idades, de trabalhadores não-qualificados, em suma, do *cheap labour*, do trabalho barato, como o inglês tão caracteristicamente o denomina. Isso vale não só para

⁵³ Que aqui não pode ser confundido com as já várias interpretações de vertentes do feminismo (marxistas ou não), que desenvolve uma concepção teórica da teoria do valor na qual as atividades domésticas seriam na verdade um trabalho doméstico. Tanto é que Marx trata como “o assim chamado”, ou seja, ele apenas está trazendo para a análise um conceito que já vigorava em sua época, e que nesse período o trabalho domiciliar, como veremos, está diretamente ligado a produção de mercadorias das fábricas. Apenas sinalizamos para que o leitor ou leitora compreenda aqui a categoria no seu sentido histórico. Vale indicar, por exemplo, a Heleieth Saffioti e Silva Federici, para uma leitura posterior a essa de Marx, sobre a relação entre teoria do valor trabalho e reprodução social.

toda a produção combinada em larga escala, quer use maquinaria, quer não, mas também para a assim chamada indústria domiciliar, seja ela exercida nas moradias privadas dos trabalhadores ou em pequenas oficinas. (MARX, 1984, p.71)

Trabalho domiciliar, manufatura e artesanato, transformam-se num apêndice da grande indústria, estão assim ligadas à fábrica por “fios invisíveis” como disse Marx (Idem.). Esses trabalhadores que estão indiretamente trabalhando para o capital industrial, se espalham não somente nas cidades, mas também nas áreas rurais. Pense-se na ainda grande quantidade de miseráveis que sequer conseguiram se adaptar à vida urbana, que não puderam subjetivamente transformar-se em força de trabalho assalariada, e que, portanto, perduram ao redor das cidades.

O astuto capitalista vê com bons olhos uma possibilidade na qual ele encontrará maior domínio sob a força de trabalho (naquele momento) para o aumento do seu capital. Já que “ela [a exploração] se torna ainda mais desavergonhada no assim chamado trabalho domiciliar do que na manufatura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com sua dispersão [...]” (MARX, 1984, p.72)⁵⁴.

O capitalista vê no trabalho domiciliar um ótimo meio para economizar e lucrar. Como essas atividades são realizadas longe da sua fábrica, ele não tem qualquer responsabilidade por acidentes, mortes, desperdícios de material, em suma, todo e qualquer risco que faça parte desse meio, diz respeito ao próprio trabalhador. O capitalista se aproveita dessa situação, por um meio, do qual não tem de responder as leis trabalhistas impostas pelo parlamento.

Por outro lado, mesmo quando o capitalista emprega força de trabalho para a manufatura, este trabalhador tem de assumir uma posição tão dura (no sentido de intensificação da exploração) quanto exigiria uma máquina. A moderna manufatura degrada mais profundamente os trabalhadores (homens, mulheres e crianças) do que no período anterior. Aqui, o capitalista em sua luta pela lucratividade frente a concorrência, não terá qualquer preocupação por higiene, os locais dos mais diversos ramos são absolutamente insalubres e repletos de periculosidades, levando os trabalhadores ao adoecimento, e a um nível de vida que beira a animalidade.

Um dos trabalhos mais infames, sujos e mal pagos, para o qual são empregadas de preferência mocinhas e mulheres, é o de classificar trapos. [...] As classificadoras de trapos tornam-se transmissoras de varíola e de outras doenças contagiosas, cujas primeiras vítimas são elas mesmas. (MARX, 1984, p.72)

⁵⁴ O acréscimo é meu.

O moderno capital, levando para dentro da indústria a manufatura que ainda resta, traz consigo uma série de contradições que a própria concorrência evoca. As doenças são apenas um desses exemplos sórdidos pelo qual os trabalhadores têm de passar. A nível de exemplo, naquela época “de cada 686 pacientes, rendeiras, a maioria, entre 17 e 24 anos de idade, era tuberculosa” em 1852, 1 em cada 45 desse grupo; já no ano de 1861, 1 em cada 8 pessoas desse grupo tinha tuberculose (MARX, 1984, p.75).

Tão grande era esse grupo de desempregadas que trabalhavam nas suas próprias casas e formavam uma espécie de casa em comum, só para operar as demandas que recebiam. Eram assim chamadas as *Mistresses Houses*⁵⁵. Nessa casa de mestra, uma casa para o trabalho em comum, viviam e moravam as mulheres com seus filhos, e se ajeitavam e se espremiavam em torno desse trabalho extenuante, sendo que muitas dessas *Mistresses Houses* eram locais abafados, sujos, totalmente insalubres.

Pode-se extrair do interior desse trabalho doméstico uma divisão, como diz Marx, em: “1 *finishing* (último acabamento das rendas confeccionadas a máquina, uma categoria que, por sua vez, compreende numerosas subdivisões); 2) rendas de bilro” (MARX, 1984, p.75). Por sua vez, as crianças também faziam parte dessa divisão de trabalho, muitas das quais permaneciam no local com sua mãe; além das crianças contratadas para o trabalho pela demanda.

Muitas dessas crianças, como menciona Marx, passam todo o dia dentro dessa casa saindo somente de noite, e o capitalista não satisfeito (muito preocupado em manter seus negócios até mesmo na vida privada dessas crianças), entrega um pacote para que as crianças e sua família tenham ocupação de adiantar o serviço quando chegarem em suas residências (sendo nesse caso as que não moram no próprio local) (MARX, 1984, p.76).

Como muitas dessas crianças e jovens mulheres muitas vezes não tinham a experiência e capacidade para o bordado e seu acabamento de renda, “*lace finishing*”, os donos dessas manufaturas substituíam assim as *Mistresses Houses* pelas assim chamadas *lace schools* (escolas de bordado). Esses locais, na verdade casas, empregavam cerca de 3 mil dessas trabalhadoras domiciliares (Idem.). Não por acaso o surgimento dessas escolas em meio a esse ramo, pois como vimos mulheres e

⁵⁵ Casas de mestras.

crianças estão na concorrência com as máquinas, ou melhor, elas cumprem esse papel que mescla manufatura com a grande indústria, justamente porque a capacidade da máquina operar nesse ramo ainda não tinha se desenvolvido como em outros. Elas, portanto, cumpriam uma função de “tapar buracos”, e levam por isso todo peso de ter que acompanhar uma demanda muitas vezes absurda para suprir as fábricas dos capitalistas.

A sede do vampiro⁵⁶ continua:

Onde acaba a renda de bilros nos condados rurais de Buckingham e Bedford, começa o entrançamento de palha. Ele se estende por grande parte de Hertforshire e pelas regiões ocidentais e setentrionais de Essex. [...] No lugar das escolas de bordados, surgem as straw plait (escolas de entrelaçamento de palha). Aí as crianças começam a aprender a entrançar palha com 4 anos de idade, às vezes entre os 3 e 4 anos. Educação, naturalmente, não recebem nenhuma. (MARX, 1984, p.77)

Sai uma escola, entra outra. A matéria-prima é substituída, mas a manufatura e o trabalho domiciliar continuam. O capital encontra apenas um novo ramo para explorar, ainda se aproveitando dessa divisão de trabalho que logo ele próprio forçará sua superação para introduzir de vez a máquina.

Como dissemos anteriormente, o capital industrial abriu novas portas para o mercado mundial, reorganizando a divisão internacional do trabalho. As demandas aumentam conseqüentemente; e mão de obra nova na produção torna-se fundamental ao capitalista, pois são tantos ramos ainda surgindo que com a força de trabalho se desloca mais facilmente do que investindo pesadamente em capital constante. Até porque com o contingente exorbitante de mão de obra disponível, vegetando a procura de emprego, torna-se seguro ao capitalista, muito porque em vários ramos a máquina-ferramenta ainda está engatinhando, e ou ainda nem se estabeleceu. Isso de modo algum nega a sobreposição do capital fixo sobre o capital constante, aqui apenas é mostrado que a força de trabalho tem sua função quando novos ramos de exploração se abrem sem que a própria máquina tenha se

56 “O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista”. (MARX, 1983, p.188-189).

estabelecido. Assim como quando o capitalista desloca seu capital para um ramo particular do qual ele ainda não tinha adentrado.

Mesmo que o capital industrial se faça valer da manufatura e do trabalho domiciliar, estes últimos encontram seus limites nessa fase histórica, a concorrência capitalista joga estes trabalhadores para fora da produção mais uma vez. O aumento da produção incessante força o capitalista à investir em maquinário; o valor da força de trabalho expresso no salário é rebaixado devido aos milhares de trabalhadores no exército industrial.

Foi, de fato, a barateza do sangue e do suor humano transformados em mercadoria que ampliou constantemente e a cada dia amplia o mercado de escoamento, para a Inglaterra, em particular, o mercado colonial, onde, além de tudo, preponderam os costumes e o gosto ingleses. (MARX, 1984, p.79)

Toda essa demanda põe fim e limite à velha forma de divisão do trabalho, e manufatura e trabalho domiciliar são finalmente superados pela máquina, isto é, pela “máquina de costura” (MARX, 1984, p.79).

As trabalhadoras das manufaturas e do trabalho domiciliar, são deslocadas pelo capital para a máquina de costura. Os trabalhadores que ainda persistem na antiga divisão de trabalho, tem seu salário cada vez mais reduzido frente ao valor do salário desses operários (homens e mulheres) da máquina de costura. A demanda cresce então nesse novo setor. As crianças são afastadas, e mão de obra masculina e feminina (principalmente) são requeridas para operar.

A máquina traz consigo não somente o aumento da produção de mercadorias, mas também traz o aperfeiçoamento da linha de produção, se comparado fundamentalmente a antiga manufatura. Porém, certas condições se mantêm, o local de trabalho continua altamente insalubre; a máquina em si torna-se muito extenuante quando operada por horas a fio, se exige muito dos braços e mãos; e não menos dramático é o aumento substancial de desempregados na rua, pela introdução da máquina-ferramenta.

A máquina de costura não adentra subitamente no mercado e nas fábricas de uma só vez, pois como em todo processo de introdução de maquinaria e de transição da sempre nova divisão do trabalho⁵⁷, ela adentra por meios que inicialmente se mesclam à própria manufatura.

⁵⁷ O capital que penetra a produção, busca sempre e cada vez mais desenvolver as forças produtivas, isso pelo fator inicialmente determinante da concorrência entre os capitalistas.

Na confecção de vestidos finos, em que o trabalho já estava em geral organizado, principalmente mediante cooperação simples, a máquina de costura constitui de início apenas um novo fator da produção manufatureira. Na alfaiataria, na camisaria, na confecção de calçados etc., entrecruzam-se todas as formas. [...] Finalmente, como em toda maquinaria que não constitui um sistema articulado e é utilizável em tamanho pequeno, artesãos ou trabalhadores domiciliares utilizam, com a própria família ou com a ajuda de alguns poucos trabalhadores estranhos, máquinas pertencentes a eles mesmos. Agora prepondera de fato, na Inglaterra, o sistema pelo qual o capitalista concentra um número maior de máquinas em seus prédios e depois reparte o produto da máquina entre o exército de trabalhadores domiciliares para o processamento subsequente. A diversidade das formas de transição não esconde, porém, a tendência à transformação em autêntico sistema fabril. (MARX, 1984, p.80)

A própria máquina de costura percorreu caminhos iniciais sob as franjas das fábricas. Quando de fato a crise se instala e o capital chama a máquina por seu nome, a máquina de costura, está pronta para tomar o lugar de centenas de milhares de trabalhadores. A característica particular dessa máquina, diz muito do seu modo de atuação, que ela é bem menor do que qualquer outra máquina na fábrica, e sua operação se dá por apenas um operar intermitentemente quando em uso.

Mas a produção capitalista é tão abrupta e acelerada, que em pouco tempo se tem a superprodução e a crise, pois houve um grande deslocamento de capital para essa máquina provocando a saturação do mercado. A saída dos grandes produtores foi colocar para alugar essas máquinas, “acarretando, com isso, uma concorrência mortífera para os pequenos proprietários de máquinas” (MARX, 1984, p.80). Nesse caso, aquele que possui capital maior e que, portanto, alugue uma grande quantidade de máquinas ao mesmo tempo, consegue preços muito melhores, colocando em quebra aqueles que alugam por unidades.

“Finalmente, a substituição do ser humano pela máquina a vapor dá nesse processo, como em todos os processos similares de revolucionamento, o golpe decisivo”. (MARX, 1984, p.80). Concentrando-se muitas máquinas na fábrica, decorre da necessidade de uma força motriz equivalente. Daí que alterasse não somente a máquina-ferramenta (máquina de costura), como também se revoluciona a máquina-motriz (máquina a vapor).

Claro que as crises do sistema também refluem sobre esse fator, mas o que é decisivo para nos nessa pesquisa, é mostrar como nesse início a força de desenvolvimento do capital gera sempre o desenvolvimento das forças produtivas, com elas, a reorganização da divisão do trabalho.

4.2 Legislação Fabril: a racionalização da produção capitalista

Como sabemos uma das conquistas da burguesia ao longo da sua dominação enquanto classe, é o desenvolvimento do Direito e do sistema judiciário para uma nova sociedade, onde (teoricamente) todos sejam iguais perante a lei⁵⁸. Na Inglaterra, a legislação expressará a necessária organização da divisão do trabalho.

A legislação é essencial ao processo de acumulação capitalista, acelera “de modo artificial” essa própria investida do capital,

Condição essencial da produção fabril, sobretudo assim que submetida à regulamentação da jornada de trabalho, é a segurança normal quanto ao resultado, isto é, a produção de determinado quantum de mercadoria ou de um efeito útil tencionado em certo espaço de tempo. As pausas legais na jornada de trabalho regulamentada pressupõem, além disso, paradas súbitas e periódicas do trabalho sem prejuízo para o objeto que se encontra em processo de produção. (MARX, 1984, p.81)

Há, portanto, uma racionalização não somente da produção em si de mercadorias, para acelera-la, mas também se encontra aqui a mediação das formas legais da sociedade burguesa cristalizadas no Estado de Direito que tendem a controlar os antagonismos de classe e legitimar o sistema econômico de exploração de trabalho. Desde os primórdios da industrialização os trabalhadores entravam em greve e em vários momentos do século XIX começaram a exigir melhores condições de trabalho e a redução da jornada de trabalho.

A produção capitalista chega a tal ponto em sua exploração e destruição, que é necessário todo um aparato jurídico para poder atenuar e controlar a higiene e saúde daqueles que trabalham nas fábricas, mais uma vez ao mesmo tempo que ela traz um progresso do ponto de vista social, do gênero humano, traz também o regresso para a classe subjugada, a degradação, humilhação, a incessante luta para sobreviver diariamente.

Importante notar como a classe capitalista rosou e esbravejou quando a limitação da jornada de trabalho começou a ser imposta pelo parlamento. Seus

⁵⁸ “Apenas quando surgem sociedades maiores, sempre mais sociais, apenas quando o administrar do Direito e o encontrar da justiça tornam-se uma tarefa social cada vez mais especializada de grupos humanos particulares, o que está tudo intimamente enlaçado com o desenvolvimento do intercâmbio de mercadorias, emergem em geral tais problemas. A posição do Direito e a administração do Direito não podem mais se contentar com a simples proibição de determinadas ações; os motivos das violações tornam-se crescentemente relevantes legalmente, são fixados em formas jurídicas”. (LUKÁCS, 2018, p.187)

argumentos e preocupações eram em torno da redução da produção e conseqüentemente dos lucros, podendo chegar as ruínas e quebrar seu negócio. Um palavrório do qual a própria revolução industrial pôs fim, sendo que este se alimenta em diminuir o trabalho necessário e aumentar o mais-trabalho.

Vê-se que o Parlamento inglês, a quem seguramente ninguém há de acusar de genialidade, chegou por meio da experiência à convicção de que uma lei coercitiva pode simplesmente eliminar todas as assim chamadas barreiras naturais da produção contrárias à limitação e regulamentação da jornada de trabalho. Com a introdução da lei fabril num ramo industrial, é concedido, por isso, um prazo de 6 a 18 meses, dentro do qual é problema do fabricante eliminar os obstáculos técnicos. [...] Se, porém, a lei fabril acelera assim a maturação dos elementos materiais necessários à transformação da empresa manufatureira em fabril, apressa, ao mesmo tempo, pela necessidade de maior dispêndio de capital, a ruína dos pequenos mestres, bem como a concentração do capital. (MARX, 1984, p.83)

Esse aceleração de concentração do capital em poucas mãos que a legislação acaba fomentando, não é por si direcionada, não é intencional. Mas ao buscar dar respaldo aos anseios da classe dominante, da organização do processo do trabalho, ela acaba por ir contra justamente a lógica do capital, da sua autovalorização.

Um exemplo de novas normas para a organização da divisão do trabalho, se deu ao delimitar que deve-se respeitar uma quantidade mínima de pessoas por metro quadrado, possibilitando assim uma melhora do ar a ser respirado. Já que ao concentrar uma quantidade máxima de trabalhador por metro quadrado dentro de uma fábrica ou oficina, diminui oxigênio necessário por metro cúbico por indivíduo, e isso possibilita por exemplo a proliferação da tuberculose (isso tudo a partir de medidas – medições e análises técnicas – colocadas pelos médicos). Acontece que, sancionada tal norma, a legislação acaba por atingir os pequenos e médios negócios, que não podem providenciar um local maior para cumpri-la. Há limite nessa racionalidade que a legislação tenta dar, entre força de trabalho e capital, e esse limite chega justamente onde reina o capital. “Por isso, ante esses 500 pés cúbicos de ar, a lei fabril perde o fôlego. [...] Eles [os médicos] assim declaram que na realidade tuberculose e outras enfermidades pulmonares são condições vitais para o capital”. (MARX, 1984, p.86)⁵⁹.

Também foi o caso da regulamentação das crianças frente ao trabalho, nas cláusulas educacionais onde se fazia valer “a possibilidade de conjugar ensino e

⁵⁹ O acréscimo é meu.

ginástica com trabalho manual” (MARX, 1984, p.86.), e vice e versa. E essa relação não poderia ser mais do que isso, no sentido que o próprio ensino não era vantajoso e aceitável sobre o trabalho manual. A possibilidade de uma criança adentrar no ensino em tempo integral, era visto como algo improdutivo, perigoso, e, portanto, iria contra a ordem social. A necessidade de constituir um ser humano apto para viver na sociedade capitalista, era o de educar crianças com ensino e trabalho juntos.

Na medida em que a legislação fabril regula o trabalho em fábricas, manufaturas etc., isso aparece inicialmente apenas como intromissão nos direitos de exploração do capital. Toda regulamentação do assim chamado trabalho domiciliar apresenta-se, em compensação, como intervenção direta ao *pátria potestas* [pátrio poder, autoridade paterna], ou seja, interpretado modernamente, à autoridade paterna, passo perante o qual o sensível Parlamento inglês fingiu por muito tempo estar impedido pelo temor”. (MARX, 1984, p.90)

Mais uma vez o parlamento mostra sua função para com a acumulação do capital. Vale aqui o relato de uma comissão sobre a discussão da situação das crianças e a família:

“Infelizmente”, diz o relatório final de 1866 da “Child. Empl. Comm.”, “transparece, da totalidade dos depoimentos de testemunhas, que as crianças de ambos os sexos precisam de mais proteção contra seus pais do que contra qualquer outra pessoa”. O sistema da exploração desmesurada do trabalho infantil de modo geral e do trabalho a domicílio em particular é “mantido porque os pais exercem sobre seus jovens e tenros rebentos um poder arbitrário e nefasto, sem freios nem controle. (...) Os pais não deveriam ter o poder absoluto de fazer de seus filhos meras máquinas para conseguir certa quantia de salário semanal. Crianças e jovens têm direito à proteção da legislação contra o abuso do poder paterno, que alquebra prematuramente sua força física e os degrada na escala dos seres morais e intelectuais”. (MARX, 1984, p.90-91)

É notório da argumentação a tentativa de culpabilizar os pais, ou seja, a família, pela situação de degradação na qual as crianças vivem, ignorando que o capital impõe as famílias a necessidade de que todos os seus membros se empreguem na produção fabril e não apontando a questão da degradação infantil como um problema social causado pelas próprias relações sociais de produção. Como acertadamente diz Marx,

não é, no entanto, o abuso do poder paterno que acarretou a exploração direta ou indireta das forças de trabalho imaturas pelo capital, mas, pelo contrário, é o modo de exploração capitalista que fez do poder paterno, ao suprimir sua correspondente base econômica, um abuso. (1984, p.91)

De certo modo a grande indústria complexifica a configuração familiar e com ela a relação entre ambos os sexos. Ter a possibilidade de ensino, e através desse ensino ele (o aluno) direcionar seu futuro trabalho, de modo que a família não tenha

nenhum direcionamento hereditário sobre isso (como com quem se deve casar, qual ramo de trabalho deve seguir), é um avanço, um progresso que o capital possibilita (que a grande indústria possibilitou). Mas é claro, isso existe apenas como possibilidade, como potência de ser nessa sociedade, nada sob a égide do capital é dado como certo e libertador. Na verdade, a educação e a alfabetização tem sua função social capacitar a classe trabalhadora em geral para esta poder exercer sua subordinação na melhor maneira possível, e a melhor maneira possível é aquela que aumenta a acumulação do capital.

Por isso quando a lei entra de modo quase experimental nas relações de trabalho, passam ao longo do tempo pela experiência necessária e se tornam assim uma lei generalizada para toda a produção, e não somente à ramos específicos. O Estado se torna uma instituição fundamental para a reprodução do capital, pois ele organiza justamente toda a desenfreada forma de exploração que o capital sujeita os trabalhadores, mesmo que num primeiro momento possa parecer que o Estado esteja atrapalhando essa relação de livre concorrência⁶⁰. De fato, para os capitalistas menores, as leis e regulamentações pairam sobre eles como um peso, como algo que vem a beneficiar os grandes capitalistas. Por outro lado, de modo algum, a classe dominante quer ver a classe que é explorada, ardendo em fúria nas ruas, com greves e manifestações de caráter social, por problemas que em última instância diz respeito a organização do trabalho. Por isso o direcionamento de racionalidade do direito em regulamentar, legislar e fiscalizar toda a cadeia produtiva.

Marx já detecta em sua época a tendência expansiva e destrutiva do capital.

[...] cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador". (1984, p.102)

O importante e fundamental destacar é a revolução técnica e social que a maquinaria e grande indústria tem sobre toda a sociedade, dirigida pelo capital. Essa

⁶⁰ Como já a pontamos na página 49, para a concepção liberal o Estado atrapalho quando este adentra na economia.

transformação modifica todas as relações, do público ao privado, dentro da estrutura familiar, da relação do indivíduo com seu próprio ser, do surgimento de um novo Estado, da transformação da divisão internacional do trabalho, da modificação das colônias, entre outras tantas mudanças.

A exploração toma contornos muito mais complexos e abrangentes que em seu período de transição, onde cooperação e manufatura germinavam a moderna indústria. A luta de classes perpassa esse longo período, mas só adquire objetividade com o advento da moderna indústria. Daí o momento predominante da máquina-ferramenta na totalidade desse período histórico.

A divisão do trabalho tem com a entrada da maquinaria e grande indústria seu momento decisivo para a dominação e subordinação do trabalhador como força de trabalho. Aqui reside o momento que a alienação social consegue de fato tomar o controle dos meios de produção e do trabalhador, tornando este uma mercadoria disciplinada e obediente frente ao rigor do tempo de produção. O tempo toma assim um método de exploração na qual o capital irá forçar nas costas da classe trabalhadora, diminuir o tempo de trabalho necessário da força de trabalho para aumentar sempre que possível o mais-trabalho. O trabalhador perde toda a capacidade criativa, subjetiva do processo de trabalho, e com isso perde o controle do que produz, a totalidade do processo de trabalho pela nova divisão do trabalho, impede qualquer capacidade apreensiva do todo pela força de trabalho.

Conclusão

O papel que o trabalho traz para o ser social é o fundamento que o diferencia da natureza. O homem como ser genérico, como ser social capaz de conviver em grupos através de indivíduos diferentes, só pôde assim ser quando este teve a capacidade de transformar a natureza ao seu prazer, às suas necessidades. Eles (homens e mulheres) controlam o seu mundo externo, moldando e caracterizando as formas fora de si conforme as necessidades e possibilidades em cada época.

A forma como as comunidades e sociedades vão se organizar, refletirá diretamente sob as possibilidades de desenvolver suas capacidades não somente coletivas, mas individuais. Quanto e melhor o gênero humano controla a natureza⁶¹, mais tempo os indivíduos terão para desenvolverem suas potencialidades, isto é, da relação entre os próprios indivíduos. Isso significa poder desenvolver campos de saberes cada vez mais complexos e mais sociais. O indivíduo se torna, por assim dizer, cada vez mais humano quanto mais tempo ele tem disponível para o seu gênero.

Isso significa que complexos sociais que se estabelecem em cada época cumprem uma função (ou funções) específica para o seu grupo, que são por assim dizer, “criadas” para atender às necessidades daquela época, e que por vezes ultrapassa seu tempo histórico, se modificando, adaptando e revolucionando em outros períodos subsequentes. Pode-se ver essa “criação” no: Estado, no exército, na polícia, no direito, na violência, na família, na política, na propriedade privada, entre outros. Todos surgiram, cumpriram e cumprem assim suas funções ao longo da história, ainda que, quanto mais complexo e desenvolvida é as relações entre os indivíduos, mais robusto e heterogêneo os complexos em particular se tornam.

Identificamos em nossa pesquisa que o trabalho cumpre essa função (enquanto complexo) dentro do ser social, que é indispensável para a sua própria manutenção, no sentido que, enquanto existiu, e existir o gênero humano, existirá a necessidade

⁶¹ Estamos nos referindo ao controle da natureza a partir do gênero humano, que atendam ao gênero como um todo. O que a classe burguesa desenvolveu desde que se colocou no controle da produção, foi ter um controle da natureza com a finalidade de atender a autovalorização do capital, e com isso a destruição da natureza como uma de suas contradições. Por isso entendemos que controlar a natureza e melhor produzir, significa a partir da classe trabalhadora, que somente ela pode – através de uma revolução – dar uma saída para a forma organizativa que o capital nos coloca.

deste complexo ser preservado. Não como uma necessidade moral, política, mas como uma necessidade ontológica do ser, não suprimível.

A partir disso não concluímos que o complexo do trabalho seja o ente principal sobre as relações sociais ao longo da história, ele é apenas essencial para a manutenção do ser social ele tem um papel decisivo nas crises que essas comunidades e sociedades entraram, pois ele detém o momento predominante no processo de ultrapassagem do velho para o novo. Quando, portanto, a sociedade entra em crise, e os complexos que antes faziam a desenvolver e manter as suas relações efetivas, é no complexo do trabalho que as mudanças se confirmam.

Mas disso não concluímos que o complexo do trabalho ocupe sempre em toda época papel fundamental para as ações entre os indivíduos. Apenas podemos extrair que a partir dele os saltos qualitativos dentro da história do ser social tomam as proporções que conhecemos, como por exemplo uma revolução social. Essa revolução, essa mudança de uma organização para outra, passa por processos que abrangem a política, a educação, a filosofia, a violência, a ciência..., mas tem no trabalho o seu momento definidor, aquele que pode e tem a capacidade de alterar a estrutura⁶² da relação social como um todo. Daí dizermos que ele é o momento predominante do rompimento, que tem esse papel decisivo final.

Constatamos que as diversas alterações de dentro da produção durante o longo processo que se deu até a entrada do capitalismo, entre os séculos XVI e XVIII, foram em vários momentos permeadas por outros complexos que não vieram do trabalho, mas sim do Estado, do direito (via Parlamento), da violência, da família, da política, enfim, todos esses complexos moveram o interior do trabalho, assim como o próprio trabalho refluíu sobre estes de maneira inter-relacional.

Como dissemos, a partir de Marx, nossa pesquisa não se incumbia de tratar em exaustão o longo processo de transição para o capitalismo, mas sim de trazer a partir da totalidade, os momentos mais decisivos e significativos onde classes sociais são radicalmente transformadas, e assim cumprem novas funções e tem novas relações entre si. Esses momentos foram justamente naqueles onde artesão e trabalhadores do campo foram removidos (violentamente) para novas funções, cumprindo assim um papel específico para a nova divisão do trabalho. Em seguida,

⁶² Que isso não se confunda com a concepção estruturalista filosófica, estrutura aqui tem a ver com todos os complexos que indicamos e com sua efetiva relação heterogênea entre si.

os artesãos na cooperação e na manufatura se vem forçados a alterar a sua exteriorização no mundo, a sua teleologia enquanto indivíduo, para assim comprimir com sua força de trabalho o máximo possível o tempo de trabalho necessário, ou seja, se viram forçados a aumentar a mais-valia dos que assim o empregavam, aumentando o mais-trabalho sobre seus ombros.

O nascente capitalista individual, racionaliza, fraciona o processo, direciona, fiscaliza, suprime tempo perdido, pune sempre que possível, demite e contrata sempre que necessário. Ele busca acumular uma riqueza que já não é mais do trabalhador artesão ou do trabalhador rural, ele concentra força de trabalho, aumenta sua produção, acelera a produção da mercadoria individual, contratualiza⁶³ a força de trabalho através do salário, e nesse sentido extrai do processo mais valor do que tinha antes de iniciar.

Aqui, nessa transição, como se mostrou, métodos particulares da divisão do trabalho se mesclam ao mesmo tempo (artesão, cooperação simples, manufatura), para poder acelerar e desenvolver as forças produtivas. Por isso tanto a força de trabalho coletiva e o capitalista individual, tem papel decisivo sobre o desenvolvimento dessas forças produtivas, eles são o motor do processo, essa transição tem um caráter subjetivo de ser.

O próprio capital desempenha nesse sentido (pela sua acumulação, concentração de riqueza em mãos particulares) um papel violento de expropriar os meios de produção da família dos trabalhadores e assim explora-los como força de trabalho. O capital industrial modifica a relação que as crianças tem com seu meio (sua família e com a sociedade) ao transformá-las também em força de trabalho: traz o ensino e a alfabetização a partir do Estado para as crianças, ao mesmo tempo as ensina a ter disciplina e destreza para funções manuais, para em seguida jogá-las no meio da produção das mercadorias. Esses indivíduos (homens, mulheres, jovens e crianças) são para o capitalista tudo aquilo que se pode aumentar a sua riqueza, isso significa, são todos força de trabalho. Inserir força de trabalho muitas vezes desqualificada, por exemplo infantil, para no fim extrair mais riqueza do que a média de salário dos trabalhadores adultos, foi um dos métodos empregados pelos

⁶³ Também não pode ser entendido como o contrato formal e escrito, contratualizar, de forma geral, é apenas dizer que o trabalhador perde a autonomia no processo vendendo a sua força de trabalho por um tempo determinado diário, tendo como finalidade o dinheiro (na forma salário).

capitalistas. Sem dizer que durante um longo tempo a força de trabalho infantil chegava a sobressair sobre a força de trabalho adulta dependendo da região e da época na Inglaterra

Quando, portanto, os métodos da cooperação e manufatura, na divisão do trabalho, já não davam conta de desenvolver as forças produtivas, nesse sentido travando-as, a classe dominante viu nas criações de máquinas a sua saída. E essa saída só pôde ser trazida à luz quando de fato o essencial da divisão do trabalho estava já modificada, preparando assim o terreno necessário para o advento da máquina na produção, quando cooperação e manufatura se moldaram como método de produzir riqueza social.

A máquina-ferramenta veio a revolucionar, a suplantando a força motriz do trabalhador sob a ferramenta, tornando assim o trabalhador em operário, porque ele agora passa a operar sob uma máquina, e não a executar força motriz em uma ferramenta.

Máquina-ferramenta se junta ao mecanismo de transmissão e à máquina-motriz, dando uma coesão na produção que definitivamente revoluciona todo o processo anterior da história humana. Ela, a máquina, dá a possibilidade material da burguesia tomar a produção da riqueza social em suas mãos (e com isso a dominação e o controle social), já que politicamente, via Estado, ela já estava assentada no poder.

Do ponto de vista do que se estabeleceu dizer como Revolução Industrial, é para Marx, o fundamental o advento da máquina-ferramenta. Claro que não se pode perder de vista todo o processo que decorreu no interior do trabalho (cooperação e manufatura) até a chegada dessa descoberta, dessa invenção. Mas ela é o ponto nodal (do ponto de vista objetivo) do processo final dessa transição, para a configuração de uma nova relação social.

Antes dela, como vimos, a máquina motriz já era uma realidade e já havia sido incorporada em determinados ramos da produção, há séculos atrás. Porém ela não pôde se espalhar para toda a divisão do trabalho, pois como vimos ela não só não permitia um fácil deslocamento (tinha-se dificuldade em “traze-la” para os grandes centros) como não era propícia para o método empregado da exploração da força de trabalho. Quando a máquina-ferramenta sobe ao palco, a máquina-motriz ganha a sua beleza e a sua potencialidade, e através de ambas o mecanismo de transmissão então surge como simbiose dessas duas.

Claro que a invenção do tear a vapor, na segunda metade do século XVIII, dá toda uma capacidade de produção para a máquina-motriz que nenhuma outra pôde desempenhar antes dela, mas, essa só chegou ao mundo porque o processo do trabalho tinha amadurecido o suficiente para a sua chegada, para sua invenção. Dai, mais uma vez, o papel decisivo da máquina-ferramenta.

Tudo isso tem um caráter progressista num toda da história, tanto é que desagua numa revolução sem precedentes. Mas o processo como um todo é recheado, entremeado de contradições em que a classe explorada e oprimida teve que arcar todo o tempo. A classe trabalhadora, que produz a mais-valia para a acumulação do capital, sofre todas as consequências estando empregado ou não. Ela se configura para o capital como uma coisa, que tem um valor de uso quando está sendo explorada num trabalho e produzindo mais-valia, mas que ao mesmo tempo deixa de ter valor de troca pois torna-se abundante no mercado, já que está mercadoria especial que produz outras mercadorias, tem como concorrente o próprio meio de produção, a máquina.

Esse desenvolvimento da divisão do trabalho modifica também a divisão social do trabalho, e ele se configura na formação da grande indústria, das fábricas. A força de trabalho vai se tornando cada vez mais uma mercadoria qualquer ao longo da acumulação primitiva, ainda que, para o capital, seja necessário que essa mercadoria força de trabalho compre as mercadorias que ela própria criou, que efetive como processo final a compra no mercado, no comércio, e assim realize a acumulação do capital.

Eis que Estado, direito, a política, entre outros complexos, entram como necessidade social para a mediação dessas contradições, para, por um lado, manter o controle e a legitimação da própria acumulação do capital pelo capitalista, por outro, barrar e frear qualquer possibilidade mais perturbadora de tentar (a classe trabalhadora) superar esta ordem (já que a própria burguesia revolucionou e superou o regime feudal e a ordem monárquica).

Deriva disso uma alienação social que se universaliza a partir de uma classe particular, e que dessa particularidade ela (a classe burguesa) não pode universalizar sem gerar contradições, já que esta particularidade não está ligada ao gênero humano, pelo contrário, se dirige contra este. Em última instância, todas as contradições da sociedade capitalista se sucedem, ou melhor, são filhas deste que a mantém animada: o moderno capital.

Aqui, nesse período de transição e acumulação primitiva do capital, estão elencados os traços mais fundamentais e essenciais que possibilitaram a classe capitalista ascender ao poder do controle social, e com isso instaurar uma alienação social que até então não se encontrava na história humana. A partir disso exploração e opressão ganham traços característicos na história, na qual tem na autoreprodução do capital o seu momento de predominância.

Desse processo como um todo heterogêneo, que buscamos compreender a partir dos estudos de Marx, surgiu assim as duas classes antagônicas fundamentais, a classes operária⁶⁴ e a classe burguesa. Elas são as classes fundamentais da sociedade capitalista, isso quer dizer, não são as únicas, há outros extratos sociais baseados em marcadores empíricos que são importantes na análise social mas que do ponto de vista de uma dialética materialista, e sobretudo para uma perspectiva política de superação do sistema sociometabólico do capital não são fundantes na constituição desse sistema , capital e trabalho, e por tanto, a exploração econômica, são o eixo fundamental dom motor da história e de onde surgem as outras relações sociais baseadas na dominação e a opressão. Esta é a tese marxiana que defendemos para além de uma vontade de poder abstrata que muito das ciências sociais posmodernizadas defendem através da tese nietzscheana: uma essência humana que busca o poder pelo poder sem uma motivação clara.

⁶⁴ Ou proletária, muda-se apenas a palavra em momentos históricos, mas o sentido desta continua.

Apêndice – A “ciência da história” como razão e o complexo do estado

A forma acabada de *O Capital* é o “final” de uma lapidação do conhecimento, de um processo de estudo aprofundado de Marx sobre a relação social que é o capital. Porém é importante nos atermos a uma obra que não fora publicada por Marx e Engels, mas que tem aqui grande importância, *A Ideologia Alemã*. Esta obra (inacabada e deixada à “crítica roedora dos ratos”) possibilita compreender melhor a dimensão histórico-ontológica da ciência desenvolvida por Marx.

Portanto antes de procurar adentrar nas categorias e classes n’*O Capital* (a Crítica da Economia Política), é preciso responder a algo mais profundo, a raiz da coisa, e essa coisa é o homem. Desde já, dirão Marx e Engels que,

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33)

Esta é a forma de se compreender o ser social segundo Marx e Engels. Sendo assim “a primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (Ibidem). Há que se ver, portanto, como os homens produzem suas necessidades básicas, de que forma, como se organizam, etc. Segue-se que,

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico (Ibidem).

Ou seja, aqui o ato humano de produzir coisas úteis em sociedade, em comunidade, não cessa, não tem fim, o novo sempre entra em cena, colocando novas necessidades e possibilidades para a produção social. Satisfazer essas necessidades diz respeito das possibilidades que esse ser social tem em mãos em cada período histórico. Só se produz novas necessidades quando aquelas mais básicas e fundamentais são contempladas. Daí que o movimento da história humana ser algo complexo, heterogêneo, que a busca do conhecimento sobre o próprio homem é infinito dentro dessa história. O real nunca estaciona na história, ele nunca fica estagnado, pelo contrário, ele sempre está em constante transformação (estando às vezes mais evidente – como num período revolucionário – às vezes mais obscuro – como no período atual, onde a contrarrevolução coloca dificuldades sobre a própria realidade).

Por fim, segue-se que

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. (Ibidem)

Os autores seguem dizendo que essa família constitui a primeira forma de organização social, e mais tarde, “quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades” (Ibidem), tornam-se relações secundárias, no sentido de que a comunidade deixa de se relacionar sob esse núcleo, e passa a se relacionar socialmente, ainda que o núcleo familiar persista, tomando outras funções sociais ao longo da história⁶⁵.

Esses três aspectos, três momentos que Marx e Engels separam na explicação, na verdade coexistem como um todo, sendo separados aqui somente à nível de abstração, para poder compreender os aspectos particulares do ser social. Existe, portanto, a relação entre homem e natureza e dos homens entre si próprios:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (Idem, p. 34)

Aqui se apresenta a concepção marxiana do estudo da história humana, de como compreender o ser social. Esse ser sempre ao longo da história, estará diretamente ligado ao modo de organização para a produção das suas necessidades básicas.

Mas esse processo de abstração da história humana ainda nos apresenta mais um ponto, aquele fundamental, de que o homem também se relaciona (tanto na transformação da natureza quanto na relação com seu próprio ser) com consciência. Esta forma de consciência é mediada pela linguagem, que é

⁶⁵ É preciso salientar que em 1845 o material de pesquisa que Marx e Engels tem em mão, não permitem saber que na verdade essa primeira forma de organização seria o que eles mesmo vão chamar depois, de tribo. Mesmo ainda na escrita d’O Capital Marx não pôde se dar conta desse equívoco, somente Engels com materiais posteriores poderá corrigir tal troca: a tribo veio primeiro que a família (MARX, 1983, p.277).

tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, das necessidades de intercâmbio com outros homens. (Idem, p.34-35)

Consciência e linguagem aparecem na história como um duplo movimento de necessidade para o ser humano, tanto para apreender o seu meio natural quanto como interação social: “minha relação com meu ambiente é minha consciência” (Idem, p. 35). É, portanto, uma questão materialista o ser da consciência humana, ela tem como momento predominante a interação social, e a interação social tem como momento predominante a forma de organização para produzir coisas úteis. O que cada indivíduo, cada pensador (homem e mulher) pensa ao longo da história, estará ligado diretamente com sua relação de indivíduo-gênero da sua época.

Se hoje nos relacionamos de forma alienada, oprimida e reificada, é porque nos relacionamos de tal modo produtivamente, que surge essa possibilidade socialmente. A desumanização é fruto da própria humanidade, é causa nossa, ainda que essa causa fuja do nosso controle. Mas essa relação iremos traçar mais a frente.

Como necessidade dessa complexificação social, aparece desde já a divisão do trabalho. Mas

a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. (Idem, p.35-36)

A divisão social do trabalho cria novas possibilidades e necessidades que nenhuma comunidade antes disso pôde viver, experimentar⁶⁶. Na verdade, os autores estão se referindo basicamente aos primeiros movimentos dessa alienação, por exemplo, da sociedade escravista, onde uns poucos pensavam e refletiam sobre a sociedade enquanto a maioria trabalhava (fundamentalmente, os escravos). Porém quando essa representação da consciência (teoria, teologia, filosofia etc.) entra em contradição, em conflito com as relações existentes, significa que “as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes” (Idem, p.36).

⁶⁶ Como disse Engels, “Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria” (*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*).

Como dissemos, a família se constitui enquanto primeira divisão, e mesmo na divisão do trabalho, que no início

Se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. (Ibidem)

Não é que a família seja por excelência uma forma de opressão desde a origem da espécie humana, é que do ponto de vista da divisão do trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas, a família teve papel importante para esse desenvolvimento. E quanto mais a divisão do trabalho se complexificou, quanto mais a população aumentou, tanto mais oprimida a família se tornou, tanto mais a tirania familiar se sobrepôs à mulher e aos filhos. Logo essa contradição no âmbito geral, se coloca como interesses particulares frente aos interesses coletivos (Ibidem). Ou seja, a família como parte da divisão do trabalho onde a opressão reina, tem seus interesses particulares que se defronta com os interesses coletivos, contrapostos entre si.

Daí que se compreende um dos aspectos mais desumanos, alienantes, da divisão social: o âmbito público e o âmbito privado. Essa cisão direciona vários aspectos que delimitarão a função da mulher e a função do homem na sociedade; a função do trabalhador e a função dos donos dos meios de produção. Quando a minha vida se delimita a limpar a casa, a fazer a comida, a cuidar dos filhos (educar, dar banho, brincar, alimentar etc.), nesse caso, quando à mulher é dado o direito de ter a função principal da reprodução dos indivíduos, significa que a sua humanidade, a sua personalidade, está fortemente limitada, presa, atrofiada frente ao todo da riqueza que a humanidade produz no âmbito público. É por isso que

a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidades de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criação dos homens). (Idem, p. 41)

Isso não torna a opressão sobre as mulheres idêntica em períodos diferentes. Marx e Engels estão fazendo uma digressão da família e da mulher desde de esse período da alienação social. Mas a opressão que surge no capitalismo é

absolutamente *sui generis*, tem suas particularidades arraigadas em última instância ao capital, coisa que não se encontrava em sociedades anteriores.

Não menos expressivo é que o Estado surge justamente para dar conta das contradições das classes, do interesse público e do interesse privado.

É justamente porque os indivíduos buscam *apenas* seu interesse particular, que para eles não guarda conexão com seu interesse coletivo, que este último é imposto à eles como um interesse que lhes é “estranho” e que deles “independe”, por sua vez, como um interesse “geral” especial, peculiar; ou, então, os próprios indivíduos têm de mover-se em meio a essa discordância, como na democracia. Por outro lado, a luta prática desses interesses particulares, que se contrapõem constantemente e *de modo real* aos interesses coletivos ou ilusoriamente coletivos, também torna necessário a ingerência e a contenção *práticas* por meio do ilusório interesse “geral” como Estado. (Idem, p. 37)

E aqui, sempre o interesse privado será o interesse da acumulação capitalista. O Estado, ainda que do ponto de vista histórico tenha seu caráter de progresso social, frente as contradições que as várias formações histórico particulares criam, na verdade sempre correspondeu à particularidade ou de um estamento, uma casta, ou de uma classe.

Portanto vale adentrarmos com mais calma nessa particularidade do Estado frente as relações sociais, a partir da já mencionada “ciência da história”, desenvolvida por Marx e Engels.

O surgimento do Estado: a Grécia Antiga como caso

Quando a teoria marxiana indica que o Estado é uma forma de organização histórica para a organização da classe dominante frente ao antagonismo social, nos indica desde já duas consequências: a de que ele nem sempre existiu, e que por isso é possível identificar seu surgimento e com ele as contradições sociais operantes na época; e a segunda consequência é a de que ele é passível de superação já que se origina no seio do ser social, sendo assim, historicamente determinado pelo próprio homem.

O que é nítido no estudo de Engels sobre o Estado, é que para se chegar historicamente no surgimento dessa contradição social, ele teve de buscar um entendimento do desenvolvimento histórico geral da constituição da família, já que esta na sua origem se organizou segundo a forma como a divisão do trabalho se compunha, ou seja, a constituição da família é, em última instância, o desenvolvimento

histórico das forças produtivas – que outrora se determinou pelo poder político; agora se determina pelo poder econômico.

Ainda no seu período comunal da Grécia – período da época heroica de Homero –, onde o povo – homens e mulheres – detinham o poder de voto, havia uma igualdade, uma equiparação no que diz respeito aos poderes dentro da comunidade – se dividindo entre o conselho (bulê), a assembleia do povo (ágora) e o chefe militar (basileu). A fratria agrupava várias gens, e a tribo era o conjunto das fratrias (ENGELS, 2012); de modo que se tinha autonomia de decisões e direitos, dentro das gens, das fratrias e da tribo. Não havia como uma fratria vizinha, dentro da Ática, determinar sua norma à outra, e nem uma gens determinar um direito seu à outra gens; o que se apresentava em comum eram ritos religiosos, cerimônias sacras e deveres tradicionais, mas nada que fosse estranho entre as fratrias (ENGELS, 2012). Nesse período, no qual antecede o nascimento do Estado, o antagonismo de classe ainda não se apresentava, ainda que a sua organização ia dando passos para o aparecimento daquele.

Ainda na Grécia Antiga, mais precisamente na Ática, quando esta entra num período de transição, a mulher deixa de ter os mesmos direitos do homem, pois a forma de matrimônio começa a se alterar, deixando para trás a velha forma comunal de organização familiar. Nesta transição

O direito materno cedeu ao direito paterno o seu posto e, por isso, a riqueza privada que surgia abriu a primeira brecha na constituição gentílica. Uma segunda brecha adveio, como consequência natural da primeira: ao introduzir-se o direito paterno, a fortuna de uma rica herdeira que se casa passa ao marido dela, quer dizer, a outra gens, com o que se destrói todo o fundamento do direito gentílico; dessa forma, não apenas se terá por lícito mas ainda por *obrigatório*, nesse caso, o casamento da jovem núbil no seio da sua gens, para evitar a saída das riquezas. (Idem, p.127)

Essa alteração, ou melhor, esse aparecimento do direito da herança no seio da família – onde a riqueza social deixa de ser um bem da comunidade⁶⁷ e passa a ser um bem da gens familiar, privado –, era impossível na comunidade antiga – no comunismo primitivo; impossível justamente pelo ainda pouco desenvolvimento das forças produtivas, ou mesmo, pelo ainda não aumento populacional.

⁶⁷ Da gens, da fratria ou da tribo.

Aqui nos defrontamos com a aurora da civilização, o seu salto qualitativo na história do ser social⁶⁸ – claro, dentre outros saltos que virão. E esse salto tem sua importância justamente por ser o primeiro do qual marcará a história da humanidade, na qual hoje compreendemos sua relevância; é a efetivação do escravo como mão de obra, de modo a não ser mais uma ação eventual, mas uma produção sistematizada, derivando numa enorme classe, de uma reorganização na divisão do trabalho – no campo, na cidade e no lar.

Se o trabalhador é um escravo na produção, a mulher é uma escrava no seio da família. A partir de agora a organização familiar deixa de ser matriarca – poliândrico ou não – e passa a ser monogâmica patriarcal. A moderna família monogâmica como conhecemos hoje, teve sua origem, seu primeiro aparecimento – ainda que apenas como uma possibilidade – na Antiga Atenas. O fato dessa organização não ter se efetivado historicamente, se deu pelo atrofamento do desenvolvimento das forças produtivas; mas a família monogâmica patriarcal se desenvolverá, durante a Idade Média, culminando seu amadurecimento na sociedade capitalista – assim como o Estado, a propriedade privada e o capital.

Portanto, como dissemos – nas trilhas do Engels –, o período heroico grego foi o período de transição no qual possibilitou o surgimento do Estado. Mas não qualquer Estado, um muito particular – dentre outros –, apresentava aspectos universais que serão conhecidos por nós nos dias de hoje. Como diz Engels:

Em nenhuma parte melhor do que na antiga Atenas podemos observar como o Estado se desenvolveu, pelo menos na primeira fase da sua evolução, com a transformação e substituição parciais dos órgãos da condição gentílica pela introdução de novos órgãos, até completamente instauradas autoridades com poderes realmente governamentais – quando uma “força pública” armada, a serviço dessas autoridades (e que, por conseguinte, podia ser dirigida contra o povo), usurpou o lugar do verdadeiro “povo em armas”, que havia

⁶⁸ E aqui não confundimos civilização como algo intrinsecamente bom, pois não podemos conceituar moralmente tal fato. A aurora da civilização é um progresso do ponto de vista do gênero humano, e um retrocesso do ponto de vista do aparecimento de uma classe que é explorada e outra não. “Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na rendição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. [...] Se entre os bárbaros [...], é difícil estabelecer a diferença entre os direitos e os deveres, com a civilização estabelece-se entre ambos uma distinção e um contraste evidentes para o homem mais imbecil, atribuindo-se a uma classe quase todos os direitos e à outra quase todos os deveres” (ENGELS, 2012, p.222).

organizado sua autodefesa nas gens, nas fratrias e nas tribos. (ENGELS, 2012, p.139)

O surgimento do Estado se deve também, em muito, à localização da Grécia geograficamente. Se por um lado o meio fluvial possibilitou o aumento do comércio e da população na Grécia Antiga, por outro, ele possibilitou uma facilidade do deslocamento grego para a colonização do oriente próximo. Em síntese,

A Antiguidade greco-romana foi quintessencialmente mediterrânea em suas estruturas mais profundas. Pois o comércio interlocal que a ligava só podia se dar por água: o transporte marítimo era o único meio viável para trocas de mercadorias a médias e longas distâncias. Pode-se avaliar a colossal importância do mar para o comércio a partir do simples fato de que, na época de Diocleciano, era mais barato embarcar trigo da Síria para a Espanha – de uma ponta a outra do Mediterrâneo – do que transportá-lo por 120 quilômetros em vias terrestres. Assim, não foi por acaso que a zona do Mar Egeu – um labirinto de ilhas, portos e promontórios – veio a ser o primeiro lar da cidade-estado; que Atenas, seu maior exemplo, fundou suas fortunas comerciais no transporte marítimo; que, quando a colonização grega se espalhou para o Oriente Próximo durante o período helênico, o porto de Alexandria se tornou a maior cidade do Egito, primeira capital marítima de sua história; e que, por sua vez, Roma, situada às margens do Tibre, virou uma metrópole costeira. (ANDERSON, 2016, p.24-25)

Além do que, não era uma região pluvial qualquer, já que o

Mediterrâneo é o único grande mar cercado por terra em toda a circunferência do planeta: só ele oferecia a velocidade do transporte marítimo, com proteção terrestre contra ondas e ventos fortes, ao longo de uma zona geográfica considerável. A posição ímpar da Antiguidade clássica dentro da história universal não pode ser separada de seu privilégio físico. (Idem)

Portanto, com forme a produção de mercadorias ia se desenvolvendo e o comércio marítimo também, a população dos territórios da Ática ia recebendo cada vez mais os membros das gens, fratrias e tribos de outros lugares, outras regiões, de modo que não eram todos que podiam participar das decisões administrativas locais – esta cabia ao membro residente. E estes, “embora fossem do mesmo povo, não faziam parte daquelas corporações e, por conseguinte, eram estranhos a elas e ao local” (ENGELS, 2012, p.140).

Com o avanço dos de fora, imigrantes de outras gens, começa-se a aparecer problemas de organização, donde o modo gentílico tradicional já não era mais efetivo.

Logo

se tornou necessário modificá-la e adotou-se a constituição atribuída a Teseu. A principal mudança foi a instituição de uma administração central em Atenas; partes dos assuntos que até então eram resolvidos

independentemente pelas tribos foi declarada de interesse comum e transferida ao conselho geral, sediado em Atenas. (ENGELS, 2012, p.140)

Com isso, é dado o pontapé para a representação de alguns na administração da região, para que se tome decisões mais universais e rápidas, que possa contemplar os cidadãos que não pertenciam à Ática e resolver o problema do – vamos assim dizer – destituído de direitos. Com o advento desse direito universal, a condição gentílica de direitos tradicionais é sucumbida, superada. Esse foi o primeiro passo nesse processo; sendo que

“A segunda instituição atribuída a Teseu foi a divisão de todo o povo em três classes: os *eupátridas* ou nobres, os *geômeros* ou agricultores e os *demiurgos* ou artesãos, – sem considerar a divisão em gens, fratria e tribo – garantida para os nobres a exclusividade do exercício das funções públicas. (ENGELS, 2012, p.140)

O importante é notar como se desenrolou o período de transição da heroica época grega à sua culminação clássica. Com isso, dá-se o surgimento do Estado, organizando, decidindo e debatendo sobre a vida dos cidadãos da plebe.

Há também uma nova mercadoria que surge na Grécia Antiga na qual funda toda a organização da Era Moderna: o dinheiro. Este é outro elemento que aparece como um traço singular na Antiga sociedade, de modo que, ainda que apareça em outras regiões, outros continentes, é na Grécia que ele toma certa desenvoltura, aparecendo como usura e juros. Ali já se apresentam o imposto – cobrado pelo Estado –, a hipoteca e a dívida fiduciária – tal modo que conhecemos muito bem nos dias atuais⁶⁹. E o dinheiro, ou, as mercadorias, vão entrando cada vez mais na vida dos atenienses, que fez sucumbir toda a antiga condição gentílica. A propriedade comum já é transformada em propriedade privada, os direitos tradicionais sendo substituídos pelo direito do que detém o bem material – nesse caso, uma propriedade, um capital, escravos etc. Dessa reorganização social surgiram

novos grupos, formados pela divisão do trabalho (primeiro entre a cidade e o campo, depois entre os diferentes ramos de trabalho nas cidades), haviam criado novos órgãos para a defesa dos seus interesses, e foram instituídos ofícios públicos de todas as espécies (Idem, p.145).

Com o surgimento do Estado, ou seja, com uma maior complexificação social, deu-se como necessário um aparato de defesa militar, tanto para guerras quanto para

⁶⁹ O salário aparecerá pela primeira vez na história – até onde sabemos – em Roma, quando o Estado pagará ao exército romano.

a defesa das embarcações de comércio da Grécia⁷⁰. Por isso mesmo, como consequência, essa nova organização suprimia a autodefesa da antiga gens: “Primeiro, porque criava uma força pública que não era de modo algum idêntica ao povo em armas; segundo, pela primeira vez, dividia o povo nos negócios públicos, não conforme grupos consanguíneos, e, sim, de acordo com a *residência comum*” (Idem).

Se por um lado, como dissemos, o surgimento do Estado na história é sinônimo das contradições sociais, de exploração e opressão; por outro lado, ele é um órgão necessário para o período histórico no qual – no nosso caso – adentra a sociedade grega Antiga. Se pegarmos o desenvolvimento do comércio marítimo, veremos que os saques e as guerras também aumentam em torno dele, e esse advento explícito da violência – não encontrada no período gentílico – requer uma defesa a altura por parte daqueles que navegam e daqueles que comerciam nas cidades, nos portos. Do mesmo modo que a Grécia atacava e colonizava certos povos circunscritos ao oriente próximo, no mediterrâneo, outros também utilizavam de tal tática, pois viam que era lucrativo e vantajoso; daí a necessidade de um exército separado, antagônico ao povo que se autopreservava.

Da mesma necessidade de se criar o Estado – de modo que essa criação nem era perceptível a eles à época – surgiu, como consequência, uma forma particular de desumanização na história dos homens, em outras palavras: da necessidade humana, pela sua decisão própria de organização, derivou numa sociedade cindida antagonicamente em classes⁷¹.

⁷⁰ “De fato, Marx assinala com grande determinação que, sob determinadas circunstâncias, a objetivação, o desdobramento e a difusão de seus resultados na esfera da organização da guerra pode receber uma figura mais avançada, mais incisiva, do que na economia em sentido estrito” (LUKÁCS, 2018, p.211). Ao analisar a função social da guerra, Marx diz: “A guerra é construída antes da paz; o modo com que por meio da guerra e nos exércitos etc., se desenvolvem mais cedo do que no interior da sociedade burguesa. Também a relação de força produtiva e relações comerciais particularmente explícitas no exército” (MARX *apud* LUKÁCS, Idem). Segue-se que o exército pode cumprir uma função social muito importante para o complexo do trabalho: “A história do *army* ressalta e ilustra melhor do que qualquer outra coisa a correção de nossa concepção da conexão entre as forças produtivas e as relações sociais. De modo geral o *army* é importante para o desenvolvimento econômico. Por exemplo: o salário foi desenvolvido por primeiro inteiramente no exército entre os antigos” (Ibidem). Portanto o exército, e com ele as guerras, foi o principal meio, o principal complexo social da sociedade Antiga, que pôde romper com as barreiras do trabalho escravo, já que este não possibilitava um desenvolvimento das forças produtivas, este simplesmente estacionava na história.

⁷¹ “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011(b), p.25)

Não encontrando saída para mudanças necessárias, o antigo regime gentílico teve de se voltar ao nascente Estado, que por meio de Solon,

iniciou a série das chamadas revoluções políticas e o fez com um ataque à propriedade. [...] Desde a primeira até a última dessas chamadas revoluções políticas, todas elas se fizeram em defesa da propriedade, de um tipo de propriedade, e se realizaram por meio do confisco dos bens (dito de outro modo: do roubo) por outro tipo de propriedade (ENGELS, 2012, p.146)⁷².

Frente a tais mudanças na constituição

Solon dividiu os cidadãos em quatro classes, de acordo com a sua propriedade territorial e a produção desta. Os rendimentos mínimos fixados para as três primeiras classes foram de 500, 300 e 150 medimnos de grão, respectivamente (um medimno equivale a uns 41 litros); os que possuíam menos terra ou não a tinham de modo algum formavam a quarta classe. (Idem, p.147)

De modo geral, as divisões de cargos e poderes públicos acompanhavam essas referidas divisões, seguindo a ordem com a primeira classe tendo os cargos mais importantes, e a última não tendo “senão o direito de usar da palavra e votar nas assembleias”. (Idem). Aqui fica nítido como, a partir das alterações do direito, da política, a propriedade se torna posse privada. E quanto mais posse o cidadão tiver⁷³, mais direitos ele tem garantidos, já que o Direito surge justamente para circunscrever

⁷² Segue-se que: “Até hoje, todas as revoluções têm sido contra um tipo de propriedade e em favor de outro; um tipo de propriedade não pode ser protegido sem que se lese outro. Na grande Revolução Francesa, a propriedade feudal foi sacrificada para que se salvasse a propriedade burguesa; na revolução de Solon, a propriedade dos credores sofreu em proveito dos devedores [...]. [...] Tanto é assim que há 2.500 anos não se tem podido manter a propriedade privada senão com a violação da propriedade” (ENGELS, 2012, p.146).

⁷³ Consequentemente – ao que tudo indica – mais escravos e subordinados. Segundo Perry Anderson, os dados da população a época são divergentes entre os historiadores, mesmo nos dias de hoje, justamente pela falta de informações confiáveis de um período longo. Ainda assim, podemos dizer “que a razão entre escravos e cidadãos livres na Atenas de Péricles girava em torno de 3:2. Porém, é bem provável que o número relativo de escravos em Quios, Egina ou Corinto tenha sido ainda maior durante quase todo o período [...]” (ANDERSON, 2016, p.26); sendo que o total da mão de obra escrava girava em torno de 80 mil e 100 mil indivíduos, enquanto que os cidadãos algo em torno de 45 mil. Esses dados que Anderson traz são importantes porque atualizam aos que o Engels dispunha em sua época, já que segundo o filósofo alemão, “no seu tempo de maior florescimento, Atenas contava 90 mil cidadãos livres”, já os escravos “somavam 365 mil pessoas” (2012, p.150-51).

a propriedade privada, surge junto ao Estado⁷⁴. E segundo Engels (Idem), esses mesmos direitos políticos não são imprescindíveis ao Estado em toda época e lugar, pelo contrário, quando necessário for o Estado abre mão de tais liberdades políticas; fazendo de um período áureo um mero estado de transição para um período de penúria absoluta.

Mas ao que consta o período aqui tratado, estamos falando do florescimento do Estado, da sociedade Grega Antiga atingindo seu patamar escravista. Pois tendo dividido a cidade e campo – ainda que de modo arcaico –, do comércio e os ofícios, possibilitou um maior aumento de riqueza – de bens móveis, de dinheiro e escravos.

Mas as transformações não cessaram, e uma revolução aparece com Clístenes, que com uma nova constituição

ignorou as quatro velhas tribos baseadas nas gens e nas fratrias. Substituiu-as uma organização nova, cuja base, já ensaiada nas naucrárias, era a divisão dos cidadãos de acordo com o local de residência. Dividia-se, então, não mais o povo, mas o território: politicamente, os habitantes se tornaram meros apêndices das regiões. Toda a Ática ficou dividida em cem municípios (*demos*). Os cidadãos (*demotas*) de cada *demos* elegiam seu chefe – *demarca* – e seu tesoureiro, assim como 30 juizes dotados de poderes para resolver os assuntos de pouca importância. [De modo que] o poder supremo no *demos* pertencia à assembleia dos *demotas* (Idem, p.148-49)⁷⁵.

Agora as tribos – formadas por cada dez das unidades (*demos*) – não eram mais gentílicas, mas uma tribo local (*Ortsstamm*); que além de formar um corpo militar, cabia à ela – a tribo – “eleger 50 conselheiros para o conselho de Atenas” (Idem).

Ainda que formada com um grande número de conselheiros no Estado, as decisões eram em última instância promulgadas pela assembleia do povo. Todavia, nos ficou claro que,

um dos traços característicos essenciais do Estado é a existência de uma força pública separada da massa do povo. Atenas não tinha, ainda, senão um exército popular e uma frota equipada diretamente pelo povo, que a protegiam contra os inimigos do exterior e mantinham em obediência os escravos, que já constituíam a maioria da população

⁷⁴ “O funcionamento do Direito positivo baseia-se, portanto, no método: manipular um turbilhão de contradições para que dele surja não apenas um sistema unitário, mas também um que é capaz de regulamentar praticamente, com uma tendência ao ótimo, os eventos sociais plenos de contradição, de se mover elasticamente entre polos antinômicos — p. ex., violência nua e convencimento que faz limite com a moral — no curso dos contínuos deslocamentos do equilíbrio, no interior de um domínio de classe que se altera lenta ou rapidamente, induzindo as decisões, as influências da práxis social, mais favoráveis para esta respectiva sociedade” (LUKÁCS, 2018, p.198).

⁷⁵ O acréscimo é meu, B. A. Santos.

na época. Para os cidadãos, essa força pública só existia, de princípio, em forma de polícia; esta é tão velha como o Estado e, por isso, os ingênuos franceses do século XVIII não falavam de nações civilizadas, mas de nações policiadas (“nations policiées”). [...] esse corpo de guardas era constituído de escravos. [já que para os cidadãos tal profissão era considerada ultrajante] (Idem, p.150)⁷⁶.

Por fim, Engels caracteriza que a formação do Estado em Atenas obteve seu sucesso – ainda que posteriormente entre em crise, sendo superado pelo Império romano (Idem, p.151). Sua constituição é clássica porque se realizou sem necessariamente ter criado um poderio militar imperial como o romano – sem ter que usar uma violência interna e externa incessantemente; sua articulação interna possibilitou a democracia entre os cidadãos – o aparecimento da política; seu policiamento interno voltado para os escravos era de interesse universal da classe e frações de classes dominantes, que se refletia sobre a política.

Ainda que o nosso objeto de análise tenha sido Atenas, é preciso tecer alguns comentários sobre o Estado romano, pois este tem também um elo de continuidade – dentro da sua diferença particular – com o Estado da Grécia e sua luta de classes.

O fator histórico que mais se destaca na Roma Antiga era, predominantemente, seu poderio militar imperial. De modo que nesse quesito detinha um aparato militar muito mais poderoso que o de Atenas, e uma voracidade maior pelo domínio estrangeiro:

O caso romano é significativo não somente porque as imagens ocidentais de império estão enraizadas nele, ou mesmo por ter sido, pelos padrões do nosso tempo, muito grande e extenso, mas também porque Roma criou e administrou seu vasto império de uma forma característica, que viria mais tarde a representar o critério, seja positivo ou negativo, do imperialismo europeu. Em certo sentido, o Império Romano foi o primeiro ‘império’ colonial, tal como passamos a entender essa palavra (WOOD, 2014, p.33).

E ainda que muito tenha herdado da Grécia sua organização familiar – assim como a gens tradicional –, com os direitos e deveres – consuetudinários –, Roma conheceu uma organização pública muito mais corrupta que Atenas.

O que se caracterizava em Roma, não era uma finalidade em comum universal entre seus cidadãos – como outrora conhecera Atenas: “enquanto a *polis* na Atenas antiga foi notável por sua democracia, os romanos, de acordo com a sua base aristocrática, usaram a forma municipal [...] para organizar e fortalecer as aristocracias locais” (WOOD, 2014, p.35). A lógica imperial e o aprofundamento da

⁷⁶ O acréscimo é meu, B. A. Santos.

propriedade privada, possibilitava a abertura para o surgimento de uma classe particularmente abastada, aristocrática.

Importante notar que, em Roma, as *fratrias* eram chamadas de *cúria*, onde

formava um dos colégios sacerdotais romanos. De dez *cúrias* se compunha uma tribo, que originalmente, como as demais tribos latinas, deve ter tido um chefe eleito – supremo comandante na guerra e grão-sacerdote. O conjunto das três tribos era o povo romano, o *populus romanus*. Desse modo, ninguém podia pertencer ao povo romano se não fosse membro de uma *gens* e, conseqüentemente, de uma *cúria* e de uma tribo (ENGELS, 2012, p.160).

O senado “(de *senex*, velho – conselho dos anciãos)” (Idem), que se apresentava na Roma era formado por estes representantes; e a busca pelo alcance representativo gerou uma nobreza gentílica.

O Senado, tal como a *bulê* ateniense, tinha poderes para decidir em muitos assuntos e proceder à discussão preliminar dos mais importantes, sobretudo das leis novas. Quem as votava, contudo, era a assembleia do povo, chamada *comitia curiata* (comícios das *cúrias*). (Idem, p.161)

Há, portanto, certas semelhanças com a organização do Estado ateniense, sem dúvidas; mas frente ao que já discorremos até aqui, segue-se que

Atenas apresenta a forma que podemos considerar mais pura, mais clássica: ali, o Estado nasceu direta e fundamentalmente dos antagonismos de classe que se desenvolviam no seio mesmo da sociedade gentílica. Em Roma, a sociedade gentílica se converteu numa aristocracia fechada, em meio a uma plebe numerosa e mantida à parte, sem direitos mas com deveres; a vitória da plebe destruiu a antiga constituição da *gens*, e sobre os escombros instituiu o Estado, onde não tardaram a se confundir a aristocracia gentílica e a plebe (Idem, p.212-13)

E como dissemos de Atenas, também em Roma a divisão entre os direitos públicos e privados – rompendo definitivamente com a comunidade tradicional, do direito consuetudinário – aparecem de modo explícito como em nenhuma outra parte da Antiguidade. E tal como hoje conhecemos muito bem, também lá, a usurpação do bem público foi em muitos casos usurpado pelo representante; pois que uma das formas do Estado manter sua ordem, surgiu a partir dos

conselhos especiais, como os *logistai* atenienses e os censores romanos, cuja função era impedir que o *peculato* levasse à transgressão dos limites entre as duas esferas [público e privado]. Dois dos maiores estadistas gregos e romanos, Péricles e Cipião Africano, tiveram problemas nesse aspecto. Para evitar suspeitas de ligação com seus parentes espartanos durante a guerra do Peloponeso, o primeiro sentiu-se obrigado a entregar seus bens à pólis. A carreira política do segundo jamais se recuperou da acusação de que, junto com o irmão, se apropriaria do dinheiro do rei Antíoco

durante a guerra da Síria de 191-189 a. C. (VAN CREVELD, 2004, p.76-77)⁷⁷.

Fato hoje – na era capitalista – muito conhecido por nós, e já se apresentava como um problema que o Estado tinha de resolver.

Mas como dissemos no início, este é o limiar da sociedade de classes, é onde se origina o objeto por nós tratado, o Estado; e portanto, não podemos esquecer que

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a “realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (Idem, p.213)⁷⁸.

Seguindo as caracterizações ontológicas do Estado, na sua origem mesma, Engels diz que um dos traços do Estado é agrupar “seus súditos *de acordo com uma divisão territorial*” (Idem, p.214). Como dissemos, o Estado é a saída de um desenvolvimento social – comercial, populacional e territorial – que já não mais pode conviver em sua gens tradicional, arcaica; pois que, a civilização nascente pede passagem.

Como consequência do primeiro, “o segundo traço característico é a instituição de uma *força pública*, que já não mais se identifica imediatamente com o povo em armas” (Idem), mas supera este, já que a sociedade se encontra dividida em classes,

⁷⁷ O acréscimo é meu, B. A. Santos.

⁷⁸ Se tal qual a Sociedade Antiga não surgiu por um estado natural do homem, o capitalismo também “não é uma consequência ‘natural’ e inevitável da natureza humana, ou mesmo de práticas sociais antigas como o comércio (truck, barter and exchange). É o resultado tardio e localizado de condições históricas muito específicas. O impulso expansivo do capitalismo, a ponto de ter se tornado virtualmente universal hoje, não é uma consequência da sua conformidade com a natureza humana ou de algumas leis naturais trans-históricas, mas o produto das suas próprias leis históricas internas de movimento. E essas leis de movimento exigiram vastas transformações sociais para se iniciarem. Exigiram uma transformação nas trocas do homem com a natureza, com vistas ao provimento das necessidades vitais básicas” (WOOD, 1998, p.27).

não mais como uma comunidade; e “para sustentar essa força pública, são exigidas contribuições por parte dos cidadãos do Estado: os *impostos*⁷⁹” (Idem).

Como sintetiza Mandel:

Logo que a divisão social do trabalho se desenvolve e a sociedade se divide em classes, aparece o Estado e é definida a sua natureza: aos membros da sociedade como um todo, é negado o exercício de um certo número de funções; só uma pequena minoria toma o exercício dessas funções (1977, online).

Portanto o Estado não surge para outro fim que não o da administração – em todos os sentidos – dos antagonismos sociais, seja ele abertamente violento ou não; ditatorial ou republicano democrático. Pois é o período histórico – de Atenas em diante – que definirá qual o papel que o Estado deverá tecer, ou melhor, qual a função específica que ele terá de estabelecer para manter uma classe no poder da exploração e opressão, e a outra absorvendo todas as mazelas de sua época histórica.

A decadência ideológica burguesa: o caráter de classe da ciência

Apresentamos a concepção de ciência a partir de Marx e Engels, que contém (como vimos), uma forma de conhecer o mundo na busca pela totalidade, em outras palavras, na concepção ontológica do ser social. Do ponto de vista político, de classe, essa teoria está arraigada diretamente ao lado dos explorados e oprimidos. Mas essa não é a concepção que prepondera socialmente, a ideologia dominante na sociedade moderna é a da classe dominante, e essa pode também ser entendida como parte de um longo processo onde a burguesia teve seu papel revolucionário durante sua transição ao poder. Mas depois disso, cumprindo seu papel histórico que era superar o feudalismo e todo o regime monárquico, o papel do conhecimento dessa classe dominante encontra seu limite, suas limitações objetivas.

Daí que, podemos dizer, a razão, o conhecimento da burguesia entra em declínio, e quem na verdade dá prosseguimento a essa razão humana, ao conhecimento irrestrito e sem limitações do ponto de vista político, são Marx e Engels.

Para entendermos a causa da perda da “crença” na razão humana – surgida ainda no período iluminista; na perda de que o progresso faz parte do desenvolvimento histórico da humanidade, e que seria benéfico – no sentido do desenvolvimento das forças produtivas assentada na relação entre homem e natureza, no trabalho; ou seja,

⁷⁹ Do qual a classe burguesa saberá usá-lo muito bem no nascente Estado democrático de direito: “Com o sufrágio universal nasceu o imposto universal [...]. Foi deste modo que a burguesia restabeleceu a ‘justiça’ inerente ao sistema” (MANDEL, 1977, online).

tudo aquilo que foi discutido e que trouxe um desenvolvimento para a humanidade – mais ou menos do século XVI ao século XIX – foi, já na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, colocado em xeque, que a ciência e a filosofia já não mais exerciam um papel positivo para o ser humano, mas sim, negativo, no sentido que não dava mais conta de entender e explicar a realidade.

Quando dissemos isso de maneira generalizada, é claro que não nos esquecemos das diferentes vertentes e correntes dentro da ciência e da filosofia – do empirismo, do materialismo antropológico, do racionalismo, irracionalismo, neopositivismo, etc. Mas apenas estamos partindo daquela que se configurou como a concepção que ficou conhecida como pós-moderna, que grosso modo, colocou todo o conhecimento objetivo do ser social, em xeque. E como dissemos, para melhor entender esse cume de irracionalismo e decadência que se chama de pós-modernidade, é preciso melhor compreender a história, pois, das nossas concepções de mundo, em cada período histórico, é fruto das relações sociais fundadas no modo de produção.

Partimos então do período que Marx colocará como de decadência da concepção burguesa, de 1848. Dos teóricos que Marx investigará, muitos ele chamará de apologéticos, no sentido que suas análises não mais se preocupam em compreender a realidade e assim levar a um desenvolvimento, um progresso para a sociedade, mas sim, se instaura uma concepção conservadora de mundo.

Ora, isso vai diretamente com o início do período contrarrevolucionário da burguesia, em 1848, quando a partir de então, o andamento da revolução já não mais faz sentido para a nascente classe burguesa, ela mesmo vê que, se se mantém nesse caminho poderá colocar em risco sua própria dominação sobre a sociedade, que sua concepção revolucionária e progressista, tem de agora em diante, ser embargada, pois o que lhe interessa é agarrar o poder e se apoderar do modo de produção do capital. Por isso ela – a partir de 1848 – deixa de ser revolucionária, passa a ser contrarrevolucionária. Todo e qualquer movimento, de classe, de organização política, de partido, em fim, que tente por à cabo o andamento da revolução é e será barrado violentamente pela classe burguesa, mais precisamente e inicialmente, na França.

Para que o desenvolvimento da produção de mercadorias e conseqüentemente, a acumulação do capital, faça sentido, é preciso manter a ordem jurídica da inalienabilidade da terra, do direito à herança, e assim da própria propriedade privada.

O direito para todos, de ser cidadão, é o direito de poder ser explorado – ou de explorar – pela propriedade privada; de ter garantido seus direitos perante uma liberdade formal. É essa a emancipação engendrada pela burguesia revolucionária, a emancipação política, e não a emancipação humana⁸⁰. A liberdade é uma liberdade formal, e não substantiva.

Esse início então, do desenvolvimento do modo de produção capitalista, será o período concorrencial dos capitalistas, figurando-se em um curto espaço de tempo e de lugar. Pois já em fins do século XIX – quando Marx ainda vivo – esse período é superado pelo que vai se chamar de monopolista, onde ficará conhecida a grande obra de Lenin no início do século XX, *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*.

Importante ressaltar esse processo – mesmo que rapidamente –, dentro do modo de produção, pois delimita também o modo de pensar dos dados períodos da história humana.

Se pegarmos o período antecessor à 1848, temos, entre vários pesadores, uma preocupação em compreender a realidade social, buscar suas determinações objetivas, suas causas últimas⁸¹, e entre estes podemos citar na economia política clássica: Adam Smith, D. Ricardo, Stuart Mill; na filosofia: John Locke, Thomas Hobbes, J.J. Rousseau e Hegel. Em fim, vários que contribuíram para o conhecimento, mesmo que uns mais limitados e outros mais precisos como Hegel. Ciência e filosofia buscavam o conhecimento a partir das relações sociais, que ainda estavam em pleno movimento na Europa ocidental. Em suma a busca era a de superação da decadência do modo de produção feudal, mesmo que não conscientemente à favor da burguesia.

A partir do momento que a burguesia se glorifica no poder e finca sua bandeira – com a simbolização máxima de: *liberdade, igualdade e fraternidade* –, sua concepção revolucionária e progressista social, não se faz mais necessário, ou melhor, ela não pode mais continuar sendo o que vinha sendo, pois colocaria em risco seu próprio poder nas mãos da também nascente classe proletária, que tem raízes mais fixas na Inglaterra, mesmo antes da revolução.

⁸⁰ Da qual Marx distinguirá brilhantemente em: Sobre a Questão Judaica.

⁸¹ Mesmo que em sua maioria não consiga atingir tal objetivo, o que importa é que esses pesadores não eram ignorantes e conservadores, mas sim se preocupavam com a sociedade então em desenvolvimento, em produzir conhecimento, mesmo que de modo incompleto.

Ao mesmo tempo em que a classe proletária é a principal manutenção de sua dominação no plano objetivo, é também sua principal classe antagônica, da qual entrará em conflitos em vários momentos ao longo da história, principalmente no século XX.

Nesse sentido, e a partir de 1848, poucos vão ser os pensadores que continuarão tendo um pensamento progressista, ou melhor, revolucionário, e nesse caso à favor da classe proletária. Com certeza o mais famoso é Karl Marx, que compreendeu o desenrolar da história da humanidade até então, e viu na classe proletária a potencial capacidade – pela primeira vez na história humana – de se levar a uma emancipação do gênero humano.

Mesmo os autores que vão tentar criticar essa desumanidade da era capitalista, muitos deles farão uma crítica romântica ao capitalismo, no sentido de buscar um certo retorno ao feudalismo, e não a superação da sociedade de classes; o que ficará conhecido como socialismo utópico, de se pretender acabar com a propriedade privada sem antes desenvolver as forças produtivas e nelas o seu sujeito principal, o proletariado.

No próprio campo da economia política clássica essa transformação ocorre visivelmente, pois não mais se pretende entender como a produção se configura, como a teoria do valor se estabelece, mas somente o posterior é colocado em discussão: a circulação das mercadorias, a distribuição, os juros, as crises etc. É passado a ser chamado então de economia apenas, ou seja, não interessa saber mais das relações sociais que nela se configura, mas somente a distribuição em si das mercadorias, do mercado.

Nisso é que surge a ciências sociais, como a sociologia, que tem a tarefa de analisar as relações do ser social, justamente daquilo que a economia política deixou de fazer. E claro, não cabe então a sociologia incorporar a economia em sua análise, pois isso é papel agora da própria área da economia.

Perceba que a partir de então, o que se tem é uma fragmentação do conhecimento, da ciência. Aquilo que para Marx – autor que aqui estamos nos embasando – era fundamental, que o conhecimento do ser social tem de ser buscado em sua totalidade, não mais é atribuído para a maioria dos pensadores.

Com a filosofia não será diferente. Ela se restringirá ao saber do sujeito, a partir do sujeito, e não do objeto em si. Caindo assim em uma concepção moralista de

conhecimento, centrado nas ações do sujeito individual, e não coletivo como concebia Marx.

É desse momento histórico onde surgem os apologéticos, como diria Marx, ou como dirá Lukács, o período da decadência ideológica burguesa.

Não é por acaso que isso implicará em uma não compreensão da realidade social, limitada e medíocre. Que logo, por essa razão, muitos colocarão a ciência e a filosofia, ou seja, o conhecimento da razão humana, em xeque.

E essa decadência irá se acentuar com a entrada do período monopolista, como dissemos anteriormente. Mais precisamente no período entre guerras – 1918 e 1939 – é que a ciência será questionada, com um dos momentos mais desumanos e bárbaros da história humana, que foi o fascismo e o nazismo – obviamente não por acaso, como factualmente indica a história.

Acontece que não se pode perder de vista a história, mais precisamente a crise econômica que se passava nesse período – da primeira metade do século XX –, pois entenderemos que a ascensão do fascismo foi uma “saída” para a crise, uma concepção teórica político-econômica para o que se vinha em crise na sociedade: a democracia, a razão humana e a filosofia burguesa. E percebe-se que a “saída” do fascismo – consequentemente o nazismo – foi uma tentativa de retomar o crescimento da economia com um viés de forte nacionalismo e aprofundamento bárbaro do imperialismo.

Não há nenhuma tentativa de romper com o capitalismo, muito pelo contrário, há uma tentativa brutal da retomada do crescimento da acumulação do capital. Essa foi uma consequência que a crise gerada pelo capital causou. E o fato de muitos teóricos da decadência burguesa terem apoiado diretamente⁸², ou mesmo anteriormente contribuído para essa política, só mostra a que ponto pode chegar a concepção contrarrevolucionária e decadente da burguesia⁸³.

É claro que muitos autores conservadores e reacionários vão fazer parte desse período entre guerras, e não podemos coloca-los aqui pelo curto espaço de tempo e falta de aprofundamento, mas o que importa é colocar essas determinações do modo

⁸² Pense-se em Heidegger por exemplo.

⁸³ É óbvio que muitos dos ideólogos decadentes não se afirmaram como sendo da burguesia, acontece que essa não é uma determinação moral, pessoal do marxismo, mas objetiva, do antagonismo principal dessa sociedade, entre burguesia e proletariado. Ou se desenvolve conhecimento para um – contrarrevolucionário – ou se desenvolverá ao outro – revolucionário.

de produção do capital, que remetem à um questionamento à razão humana, ao progresso.

Tanto o início do período de decadência ideológica em 1848 – e com elas seus teóricos – como o das crises do capitalismo – fundamentalmente ao período entre guerras – será determinante para generalizar um fracasso da ciência, do conhecimento, renegando daí qualquer tentativa de uma apreensão objetiva da realidade.

Fica assim mais palpável o surgimento da concepção pós-moderna entre os teóricos da segunda metade do século XX, onde colocasse em xeque o período da modernidade.

Por um lado, a concepção pós-moderna se pretende “criticar” – sendo muito generoso – o conceito de modernidade na história humana, dizendo, grosso modo, que foi um fracasso, e que o conceito de progresso não faz sentido positivo. Segundo, se pretende dizer que estaríamos em uma pós-modernidade, que já superamos a modernidade nas nossas relações; ou que, mesmo ainda não superado, a concepção pós-moderna tem a potencialidade de – na sua cabeça – superar a partir dos indivíduos o período da modernidade, dando um papel ativo e “libertador” ao indivíduo, ou ao um grupo determinado⁸⁴. Ou seja, se tem uma perda ainda maior do papel fundamental da luta de classe, no poder referente ao coletivo do proletariado.

Em suma, a concepção pós-moderna, vai negar qualquer tentativa de conhecimento objetivo da realidade – perceba que a totalidade do ser social se perde ainda mais –, a ciência, a filosofia, todo conhecimento é relativo e impreciso. Tudo depende do ponto de vista de cada um, o conhecimento parte do sujeito e é dele que vem a verdade – mais individual impossível. Leva-se ao absurdo de que a verdade é relativa, o que para mim pode ser real, para o outro pode não ser.

A concepção pós-moderna é o aprofundamento da decadência ideológica burguesa, que está longe de compreender os fundamentos da desumanização das nossas relações, e ao passo de não compreender nossas relações joga fora qualquer tentativa de conhecimento objetivo, revolucionário. Como se diz: joga-se fora o bebê junto com a água suja.

⁸⁴ Como por exemplo, os diversos movimentos que surgiram em fins da década de 1960 e em 1970, da luta de conquista de direitos do qual nunca tiveram: das mulheres, dos homossexuais, travestis, negros, entre outros.

Bibliografia

- ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. *Aurora*, São Paulo, v.3, n. 2, p.11-20, agosto de 2010.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- LARA, Ricardo. Notas Lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. *Revista Katál*, Florianópolis, v.16, n.1, p.91-100, jan./jun. 2013.
- LESSA, Sergio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- _____. O trabalho. In _____. *Para uma Ontologia do Ser Social, 2*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Para uma ontologia do ser social volume 14*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- MANDEL, Ernest. *Teoria marxista do Estado*. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.
Disponível em: <https://www.marxists.org>
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. v.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. v.1, t.1-2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011(b).
- _____. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: ICP, 2015.
- NUNES, António José Avelãs. *Uma introdução à Economia Política*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez; Autores associados, 1988.
- TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- VAN CREVELD, Martin. *Ascensão e declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WOOD, Ellen M. As origens agrárias do capitalismo. *Monthly Review*, vol.50, n.3, julho/agosto de 1998. Trad. de Lígia Osório Silva.
- WOOD, Ellen M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.